



Contratos de reciprocidade/ sinergias ou ligação rural-urbano

Afonso Maria Ribeiro Teles Ferreira da Conceição

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Engenharia do Ambiente

Orientador: Professora Doutora Maria do Rosário Partidário

Júri

Presidente: Professor Doutor Tiago Morais Delgado Domingos

Orientadora: Professora Doutora Maria do Rosário Partidário

Vogal: Professora Doutora Ana Morais de Sá

Abril de 2022

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foi absolutamente fundamental o apoio de inúmeras pessoas ao longo de todo este percurso e, por isso, queria agradecer devidamente a cada uma destas.

À minha orientadora, a Professora Dra. Maria do Rosário Partidário, por me convidar para explorarmos este tema em conjunto e por confiar nas minhas capacidades para conduzi-lo durante todos estes meses.

À Professora Dra. Aurora Carapinha pela disponibilidade constante e por me orientar sempre na direção certa.

Ao Dr. Vasco Raminhas da Silva (Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Setúbal) pelo interesse, disponibilidade e, principalmente, pela entrevista que realizámos que foi plenamente essencial no desenvolvimento da minha tese de mestrado.

À Doca Pesca, à DGRM, ao Porto de Setúbal, às Câmaras Municipais de Palmela e Montijo, ao Dr. Paul Soto (European Network for Rural Development), ao Dr. Daniel Keech (Senior Research Fellow, University of Gloucestershire), ao Dr. Nuno Alves (Coordenador da Área de Estudantes e Certificação Académica da Universidade de Lisboa), ao Dr. Carlos Pina (Diretor de Serviços de Ordenamento do Território da CCDR-LVT), às Comissões Vitivinícolas das Regiões de Lisboa e da Península de Setúbal, aos Teatros do Bairro Alto e São Luiz, ao Centro Hospitalar de Setúbal e à Andreia Pinto (Gestora de Comunicação e Marketing da New Lineo Cinemas de Portugal) por fazerem esta tese possível.

Por fim, o maior agradecimento de todos, aos meus pais, aos meus irmãos, Vasco e Matilde, aos meus amigos e, em especial, à minha namorada, Luísa, pelas dicas e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Resumo

Após a expansão das cidades devido à revolução industrial e a construção de unidades fabris que invadiram os centros das cidades e as suas periferias, as descobertas da ciência conduziram a uma redução da importância da ruralidade, e da sua substituição por uma agricultura que simplificou as paisagens e uniformizou as diferenças do mosaico geográfico. Dá-se o declínio demográfico das regiões rurais dada a diminuição da atividade agrícola tradicional do solo. Atualmente, a nível europeu, vive-se numa tentativa de articular os espaços urbano e rural através de vários instrumentos de gestão territorial.

Assim, focou-se, primeiramente, na revisão do problema e de conceitos importantes para o desenvolvimento da dissertação. Posteriormente, demonstrou-se qual a importância da ligação rural-urbano e de que maneira as áreas urbanas e rurais podem colaborar beneficemente. Por fim, explorou-se o conceito de contratos de reciprocidade e efetivou-se uma aplicação prática entre os municípios de Lisboa e de Setúbal.

Através da investigação concluiu-se que a interligação entre áreas urbanas e rurais é bastante importante devido aos benefícios económicos, ambientais e sociais inerentes e que as parcerias urbano-rurais e, os contratos de reciprocidade, são absolutamente fundamentais na redução das desigualdades entre ambas as áreas e complementam uma estratégia para que se encontre o equilíbrio entre o mundo rural e o urbano.

Palavras-chave: Ligação rural-urbano, Colaboração; Parceria; Contratos de Reciprocidade.

Abstract

After the expansion of cities due to the industrial revolution and the construction of factories that invaded the city centres and their outskirts, the discoveries of science led to a reduction in the importance of rurality, and its replacement by agriculture that simplified the landscapes and standardised the differences in the geographical mosaic. The demographic decline of rural regions is due to the reduction of traditional agricultural activity on the land. Currently, at European level, an attempt is being made to articulate urban and rural spaces through various management instruments.

Thus, it was focused, firstly, on the review of the problem and important concepts for the development of the dissertation. Subsequently, it was shown the importance of the rural-urban linkage and the way in which urban and rural areas can collaborate beneficially. Finally, the concept of reciprocity contracts was explored and a practical application was made between the municipalities of Lisbon and Setúbal.

Through the research it was concluded that the interconnection between urban and rural areas is very important due to the inherent economic, environmental and social benefits and that urban-rural partnerships and reciprocity contracts are absolutely fundamental in reducing inequalities between both areas and complement a strategy to find a balance between the rural and the urban world.

Keywords: Rural-urban linkage; Collaboration; Partnership; Reciprocity Contracts.

Lista de Siglas e Abreviações

AML Área Metropolitana de Lisboa

CLLD *Community-Led Local Development*

CVRPS Comissão Vitivinícola da Região da Península de Setúbal

DGRM Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

ENRD European Network of Rural Development

FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GIS Geographic Information System

INE Instituto Nacional de Estatística

LEADER *Leading Entrepreneurship & Development*

OCDE Organização Para A Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS Organização Mundial de Saúde

ONU Organização das Nações Unidas

PAC Política Agrícola Comum

PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território

RURBAN Partnership for sustainable urban-rural development

SDG *Sustainable Development Goals*

TIC Tecnologia da Informação e Comunicação

UE União Europeia

UNDESA *United Nations Department of Economic and Social Affairs*

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Lista de Siglas e Abreviações	ix
Índice	x
Índice de Figuras	xiii
Índice de Tabelas	xiii
1 Introdução.....	1
1.1 Enquadramento.....	1
1.2 Objetivos	3
1.3 Organização da dissertação	3
2 Metodologia	4
3 Áreas Urbanas e Rurais	5
3.1 Áreas Urbanas	5
3.1.1 Conceito.....	5
3.2 Áreas Rurais	6
3.2.1 Conceito.....	6
3.3 Políticas de Desenvolvimento Urbano-Rural	6
3.4 Parcerias urbano-rurais	7
3.4.1 Importância da ligação entre as áreas urbanas e rurais	8
3.4.2 Benefícios das parcerias urbano-rurais.....	10
3.4.2.1 Serviços de Produção	11
3.4.2.1.1 Abastecimento alimentar	11
3.4.2.1.2 Abastecimento de água	14
3.4.2.1.3 Fornecimento de matérias-primas	15
3.4.2.1.4 Fornecimento de madeira	16
3.4.2.2 Serviços de Regulação.....	17
3.4.2.2.1 Regulação climática e atmosférica	18
3.4.2.2.2 Sequestro e armazenamento de carbono	18
3.4.2.2.3 Moderação de eventos extremos	19
3.4.2.2.4 Tratamento de águas residuais	20
3.4.2.2.5 Prevenção da erosão e manutenção da fertilidade do solo	20
3.4.2.2.6 Serviços de apoio aos ecossistemas.....	21
3.4.2.3 Serviços Culturais.....	21
3.4.2.4 Mobilidade	22
3.4.2.5 Saúde	23
3.4.2.6 Outros serviços.....	24
4 Contratos de reciprocidade	26

4.1	Casos de sucesso	27
4.1.1	Contratos reciprocidade franceses.....	27
4.1.2	Área metropolitana de Styria	31
4.1.2.1	Allerleierei	32
4.1.2.2	GUSTmobil	34
4.1.3	Gloucestershire.....	35
4.1.3.1	Infraestruturas de transporte	36
4.1.3.2	Conectividade de rede.....	36
4.2	Contrato de Reciprocidade entre o município de Lisboa e o município de Setúbal	37
4.2.1	Contextualização	37
4.2.2	Abordagem socioeconómica	38
4.2.3	Metodologia	39
4.2.4	Análise setorial aos municípios de Lisboa e de Setúbal	40
4.2.4.1	Município de Setúbal	41
4.2.4.1.1	Vinha	41
4.2.4.2	Município de Lisboa.....	42
4.2.4.2.1	Educação	42
4.2.4.2.2	Cultura.....	45
4.2.4.2.3	Saúde.....	45
4.2.5	Iniciativas por setor.....	46
4.2.5.1	Educação.....	47
4.2.5.2	Cultural/Recreativo	47
4.2.5.3	Saúde	48
4.2.6	Resultados.....	48
4.2.6.1	Vinha.....	48
4.2.6.2	Saúde	49
4.2.6.3	Educação.....	49
4.2.6.4	Cultura	50
4.2.7	Discussão de Resultados	51
5	Conclusão.....	54
	Referências	56
	Anexos.....	60

Índice de Figuras

Figura 1: Proporção urbana e rural com condições crónicas, por género; Fonte: Center on the Aging Society	24
Figura 2: Cadeia de Valor do Pays Centre Ouest Bretagne retirada de (Development, Reciprocity contracts)	28
Figura 3: Municípios envolvidos, Município de Lisboa a roxo e Município de Setúbal a vermelho; Fonte: Wikipedia	38

Índice de Tabelas

Tabela 1: População residente em milhões (Nº) por local de residência; Fonte: INE	1
Tabela 2: Serviços oferecidos pelas áreas urbanas e áreas rurais; o sinal menos (-) corresponde à área que fornece o serviço e o sinal mais (+) corresponde à área que beneficia do serviço.	11
Tabela 3: Resumo da reciprocidade entre a cidade de Brest e a região rural Pays Centre Ouest Bretagne	31
Tabela 4: Resumo da Reciprocidade entre Graz e Laßnitzhöhe	34
Tabela 5: Produção vinícola declarada em vinho (milhares de hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual; Fonte: INE	41
Tabela 6: Vendas de vinho tranquilo certificado do município de Setúbal no mercado Nacional por Área Nielsen; Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho	42
Tabela 7: Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º em milhares) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Natureza institucional; Anual (2); Fonte: INE	43
Tabela 8: Taxa de escolarização no ensino superior (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (2); Fonte: INE	43
Tabela 9: Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Nível de ensino e Natureza institucional; Anual (2); Fonte: INE	44
Tabela 10: Número de alunos da Península de Setúbal matriculados na Universidade de Lisboa; Fonte: Universidade de Lisboa	44
Tabela 11: Número de médicos por unidade de saúde e total de profissionais de saúde nos municípios de Lisboa e de Setúbal; Fonte: Por Data	46
Tabela 12: Número de habitantes por médico nos municípios de Lisboa, Setúbal, Évora, Braga e Faro; Fonte: PorData	46
Tabela 13: Valor anual do incentivo de natureza pecuniária oferecido ao número total de médicos que são inseridos nas vagas de especialidade qualificada como carenciada	49
Tabela 14: Incentivo anual pago por Lisboa para estimular a vinda dos estudantes setubalenses	50
Tabela 15: Contrato de Reciprocidade: Valores finais(anuais)	52

1 Introdução

1.1 Enquadramento

A partir do princípio do século XIX denota-se uma enorme expansão das cidades devido à revolução industrial. As cidades são redes complexas, onde a ação do homem é bastante nítida e em que os recursos naturais têm vindo a ser sobre explorados dado o crescimento da população. Posteriormente, em grande parte da Europa, deu-se a construção de inúmeras unidades fabris que invadiram os centros das cidades e as suas periferias (Telles, 1987). Nesta época, em consequência das descobertas da ciência que contribuíram para que a agricultura e a ruralidade fossem consideradas com uma importância secundária, surgiu a agricultura da máquina e da química que “simplificou as paisagens e uniformizou as diferenças do mosaico geográfico e pedológico do espaço e contribuiu para o alargamento de monoculturas extensivas” (Telles, 2016).

Em Portugal, as regiões rurais entram num declínio total demográfico devido à diminuição da atividade agrícola tradicional do solo, sendo importante salientar que no limiar do século XXI 85% da população habitava na faixa litoral compreendida entre Braga e Setúbal (INE, 2002).

Na tabela abaixo, que corresponde à distribuição da população de Portugal por NUTS II, é possível observar a concentração populacional nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (2870770) e do Porto (1736491), sendo que estas albergam, aproximadamente, 45% da população portuguesa (segundo os últimos censos). Os dados abaixo apontam para um interior do país despovoado e um litoral muito denso.

Local de residência		População residente (em milhões) por Local de residência (Resultados provisórios) e Grupo etário; Decenal	
		Período de referência dos dados	
		2021	
		Grupo etário	
		Total	
		N.º	
Portugal	PT	10,34	
Norte	11	3,59	
Área Metropolitana do Porto	11A	1,74	
Centro	16	2,23	
Área Metropolitana de Lisboa	17	2,87	
Alentejo	18	0,70	
Algarve	15	0,47	

Tabela 1: População residente em milhões (Nº) por local de residência; Fonte: INE

Nos últimos tempos, o desgaste dos recursos naturais tanto do litoral (onde existem zonas muito sensíveis) como de todo o país, o surgimento da agroindústria, o abandono da agricultura e o fraco investimento nas áreas rurais tornou toda esta situação demográfica inoportuna e absolutamente inviável social, ecológica e culturalmente. As mudanças no uso do solo e cobertura vegetal “*provocam efeitos profundos na estrutura e funcionamentos dos ecossistemas terrestres*” (...) sendo que “*algumas*

dessas consequências incluem alterações significativas na complexidade dos sistemas ecológicos tais como a eliminação de espécies autóctones e a sua substituição por espécies exóticas, aumento da erosão e degradação dos solos, implicações nos recursos hídricos, mudanças na biomassa florestal e ciclo biogeoquímico, alterações na química da atmosfera e qualidade do ar e efeitos diretos no clima regional” (Nunes, 2021). Para além disto, cultural e socialmente conduziu a uma fraca coesão social, ao empobrecimento cultural, gerou problemas evidentes de circulação e graves desigualdades sociais nos acessos à cultura, educação e saúde. As pessoas foram sujeitas a percorrer enormes distâncias entre as suas casas e o respetivo local de trabalho e a conviver diariamente com o estresse urbano, com a insalubridade do ambiente, nomeadamente, com a poluição atmosférica e sonora que estão bastante presentes nas grandes cidades, e também com as enormes concentrações nos transportes e com a falta de contacto próximo com a natureza. Relativamente às zonas rurais o seu abandono originou o envelhecimento e a escassez da população, a decadência dos serviços, o enfraquecimento da produção e a degradação do património, como nos indica Luís Silva, afirmando que “nas áreas rurais do nosso país, para além da rarefação e envelhecimento da população residente, isto traduziu-se no ressurgimento dos incultos, na falência dos serviços, na degradação dos patrimónios edificados e no empobrecimento do tecido produtivo” (Silva, 2008).

Nos dias de hoje, a nível europeu, vivemos numa perspetiva que assenta nas relações entre as zonas urbana e rural e na interdependência destas, já que os fluxos entre os espaços urbanos e rurais têm vindo a aumentar. Vivemos numa tentativa de articulação entre ambas as áreas que está fundamentada, por exemplo, na Agenda Territorial, no Livro Verde Sobre a Coesão Territorial e no PNROT, que compreendem documentos de política estratégica para o ordenamento do território na UE e suas regiões e comunidades. O crescimento da cidade dá-se de acordo com as estratégias de desenvolvimento urbano, mas também no sentido da sustentabilidade e qualidade de vida (Madureira, 2005). Um dos grandes desafios atuais do urbanismo é a reconciliação com a natureza, havendo atualmente uma preocupação muito maior. Esta mesma deu-se primeiramente numa vertente mais estética evoluindo atualmente para um cuidado mais ecológico (Quintas, 2014). A perceção dos danos do crescimento industrial nas áreas rurais envolventes aliada à necessidade de gerir os sistemas que articulam os espaços urbano e rurais *levaram a consagrar a ideia de parceria urbano-rural como um dos princípios orientadores do ordenamento do território ao nível europeu* (Bina & Mourato, 2012). Segundo a Dra. Teresa Sá Marques, há um *“binómio urbano-natureza, ainda insuficientemente trabalhado, que coloca um grande número de questões aos futuros relacionamentos urbano-rurais e a partir daí às políticas de ordenamento do território”* (Marques, 2003).

Em suma, a consciencialização dos danos causados por uma imagem de dissolução urbano-rural levou à procura de soluções que possam contrariar ou, pelo menos, mitigar este efeito. Com isto, inúmeras iniciativas têm surgido, principalmente, na Europa com o objetivo de criar ligações fortes entre as zonas rurais e urbanas de maneira a atingir um desenvolvimento inteligente e sustentável e com vista a encontrar sinergias entre as zonas urbanas e rurais. Atualmente procura-se uma maior articulação intermunicipal, com o intuito de reduzir as desigualdades entre as áreas urbanas e rurais, promovendo parcerias vantajosas para ambas as partes. Os contratos de reciprocidade são uma das iniciativas,

criadas em França, em 2015, e baseiam-se numa parceria urbano-rural. Estes contratos têm como objetivo reduzir as desigualdades urbano-rurais através de uma troca de interesses com vista ao desenvolvimento sustentável e complementam uma estratégia para que se encontre o equilíbrio entre o mundo rural e o urbano a nível social, ecológico e cultural. São também, fundamentalmente, um instrumento de maior equidade entre regiões no acesso a oportunidades e ao investimento. Ir-se-á, posteriormente, explorar aprofundadamente este tema e ainda criar uma possível aplicação destes últimos na Área Metropolitana de Lisboa, mais especificamente, entre Lisboa e Setúbal. A escolha destes municípios deve-se ao facto de haver uma grande complementaridade entre ambos (permitindo reduzir as desigualdades existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável) e devido à escassa informação disponibilizada em relação a outros municípios da península de setúbal.

1.2 Objetivos

Neste trabalho visa-se demonstrar a importância da relação entre as regiões urbano-rurais, perceber que mais valias ambos poderiam retirar da sua interligação e explorar o conceito de contratos de reciprocidade. No âmbito dos contratos de reciprocidade, originários de França, que pressupõem uma interligação entre as áreas urbanas e rurais através de uma troca de interesses, conheceu-se o trabalho realizado e investigou-se a sua possível aplicação na Área Metropolitana de Lisboa.

1.3 Organização da dissertação

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que o primeiro é referente à parte introdutória do tema, onde se descreve o enquadramento geral do tema escolhido e se encontram definidos os objetivos e a organização da dissertação.

O segundo capítulo corresponde à metodologia do trabalho.

O terceiro e quarto capítulos compreendem a introdução dos conceitos de zonas urbanas e rurais, que são fundamentais, dado que todo o trabalho pressupõe a compreensão destes mesmos. Integram ainda a introdução do tópico das parcerias urbano-rurais e a importância da interligação das zonas rurais e urbanas e que mais valias estas podem retirar dessa conexão.

No quarto capítulo apresenta-se o tópico principal da dissertação: os contratos de reciprocidade. Este mesmo contém alguns casos de sucesso da aplicabilidade deste conceito e uma aplicação prática do mesmo na Área Metropolitana de Lisboa, mais especificamente, entre os municípios de Lisboa e Setúbal.

O último capítulo apresenta as principais conclusões a reter da dissertação.

2 Metodologia

A metodologia do presente trabalho dividiu-se entre uma vertente qualitativa e outra quantitativa. A abordagem qualitativa foi crucial para a compreensão de conceitos e casos de sucesso, para poder enveredar numa análise mais quantitativa que se baseou na aplicação do conceito de contratos de reciprocidade na Área Metropolitana de Lisboa.

Inicialmente, numa fase mais introdutória, consistiu numa revisão bibliográfica de algumas dissertações, livros, páginas web e artigos científicos. As plataformas *ScienceDirect* e *ResearchGate* foram fundamentais na obtenção de artigos científicos em todo o desenvolvimento da dissertação. Primeiramente, investigou-se o tema do abandono rural e da desvalorização económica das áreas rurais e, posteriormente, explorou-se o conceito de territórios urbanos e rurais, visto todo o trabalho ter por base a ligação rural-urbano e ser absolutamente fundamental a compreensão destes conceitos para a leitura do mesmo. Quanto à literatura cinzenta, na primeira fase do trabalho, passou por uma exploração de temas como a urbanização, o êxodo rural e as políticas presentes que vão de acordo com a ligação rural-urbano, através da consulta de documentos providenciados pela OCDE e pela Comissão Europeia e também pelos repositórios das Universidades do Porto e Fernando Pessoa. Assim, nesta fase o problema já está definido e enquadrado e as noções e conceitos fundamentais da investigação estão sabidos.

Em seguida, a conceção do separador das parcerias urbano-rurais deu-se através de uma extensa revisão bibliográfica, explorando-se temas como a importância da ligação rural-urbano, o abastecimento alimentar, a regulação climática e atmosférica, os serviços de aprovisionamento, a mobilidade e a saúde. Nesta fase da dissertação os conceitos mais introdutórios já estão consolidados, podendo ir ao encontro da ligação rural-urbano. Inicialmente explorou-se a importância da articulação urbano-rural e, fundamentalmente, a influência que a manutenção de um tecido rural saudável tem na sustentabilidade, recorrendo a documentos da OCDE, da ENRD, do repositório da Universidade do Porto e através do trabalho do arquiteto paisagista Ribeiro Telles. Por fim, investigaram-se as mais valias que os territórios urbanos e rurais podem retirar da sua interligação, por meio não só do projeto Robust, como também do artigo científico “*The mutual benefits of promoting rural-urban interdependence through linked ecosystem services*”, que foi absolutamente fundamental nesta fase. Investigou-se, *inclusive*, o projeto europeu Robust com vista a sustentar de uma maneira sólida os benefícios da relação urbano-rural, dando exemplos de inúmeras conexões. Assim, esta fase foi muito importante de maneira a perceber a relevância da colaboração entre as áreas urbanas e rurais e que tipo de produtos/serviços ambas as áreas podem trocar de maneira a reduzir as desigualdades existentes entre ambas e a contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Seguidamente, e, após a compreensão da importância da aproximação entre as áreas urbanas e rurais, foram apresentados casos de sucesso de ligações urbano-rurais como os contratos de reciprocidade franceses, a Área Metropolitana da Styria e nomeadamente *Allerleierei*, *GUSTmobil* e *REGIOtim* e o condado de Gloucestershire e os respetivos investimentos nas infraestruturas, conectividade, rede e

cibersegurança. Nesta fase, explorou-se, fundamentalmente, o projeto Robust e os seus exemplos de sucesso na Styria e em Gloucestershire. Assim, nesta etapa explorou-se o conceito de contratos de reciprocidade (bibliografia escassa) e a aplicação prática em França de maneira a ter uma visão mais precisa deste tema novo e a aprender as ferramentas necessárias de maneira a executar a aplicação prática na AML.

Por fim, criou-se um caso de aplicação do conceito dos contratos de reciprocidade entre os municípios de Lisboa e de Setúbal. Nesta fase foram várias as entidades que foram absolutamente essenciais na disponibilização de informação estatística, principalmente, o INE, a Doca Pesca e o Instituto do Vinho e da Vinha. Foi escolhido o município de Lisboa devido à potencialidade deste para mitigar algumas carências típicas no município de Setúbal como educação, saúde e cultura e dado os recursos que dispõe no que respeita a estes setores. Relativamente ao município de Setúbal este foi escolhido devido à escassa informação disponibilizada em relação a outros municípios da península, não permitindo realizar uma análise mais abrangente, promissora e eficiente, sendo óbvio que na península há outros municípios com carências significativas a nível educativo, cultural e dos cuidados de saúde onde esta reciprocidade seria ainda mais positiva. Ainda assim, foi notória a complementaridade entre os municípios de Lisboa e de Setúbal que possibilitaria, caso fosse efetivado o contrato, atingir resultados bastante benéficos a nível social, ecológico e económico.

3 Áreas Urbanas e Rurais

Abre-se um novo capítulo com a introdução dos conceitos das áreas urbanas e rurais, com o intuito de divulgar os instrumentos necessários para a compreensão da dissertação, uma vez serem dois tópicos enormemente falados ao longo de todo o desenvolvimento da mesma. Ainda se desenvolve a temática das parcerias urbano-rurais.

3.1 Áreas Urbanas

3.1.1 Conceito

Primeiramente introduzir-se à os conceitos de urbanismo e urbanização e, posteriormente, falar-se-á dos conceitos de áreas urbanas, uma vez que os dois primeiros são absolutamente essenciais para se entender o terceiro.

O urbanismo *“é a arte e a ciência de conceber a adaptação de espaços concretos do território de forma a criar condições favoráveis à instalação de comunidades urbanas”* (Ferreira, 2018). A urbanização *“é o processo a longo prazo, caracterizado pelo aumento da percentagem de população a viver nas cidades e pela extensão geográfica das áreas urbanas”* (Urbano, 2011).

Por fim, uma área urbana *“é uma área fisicamente integrada numa cidade de grande ou média dimensão, caracterizada por uma importante percentagem de superfície construída, uma elevada*

densidade de população e de emprego e redes significativas de infraestruturas de transportes e outras (por oposição às áreas rurais). As áreas urbanas podem englobar áreas verdes não construídas, geralmente utilizadas para fins recreativos pelos habitantes da cidade” (Urbano, 2011).

3.2 Áreas Rurais

3.2.1 Conceito

Atualmente ainda não há uma definição consensual e internacionalmente reconhecida de área rural ou rural e há atualmente inúmeros debates no sentido de definir o melhor conceito. Contudo, os aglomerados populacionais de pequena dimensão representam um fator fulcral para delimitar o conceito de *rural* (Rolo & Cordovil, 2014).

Os tipos de rural “correspondem a grandes manchas contíguas do Continente português constituídas por concelhos cujas componentes rurais são semelhantes nos aspetos considerados mais relevantes para compreender a diversidade do rural” (Rolo & Cordovil, 2014). Assim, usaram-se seis indicadores para delimitar os *tipos de rural* existentes a nível nacional, estes foram: a densidade populacional rural, o peso dos grupos socioeconómicos do setor primário, o peso das unidades de trabalho agrícola, o potencial demográfico, o capital humano e o índice de integração urbana (Rolo & Cordovil, 2014). Deste modo, foi possível distinguir setes tipos de rural em Portugal: Baixa Densidade Norte, Baixa Densidade Centro, Baixa Densidade Sul, Transição Agrícola, Transição Indústria e Serviços, Rural Denso e Rural Metropolitano.

Por fim, apresenta-se também os conceitos de população e superfície rural. A população rural é compreendida como *“a população que reside isolada e em aglomerados populacionais com menos de dois mil habitantes”* (Rolo & Cordovil, 2014) e a superfície rural corresponde à *“superfície das categorias de solo rural destinadas ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano”* (Dec. Regulamentar n.º11/2009).

3.3 Políticas de Desenvolvimento Urbano-Rural

A situação atual remete-nos para um abandono rural generalizado e um desenvolvimento urbano imenso, assim os esforços atuais são no sentido da ligação urbano-rural. Alguns documentos como o Livro Verde sobre a Coesão Territorial, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, a Agenda Territorial 2030 e a Carta de Leipzig levam-nos ao encontro de ferramentas e soluções que visam a articulação urbano-rural. Relativamente ao Livro Verde sobre a Coesão Territorial este remete para um desenvolvimento harmonioso de toda a UE e defende a ideia de que a exponenciação da competitividade deriva da criação de laços entre os territórios, de maneira a que os recursos comuns

sejam utilizados coordenada e ecologicamente. A Agenda Territorial e a Carta de Leipzig defendem como princípios comuns a abordagem de base local e a coordenação de políticas e quadros estratégicos eficazes a vários níveis e defendem que estes são aplicáveis a todos os territórios e setores políticos, facultando orientações para a aplicação destes nas cidades, nas zonas urbanas, nas suas regiões funcionais e nas zonas periurbanas, fomentando as parcerias urbano-rurais. O PNPT é “um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional” (Território, 2019) e que dá ênfase à cooperação interurbana, rural-urbana e intermunicipal.

Para além disto, o projeto RURBAN é uma iniciativa acordada pelo Parlamento Europeu em 2010 e gerida pela Comissão Europeia, que tem como vista a parceria urbano-rural e o respetivo desenvolvimento com base na sustentabilidade. O objetivo passa por “*analisar as práticas de parceria territorial para cidades e zonas rurais, conseguir uma melhor cooperação entre diferentes atores no desenvolvimento e implementação de iniciativas urbano-rurais, promover a coordenação governamental, avaliar os possíveis ganhos económicos e sociais de uma cooperação rural-urbana reforçada e identificar o papel potencial da parceria urbano-rural para melhorar a competitividade regional e a governação regional*” (Comissão). A área de ação do projeto compreende regiões metropolitanas e zonas rurais periurbanas, redes de pequenas e médias cidades e áreas escassamente povoadas. Esta relação bidirecional pode gerar externalidades bastante positivas e aumentar a competitividade económica.

Para além destas medidas, a Comissão Europeia tomou algumas iniciativas neste âmbito, através, por exemplo, das *smart villages*. As *smart villages* são um conceito muito recente das políticas da União Europeia. O objetivo deste projeto é focar-se nos pontos fortes das áreas rurais e nos seus ativos e, a partir destes, no desenvolvimento de novas atividades. Foi a partir daqui que se criaram os contratos de reciprocidade, que advêm de um reconhecimento crescente da necessidade de novas formas de ligação urbano-rural. Estes serão aprofundados posteriormente.

3.4 Parcerias urbano-rurais

Atualmente temos assistido a uma maior consciencialização e a um aumento muito grande do número de iniciativas ativas por parte dos governos e das organizações nacionais e internacionais com o intuito de combater as desigualdades urbano-rurais. As políticas europeias têm evoluído no sentido de sublinhar a importância da integração rural-urbano, “*integrando as cidades e mundo rural no sentido de melhorar a coesão dos territórios, promover a diversidade funcional, preservar o ambiente e combater a dispersão urbana*” (Colégio Food, Oliveira, Amâncio, & Fadigas, 2017). Constatou-se que as parcerias e a integração em rede, com o intuito de conectar indivíduos, empresas e instituições facilita claramente esta integração.

É fundamental perceber-se qual o conceito de parceria urbano-rural. Estas interações “*podem ser definidas como relações que se desenvolvem no território (como os fluxos de pessoas, bens, capital,*

informação ou resíduos) e ligações entre sectores (por exemplo, entre agricultura, serviços e indústria). Em termos gerais, incluem as atividades “rurais” localizadas em centros urbanos (como a agricultura urbana) e as atividades classificadas como “urbanas” (como a indústria e os serviços) existentes em aglomerados rurais” (EUROPA, 2011). As interações entre estes dois meios têm-se intensificado nas últimas décadas em termos de movimento pendular, de fluxo de pessoas, atividades de lazer e recreio e atividades urbanas que atualmente se localizem em regiões rurais.

As parcerias são absolutamente fundamentais de maneira a atingir o desenvolvimento económico equilibrado e a reduzir a vulnerabilidade das regiões rurais mais desfavorecidas, sendo também indispensáveis no uso e gestão sustentável dos recursos naturais, em particular nas áreas periurbanas. Tem havido um aumento do número destas relações entre as áreas urbanas e rurais de maneira a promover um desenvolvimento territorial harmonioso (através não só das autoridades locais como também de instituições não governamentais) *“visando a oferta de serviços, a proteção de recursos naturais e ambientais, o favorecimento de contactos regulares entre as comunidades urbana e rural, o desenvolvimento de sinergias ao nível económico” (EUROPA, 2011).*

RURBAN (Parceria para o Desenvolvimento Urbano-Rural Sustentável) é uma ação preparatória acordada pelo Parlamento Europeu em 2010 e gerida pela Comissão Europeia. O objetivo passa por *“analisar práticas de parceria territorial para as cidades e zonas rurais, para alcançar uma melhor cooperação entre diferentes atores no desenvolvimento e implementação de iniciativas urbano-rurais comuns baseadas na abordagem integrada e para promover a governação territorial a vários níveis” (Comissão Europeia).* Uma das ações de maior relevância é o projeto *Smart Villages*, que se foca nos pontos fortes das áreas e comunidades rurais com o intuito das desenvolver. Este não pode ser feito isoladamente, sendo que o reforço entre as regiões rurais e urbanas é fundamental. Os contratos de reciprocidade, de que se irá falar no próximo capítulo, fazem parte deste projeto.

3.4.1 Importância da ligação entre as áreas urbanas e rurais

A relevância de um envolvimento urbano-rural saudável para o crescimento regional sustentável está a tornar-se amplamente mais reconhecida. Foi reconhecida a importância da investigação das ligações urbano-rurais no crescimento e extensão urbana como também na reconfiguração dos territórios rurais vizinhos.

Nos últimos tempos tem havido uma procura social muito grande pelas zonas rurais, de maneira a fugir do stress e do mundo urbano e a conseguir aproveitar a natureza em qualquer uma das suas formas (florestal, agrícola ou ajardinada). Novas práticas sociais estão a ser construídas nos espaços rurais *“a partir de uma classe de profissionais liberais ou intelectuais de classe média e média alta que investem na propriedade rústica (médicos, advogados, gestores, artistas...): as quintas do Noroeste, os montes no Alentejo, a pequena ou média exploração familiar de vinha ou com um pequeno pomar” (Marques, 2003).* Toda esta nova procura vem associada à satisfação de um prazer, ao lazer, à sensação de estar longe da poluição da cidade e *“procura preservar as raízes de um*

imaginário campestre” (Marques, 2003). Para além disto, existe um grande conjunto de pessoas, que se dirigiram às grandes cidades com o objetivo de beneficiar de melhores condições de vida, que, entretanto, voltaram ou voltam frequentemente nas épocas festivas e aos fins de semana, porque têm no campo as suas raízes e, fundamentalmente, os laços familiares. E, por fim, ainda existe, e cada vez mais, aqueles que procuram a prática dos desportos ao ar livre ou também de desportos radicais, que procuram estar em contacto mais próximo com a natureza. Tudo isto representa então uma nova tendência que corresponde a uma procura crescente pela natureza e por uma preferência por espaços essencialmente naturais (Marques, 2003).

A ligação entre áreas urbanas e rurais dá-se numa vertente demográfica, económica, devido aos serviços públicos e à troca de mercadorias, e também devido às interações governamentais. Do ponto de vista demográfico há uma interligação entre ambos devido aos deslocamentos de pessoas para o trabalho/casa ou mesmo para se fixarem tanto nas zonas industrializadas como rurais. A nível dos serviços há também uma associação entre ambos devido à educação, hospitais, cuidados de saúde, serviços sociais e à eliminação de resíduos. A nível das amenidades e bens ambientais e, segundo o relatório *Understanding Rural-Urban Partnerships da OCDE*, há três tipos de interações que podem acontecer. A primeira está relacionada com os serviços ecossistémicos que são fundamentais para a sustentabilidade social, ambiental e económica. Destes fazem parte os recursos hídricos, a qualidade do ar, decomposição de resíduos e a biodiversidade. A segunda está relacionada com o facto de que, atualmente, ambos os residentes (urbanos e rurais) terem padrões de consumo mais complexos e uma grande semelhança de preferências. E, sendo assim, é possível os residentes rurais usufruíram destes serviços (eventos culturais, por exemplo) nas áreas urbanas enquanto os residentes urbanos podem também disfrutar da tranquilidade e melhor qualidade do ar do ambiente rural. A terceira tem que ver com o facto de que as áreas rurais terem uma grande potencialidade para fornecerem recursos para as energias renováveis através da agricultura e dos recursos florestais para a energia de biomassa (OECD, 2013).

É necessária obviamente uma relação de uma natureza muito íntima entre as cidades e o mundo rural que só trará repercussões bastante vantajosas ao nível da atividade biológica, do incentivo à cultura, da diversidade económica e da estabilidade ecológica. O arquiteto paisagista Ribeiro Telles explica-nos a necessidade de uma profunda relação entre ambos os espaços afirmando que: *“Em primeiro lugar, o espaço rural permite a existência de corredores ecológicos, onde os ritmos da natureza e a sua presença garantem uma contrapartida eficaz ao artificialismo das áreas contíguas urbanas. Deverão constituir a principal rede de drenagem do ar e da água da região metropolitana. Em segundo lugar, a paisagem rural constituirá uma memória e um espaço de cultura onde subsistem muitos valores do património herdado. Em terceiro lugar, as áreas rurais e a costa marítima deverão ser elementos fundamentais de recreio, lazer e turismo, indispensável à vida urbana dos nossos dias. Em quarto lugar, as áreas agrícolas, integradas nas áreas metropolitanas, poderão contribuir para o abastecimento familiar, local e regional, em produtos alimentares essenciais e para a ocupação dos tempos livres. Em quinto lugar, a agricultura periurbana, intensiva ou complementar (hortas sociais), poderá ter um papel relevante na economia interna das áreas metropolitanas”* (Telles, 1987). Como

evidenciado no parágrafo anterior, esta interação pode ser vista no contexto das ligações ecológicas, onde se incluem os serviços ecossistêmicos (que resultam de uma interação complexa de ciclos naturais como a energia solar e contribuem para a funcionalidade da biosfera, que contém todos os organismos vivos) e das ligações socioeconômicas. Estas relações facilitam também a produção de bens públicos que são indispensáveis para o desenvolvimento econômico, exemplos destas incluem a cooperação entre empresas que aumenta e melhora os mercados e a atratividade do território para investimento e turismo (OECD, 2016). Em segundo lugar, permitem também melhorar as economias no sentido do fornecimento de bens públicos visto que agregam os recursos limitados dos governos rurais aos existentes nas áreas urbanas permitindo prestar serviços mais eficientes a toda a região. Permitem também um aperfeiçoamento do desenvolvimento territorial, sendo, para este efeito, importante perceber a interdependência entre as duas zonas, uma compreensão mútua e a necessidade de agir em comunhão, definir objetivos muito específicos e claros, participação democrática e liderança (OECD, 2016).

Em suma, o ordenamento do território é fundamental principalmente na organização do rural, do urbano e das áreas metropolitanas no sentido da melhor gestão dos recursos vivos e de preservar os valores da comunidade. É imprescindível a existência de valores rurais onde prevalece a atividade agrícola, mas também a presença de uma nova agricultura onde são preponderantes as zonas urbanas. *“Isto quer dizer que a cidade e as áreas metropolitanas não podem existir sem a presença do campo, da ruralidade e do mar e com eles devem constituir um todo. Só assim poderá ser possível o artificialismo do fâcies urbano e o mundo rural justificar a sua razão multifacetada, que vai desde a produção de alimentos à cultura e ao recreio. A ruralidade e a cidade são, na realidade, indispensáveis à própria existência de Portugal como entidade política independente com cultura própria e com um projeto específico de contribuição para o desenvolvimento da Humanidade”* (Telles, 1987).

“Fechar o fosso entre zonas rurais e urbanas e conceber uma visão partilhada com uma estratégia explícita de desenvolvimento a longo prazo não é um exercício: é algo dinâmico a ser reinventado com a frequência que for necessária com as comunidades locais” (ENRD, 2018).

3.4.2 Benefícios das parcerias urbano-rurais

Ir-se-á explorar as mais valias das parcerias urbano-rurais e, nomeadamente, que serviços cada uma destas áreas pode oferecer de maneira a se poderem beneficiar mutuamente. Serviços estes que compreendem os serviços dos ecossistemas (serviços de produção, de regulação e culturais), os serviços públicos e privados, a mobilidade e a saúde. A seleção deste tipo de serviços foi feita através da aprendizagem retirada da revisão bibliográfica e da análise do artigo científico “The mutual benefits of promoting rural-urban interdependence through linked ecosystem services” escrito pelos Drs. Tewelde Gebre e Bernahu Gebremedhin. Os serviços podem ser oferecidos tanto pelas zonas rurais,

como pelas zonas urbanas, e esta troca de serviços é o que permite formalizar uma parceria: contratos de reciprocidade (próximo capítulo).

Assim, abaixo apresenta-se um quadro com cada um destes e, posteriormente, aprofundar-se-á cada um dos temas.

Serviços	Tipos de serviços	Áreas Urbanas	Áreas Rurais
Serviços de Produção	Abastecimento Alimentar	+	-
	Abastecimento de Água	+	-
	Fornecimento de matérias-primas	+	-
	Fornecimento de madeira	+	-
Serviços de Regulação	Regulação Climática e Atmosférica	+	-
	Sequestro e Armazenamento de Carbono	+	-
	Moderação de eventos extremos	+	-
	Tratamento Águas Residuais	+	-
	Prevenção Erosão e Manutenção da Fertilidade do solo	+	-
	Serviços de Apoio aos Ecossistemas	+	-
Cultura		-	+
Mobilidade		-	+
Saúde		-	+
Outros		-	+

Tabela 2: Serviços oferecidos pelas áreas urbanas e áreas rurais; o sinal menos (-) corresponde à área que fornece o serviço e o sinal mais (+) corresponde à área que beneficia do serviço.

3.4.2.1 Serviços de Produção

São os serviços que fornecem bens básicos como água, madeira, fibras, lã, algodão e alimentos. As áreas rurais permitem fornecer grande parte destes bens às populações urbanas.

3.4.2.1.1 Abastecimento alimentar

É evidente que o crescimento populacional aliado com a rápida taxa de crescimento urbano e do rendimento leva a que a procura de alimentos nas zonas urbanas aumente acentuadamente. Cerca de 70% dos alimentos são produzidos nas zonas rurais sendo comercializados para os mercados urbanos com o intuito de gerar rendimentos. E, considerando a rápida urbanização nas zonas urbanas as cidades precisarão de cada vez mais alimentos para satisfazer as necessidades dos seus habitantes (Oliveira, et al., 2022). Embora exista uma conexão muito grande entre as duas áreas há um grande fosso no que toca ao fornecimento alimentar, havendo alguns problemas associados às infraestruturas

e instalações, sendo fundamental uma boa articulação entre ambas as áreas a nível das infraestruturas de maneira a exonerar a eficiência do fornecimento de alimentos.

Há inúmeros requisitos básicos que permitem melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos que chegam às zonas urbanas, sendo esses:

- *“Melhorar a gestão do uso do solo para uma produção alimentar eficiente e sustentável*
- *Proteger o ambiente da contaminação*
- *Fornecer quantidade suficiente de água para a produção alimentar*
- *Melhorar as infraestruturas de transporte para um melhor acesso*
- *Permitir a livre divulgação de informação de mercado para melhores decisões de produção e comercialização*
- *Melhorar os métodos de transporte para reduzir as perdas alimentares*
- *Clarificar articuladamente a regulamentação da produção, transporte e comercialização de alimentos”* (Gebre & Gebremedhin, 2019)

A pecuária é outra área com um potencial muito grande para os produtores locais. *“Devido ao aumento do rendimento e às preocupações dadas aos alimentos energéticos, há um rápido aumento no consumo de produtos animais (carne, leite e ovos), óleos vegetais e açúcar. A carne, o leite e os ovos representam 29% do consumo total de alimentos nos países em desenvolvimento e 48% nos países desenvolvidos”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

De maneira a aproveitar o mercado nas zonas urbanas é fundamental a melhoria na qualidade e quantidade da produção alimentar, com o intuito, também, de aproveitarem as sinergias urbano-rurais. Neste sentido a Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável identificou três estratégias que permitem aumentar a produção alimentar. São estas:

- *“Melhorar os sistemas de produção alimentar sustentável através de sistemas de alto rendimento e alta eficiência da água, nutrientes do solo e energia, apoiando dietas nutritivas com baixas perdas e desperdícios alimentares*
- *Proteger a floresta e a conversão de zonas húmidas em zonas agrícolas, proteger os recursos do solo, e assegurar que os sistemas agrícolas sejam resistentes às alterações climáticas e às catástrofes*
- *Assegurar o acesso controlado nas zonas rurais aos recursos básicos e serviços de infraestruturas (terra, água, energia, comunicação móvel e via Internet, insumos agrícolas, e serviços)”* (Gebre & Gebremedhin, 2019)

É importante referir que é também imprescindível o investimento nas infraestruturas que ligam ambas as zonas, visto que está comprovado que este mesmo afeta positivamente a produtividade agrícola e a produção. *De acordo com Fan e Hazell (2001), “o investimento público em estradas para ligar as*

zonas rurais às urbanas aumentou a produção agrícola na China e na Índia. Na África Subsaariana, a produção agrícola encontra-se altamente correlacionada com a proximidade de estradas com áreas urbanas de mercado” (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Neste âmbito houve duas iniciativas do projeto europeu Robust que nos ajudam a perceber como é possível ambas as áreas tirarem partido da sua conexão. Um dos projetos denominado *Food waste redistribution* baseia-se na criação de uma empresa social que se foca na redistribuição de alimentos que iriam ser desperdiçados. Os alimentos que estão em risco de serem desperdiçados (embalagens danificadas ou datas de validade próximas) são levados para um ponto de coleção central, ajudando os retalhistas e os supermercados. O operador da cadeia de abastecimento evita as taxas de aterro e proporciona benefícios a ambas as partes. Estes alimentos são depois redistribuídos a outras instituições de caridade localizadas em zonas rurais, por uma taxa baixa que cobre o custo do transporte e das despesas gerais do ponto de recolha. O trabalho é uma mistura de voluntários e também daqueles que estão de regresso a casa, que são remunerados pelo estado. Daqui retiram-se alguns benefícios importantes como a redução do desperdício de alimentos e a criação de oportunidades de emprego (Reed, 2020).

Para além disto, a *slow food* é uma organização criada em 1989 para prevenir o desaparecimento das culturas e tradições alimentares locais e combater o interesse cada vez menor das pessoas pela comida que comem, de onde ela vem e como as nossas escolhas alimentares afetam o mundo à nossa volta. Esta instituição é uma forma de abastecimento alimentar destinada a aumentar o valor das zonas rurais incentivando o consumo de alimentos regionais. Através do estabelecimento de cadeias de valor alimentar regionais, podem ser promovidas empresas regionais e pode ser garantido o abastecimento sustentável e a baixo custo da população com produtos da região. A rentabilidade é alcançada através da ausência de distribuidores no meio e incentivando a compra e a agricultura local. Baseia-se num conceito de boa alimentação cultivando alimentos de qualidade e saudáveis, através de uma produção que não prejudica o ambiente com preços acessíveis para os consumidores e com condições e remunerações justas para os produtores. Sendo uma ideia bastante benéfica dado que incentiva o fornecimento local de alimentos regionais, pratica preços justos, promove as economias regionais e reduz a carga sobre o ambiente (Bauchinger, 2020).

A primeira iniciativa relacionada com o abastecimento alimentar, que protege a floresta e os recursos naturais, que apoia dietas nutritivas com baixas perdas e sem desperdícios alimentares contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e 15 (Proteger a Vida Terrestre). Também nesta base, o projeto do Robust-*Food Waste Redistribution*- ao promover a recirculação dos alimentos permite atingir 2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável- o 12 e o 2 (Erradicar a Fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável).

3.4.2.1.2 Abastecimento de água

Primeiramente é necessário falarmos da importância da água no nosso cotidiano e no nosso bem-estar. A água é a substância mais importante na saúde realizando bastantes funções vitais como propiciar grande parte das reações químicas, eliminar substâncias tóxicas, transportar nutrientes, oxigênio e sais minerais, facilitar a digestão, garantir a proteção de algumas partes do corpo e auxiliar na regulação da temperatura corporal.

Para além destas funções essenciais esta é também fundamental na manutenção da sustentabilidade do desenvolvimento urbano-rural sendo imprescindível para uso doméstico, uso agrícola, de lazer e prestando uma função fundamental no ecossistema. *“De acordo com a OMS (2017a), mais de 2,1 mil milhões de pessoas não têm acesso a uma fonte de água melhorada, das quais, 844 milhões não têm sequer um serviço básico de água potável. Até 2025, dois terços da população mundial deverá enfrentar a escassez de água (OMS, 2017a). Devido à rápida taxa de crescimento da população urbana, a procura de água nas áreas urbanas está a aumentar muito rapidamente. Um relatório da UNDESA (2015), mostra que mais de 789 milhões de pessoas de residentes urbanos não têm acesso a um melhor abastecimento de água. De acordo com a mesma fonte, este número está a aumentar em seis milhões por ano. A prevalência de favelas em áreas urbanas é o outro desafio no fornecimento de água. Muitas pessoas que vivem nestas áreas urbanas são propensas a doenças porque não têm acesso a água potável e saneamento. Além disso, têm de ultrapassar os elevados níveis de poluição como indústria transformadora, e outras atividades urbanas libertam os seus resíduos químicos nos cursos de água nas áreas periurbanas dos anos de então” (Braun, 2007).*

É essencial fazer uma abordagem com base no abastecimento sustentável da água e de uma gestão cautelosa da água dado o crescimento urbano desmesurado e a limitação dos recursos de água doce. Este avanço urbano sobre áreas rurais é cada vez mais visível e, proporcionalmente, a pressão sobre os recursos hídricos é cada vez maior o que leva à necessidade de uma ação urgente de forma a controlar a situação (W.Arnell, 1999). As áreas urbanas utilizam água para inúmeros fins, nomeadamente, comerciais, industriais e residenciais. *“Por esta razão, estão a emergir estudos de gestão nos casos de transferências e realocações de água de zonas rurais para zonas urbanas (Newborne, 2016). Existem regras e regulamentos comumente utilizados nas leis e políticas nacionais que orientam o uso da água (Newborne, 2016). Consequentemente, é dada prioridade às áreas urbanas na atribuição da água. Nas zonas urbanas onde a água é escassa, esta questão é um aspeto importante. Onde a água deve ser transferida de potenciais zonas rurais para zonas urbanas, deve haver uma infraestrutura nova ou alterada a ser construída para o abastecimento de água. Aqui, as distâncias para áreas urbanas, as obras de engenharia, as necessidades energéticas, e a questão do planeamento urbano têm de ser tomadas em consideração. Além disso, a utilização prevista da água a ser fornecida tem de ser devidamente identificada, tal como para beber, saneamento, indústria, irrigação e outros fins” (Gebre & Gebremedhin, 2019).* Dois exemplos desta iniciativa são o Burkina Faso, mais especificamente, Ouagadougou, em que 70% da água utilizada vem de zonas rurais e,

também, o caso da Etiópia em que uma quantidade significativa da água usada na capital (Adis Abeba) é retirada através de fontes rurais próximas (Gefersa e Legedadi).

É necessária uma reformulação da política da água e na gestão da procura com o intuito de minimizar os impactos negativos da transferência da água das zonas rurais para as urbanas. *“Estas reformas políticas devem incluir o estabelecimento de direitos da água para os utilizadores; a descentralização das funções de gestão da água para níveis apropriados; a utilização de incentivos, incluindo a reforma de preços, especialmente em contextos urbanos; e a introdução de tecnologias apropriadas de poupança de água”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Estas iniciativas baseiam-se na urgência de uma gestão e abastecimento sustentáveis da água e na criação de infraestruturas que permitam a transferência de água de zonas rurais para urbanas, ajudando a atingir os Objetivos 6 (Água Potável e Saneamento) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) do Desenvolvimento Sustentável.

3.4.2.1.3 Fornecimento de matérias-primas

As matérias-primas são materiais naturais não processados de origem animal, mineral ou vegetal que podem ser utilizados para produzir materiais acabados ou semiacabados. Os recursos rurais estão a ser sucessivamente mais valorizados devido à sua diversificação e à maior gama de vantagens económicas que apresentam. As áreas urbanas detêm enormes indústrias e instituições que dependem bastante de matérias-primas agrícolas, sendo que a comercialização destes produtos, por parte das povoações rurais, irá estimular a economia, o emprego e o desenvolvimento (Gebre & Gebremedhin, 2019). Dois dos maiores produtos que interligam as áreas rurais e urbanas são o óleo vegetal e a borracha natural. Enquanto óleo vegetal entende-se óleo de palma, óleo de soja e óleo de colza, sendo os principais óleos vegetais presentes nos mercados internacionais, são utilizados para fazer alimentos e outros produtos. *“O relatório StatisticsPortal (2018) sobre o consumo global de óleos vegetais de 2013/14 a 2017/18 mostra que o consumo de óleo de sementes de girassol representou 17,63 milhões de toneladas métricas em todo o mundo e a produção global de óleo vegetal representou cerca de 198 milhões de toneladas métricas em 2016/2017”* (Gebre & Gebremedhin, 2019). A borracha natural é um dos produtos agrícolas utilizados em muitas formas diferentes de produtos finais e outros produtos gerais de borracha, incluindo, mangueiras, cintos, calçado, artigos cirúrgicos e tecidos de borracha (Gebre & Gebremedhin, 2019). É sabido que a procura pela borracha natural tem aumentado bastante nas últimas décadas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas o aumento é mais significativo nos segundos dado que a taxa de urbanização é também maior nestes mesmos (Grilli, 1981).

O açúcar é também um produto que poderá fortalecer a conexão rural-urbano, sendo bastante comum no nosso dia-a-dia. A produção agrícola da cana-de-açúcar é derivada do interesse pelo açúcar, mas também pelo etanol. O etanol é maioritariamente produzido com base em inúmeros produtos agrícolas, sendo que a cana-de-açúcar faz parte destes. *“Isto tem impactos positivos como a eliminação de*

compostos de chumbo e de emissões nocivas da gasolina. Contribui também para a luta contra o aquecimento global ao reduzir as emissões de dióxido de carbono dos veículos automóveis, sendo assim um combustível renovável” (Gebre & Gebremedhin, 2019).

A agricultura é também fundamental nesta relação, sendo esta a prática da produção agrícola e pecuária. Inúmeros produtos são produzidos através desta e estes servem as indústrias que se dedicam ao processamento de alimentos. Esta última está em completa ascensão e expansão a nível mundial e compreende uma série de atividades industriais que se dedicam ao processamento, conversão, preparação, conservação e embalagem de produtos alimentares para fins de mercado, incluindo os métodos e técnicas utilizados para transformar produtos agrícolas em alimentos para consumo humano. *“Um estudo realizado por Roberts et al. (2013) confirmou que a contribuição das empresas agrícolas para as suas áreas urbanas circundantes é muito importante. As famílias que vivem da terra, por outro lado, beneficiarão de transações agrícolas devido à consolidação das empresas agrícolas na região. Além disso, “Harrison (1993), afirmou que as indústrias relacionadas com a agricultura têm um impacto económico importante na economia rural. Isto, por sua vez, aumenta o poder de compra dos agricultores devido a fatores de produção agrícola que podem aumentar a sua produção agrícola. Assim, as políticas deveriam visar o aumento da produtividade e produção agrícola rural, o que acrescentaria o benefício de oportunidades crescentes para as atividades urbano-industriais” (Gebre & Gebremedhin, 2019).*

Relacionado com o fornecimento de matérias-primas ao fomentar a agricultura e, principalmente, a agricultura sustentável contribui-se para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 (Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável).

3.4.2.1.4 Fornecimento de madeira

As áreas urbanas utilizam bastante os produtos florestais para construção, lenha e fins industriais como mobiliário de casa ou escritório. O aumento das construções está a aumentar devido ao crescimento populacional e, consecutivamente, a procura pela madeira está também em ascensão há algumas décadas. Este interesse pela madeira é devido ao facto de ser um recurso renovável ao contrário de inúmeros outros como aço, betão, alumínio. Estes últimos apresentam diversos malefícios no ambiente, sendo que *“a utilização de materiais de construção não renováveis aumentará a quantidade de petróleo para cerca de 717 milhões de galões americanos (1 galão=3,78541 litros) por ano, e cerca de 7,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono serão adicionadas anualmente à atmosfera” (Gebre & Gebremedhin, 2019).*

Deve então ser feito um esforço para aumentar a produção de madeira nas zonas rurais, logo as instituições do mercado florestal devem ser autorizadas a investir no desenvolvimento de empresas regionais para melhor beneficiarem da cadeia de valor da madeira e produtos relacionados. *“É também necessário tornar a política adequada para que os pequenos agricultores participem nos mercados, eliminando regulamentações excessivas, criando um ambiente de mercado justo e aberto, e envolvendo as organizações de agricultores na formulação e discussão de políticas florestais. Além disso, os fornecedores de madeira devem melhorar a sua estratégia de mercado, reforçar as suas*

instituições, e seguir parcerias comerciais estratégicas para desenvolver um mercado prático de madeira florestal” (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Há um forte incentivo dado o facto de uma utilização correta da madeira ser bastante benéfico para o combate às alterações climáticas e propiciar o desenvolvimento sustentável em virtude de reduzir o CO₂ na atmosfera. Certamente é necessária regulamentação quanto ao corte da madeira e a preocupação por um uso sustentável, porém, se nos basearmos nestas últimas ideologias é possível haver um avanço no sentido do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação Climática).

3.4.2.2 Serviços de Regulação

“Os serviços de regulação são os benefícios obtidos a partir dos serviços que os ecossistemas fornecem a partir da regulação dos processos dos ecossistemas como a manutenção da qualidade do ar e do solo, a regulação do clima e dos fenómenos climáticos extremos, o controlo de cheias e doenças, ou a polinização de culturas” (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Nos dias de hoje a relação do homem com a natureza está a ser alterada devido à expansão urbana, e as áreas urbanas caracterizam-se por apresentarem um declínio dos serviços ecossistémicos, devido, maioritariamente, à perda de áreas verdes (Xianrui Hou, 2021). Isto conduz a uma maior dependência das zonas urbanas pelas áreas rurais e aos respetivos serviços ecossistémicos. *“Um estudo conduzido por Larondelle et al. (2014) sobre a regulação dos últimos em 300 cidades europeias mostra que as cidades dependem destes para satisfazer as necessidades e desejos dos seus residentes” (Gebre & Gebremedhin, 2019).*

Os serviços ecossistémicos regulam o clima:

- Fornecendo fontes de retenção de gases de efeito de estufa e favorecendo a formação de nuvens
- Aumentando a evapotranspiração e, conseqüentemente, a formação de nuvens e a precipitação
- Afetando a capacidade de absorção de insolação superficial e, conseqüentemente, a temperatura
- Através do fornecimento de sombra e abrigo e da regulação da humidade e temperatura

Os serviços ecossistémicos são a melhor forma de adaptação às alterações climáticas considerando a sua eficácia na redução da vulnerabilidade, os seus benefícios na conservação da biodiversidade e para a mitigação das alterações climáticas (Gebre & Gebremedhin, 2019).

As iniciativas seguintes com base na regulação climática, sequestro do carbono e moderação de eventos extremos baseiam-se todos na mesma ideologia- a cobertura verde. Isto devido à importância que esta última tem na regulação do clima nas áreas urbanas, sequestro e remoção do carbono e na

proteção das comunidades permitindo atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 3(Saúde de Qualidade), 13(Ação Climática) e 15(Proteger a Vida Terrestre).

3.4.2.2.1 Regulação climática e atmosférica

O crescimento industrial e económico nos últimos 100 anos levou a um dos maiores problemas da atualidade: o aumento das emissões de poluentes atmosféricos (dióxido de carbono, dióxido de azoto, ozono, dióxido de enxofre e partículas). Os serviços ecossistémicos permitem atenuar os efeitos das alterações climáticas, fornecendo bens e serviços que regulam o clima. As florestas têm um papel vital no controlo da qualidade do ar visto que removem poluentes da atmosfera. *Durante 1991, “as florestas na área de Chicago removeram 6145 toneladas de poluentes atmosféricos, fornecendo uma limpeza do ar avaliada em 9,2 milhões de dólares”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Outro fenómeno muito importante que é minimizado é a ilha de calor urbano. A ilha de calor urbano ocorre quando as áreas urbanas têm uma temperatura superior às áreas rurais vizinhas. As causas para a ocorrência da mesma são os transportes, as indústrias e a forma como os edifícios estão construídos, que absorvem e irradiam de novo as radiações solares. As áreas verdes e florestas são essenciais de maneira a regular o clima nas áreas urbanas, sendo essencialmente manter e aumentar os serviços que os ecossistemas nos conseguem prestar, tendo a dupla vantagem de fornecer múltiplos serviços ecossistémicos, mas também de regular climaticamente as cidades (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Relacionado com este fenómeno temos outra iniciativa do projeto Robust denominada *Sustainable energy sourcing* que compreende investimento baseados nas áreas rurais de parques de energia solar e eólica que ligam co-investidores na produção e consumo de energia renovável. Este processo é muito benéfico dado que reduz a dependência das importações de energia, aumenta o rendimento rural, origina sistemas energéticos mais eficientes e novas parcerias transsetoriais (Oostindie, 2020), permitindo atingir o objetivo 7 do Desenvolvimento Sustentável (Energias Renováveis e Acessíveis)

3.4.2.2.2 Sequestro e armazenamento de carbono

“Os solos contêm cerca de 75% do carbono na terra, o que é três vezes mais do que a quantidade armazenada em organismos vivos” (Gebre & Gebremedhin, 2019). O sequestro do carbono é um fenómeno que é realizado pela cobertura vegetal ao armazenar o dióxido de carbono ou outras formas de carbono na formação das células vegetais e libertando o oxigénio durante a fotossíntese. Os ramos, folhas e outros materiais quando caem no solo continuam a capturar o carbono até à sua decomposição ou incineração.

As atividades industriais, os transportes e a industrialização estão a deteriorar a qualidade do ar atmosférico, aumentando as quantidades de dióxido de carbono ou outros gases de efeito de estufa como o metano e óxido nítrico, etc. O grande problema das áreas urbanas é que emitem uma

quantidade enormíssima destes gases, mas não têm capacidade dos reter, que é, por exemplo, o caso da Índia, *“em que as árvores da cidade estão atualmente a sequestrar 15.000 toneladas de carbono por ano; indicando que 2% das emissões da cidade são absorvidas e 98% permanecem em sobrecarga atmosférica”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Logo, o fator chave é manter os serviços dos ecossistemas nas zonas rurais de maneira a controlar os impactos nefastos. De factos estes serviços regulam o clima armazenando e sequestrando os gases de efeito de estufa. As plantas, árvores e cobertura vegetal permitem a retenção do carbono e outras fontes derivadas deste, fixando-as nos seus corpos, desempenhando um papel fundamental na remoção do carbono. *“Em Camberra, estima-se que cerca de quatro milhões de árvores plantadas têm um valor combinado de redução energética, mitigação da poluição e sequestro de carbono de 20 e 67 milhões de USD durante o período 2008 e 2012”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Especificamente as árvores mais importantes são as que têm uma massa específica de madeira elevada, um crescimento rápido (aumentando a biomassa a um ritmo rápido) e devem ter uma copa de um tamanho considerável, isto porque são as que têm a maior capacidade de retenção de carbono. *“Na maioria dos casos, uma tonelada de armazenamento de carbono na árvore representa a remoção de 3,67 toneladas de carbono da atmosfera, e 2,67 toneladas de oxigénio são libertadas em retorno para a atmosfera”* (Gebre & Gebremedhin, 2019). As florestas nas zonas rurais são imprescindíveis na manutenção do equilíbrio das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono nas zonas urbanas, permitindo melhorar a qualidade de vida e a saúde (Gebre & Gebremedhin, 2019).

3.4.2.2.3 Moderação de eventos extremos

Enquanto eventos climáticos extremos entende-se cheias, inundações, incêndios, tsunamis, deslizamentos de terra e eventos de calor extremo.

As inundações são dos eventos que afetam mais populações em todo o mundo e as suas causas advêm do mau planeamento e ordenamento do território e, consecutivamente, da estrutura do fluxo de água das cheias, da cobertura de grandes partes do solo com casas, das estradas e pavimentação e da obstrução de canais (Shannon Doocy, 2013).

Outro evento cujas causas estão na origem do crescimento urbano e humano desmesurado são os deslizamentos de terra (Rosa María Mateosa, 2019). A cobertura vegetal e a sua gestão inteligente são fundamentais para evitar este tipo de fenómenos, logo é fundamental uma boa gestão e desenvolvimento florestal. Cada vez mais, nos dias de hoje, estes serviços são fundamentais devido ao avanço do mar e à subida do nível médio das águas do mar a nível mundial. Os ecossistemas reduzem os danos causados por estes fenómenos climáticos e meteorológicos extremos *“estabilizando encostas, absorvendo a água das cheias e acalmando cheias e tempestades a grande velocidade”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Está comprovado que as florestas têm sido essenciais *“na redução dos perigos das cheias, deslizamentos de terras, neve e quedas de rochas”* (Gebre & Gebremedhin, 2019). A cobertura vegetal é então fundamental na proteção das comunidades e, quanto melhor uma floresta esteja tratada mais proteção pode oferecer às populações. *“Os serviços de proteção previstos podem ser bem previstos se a natureza do perigo for compreendida e as florestas forem protegidas e geridas de forma adequada”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

3.4.2.2.4 Tratamento de águas residuais

As zonas húmidas tornaram-se deveras importante no processo de tratamento de águas devido ao seu potencial biológico e económico, tornando-se uma solução definitiva. Estes ecossistemas filtram a água residual poluída e decompõem-na, atuando como um neutralizador natural para o ambiente circundante. *“A maioria da água poluída é tratada e os elementos nocivos são eliminados através do processo natural dos microrganismos no solo. O papel prático das zonas húmidas naturais no tratamento de altos níveis de águas residuais tornou-se a principal razão para a preservação e proteção das zonas húmidas”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

Este método tem uma incidência maior nos países em desenvolvimento que nos desenvolvidos devido às tecnologias aplicadas nestes últimos. Na maior parte dos casos, as águas poluídas das cidades são descarregadas em áreas abertas e rios que, posteriormente, fluem para os campos agrícolas. *“No entanto, o fornecimento de tratamento conveniente e económico de águas residuais em zonas rurais é um desafio em muitas partes do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Assim, a ligação rural-urbana é muito importante e as zonas urbanas têm prestado assistência de topo à construção, proteção e preservação de zonas húmidas em zonas rurais”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

A aposta nas zonas húmidas devido ao seu potencial biológico e económico na remoção dos contaminantes auxilia no sentido de atingir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6.

3.4.2.2.5 Prevenção da erosão e manutenção da fertilidade do solo

O solo é um elemento básico no sistema alimentar, sendo que estes, caso sejam bem tratados, podem produzir alimentos com uma qualidade plena. Este é responsável pela reciclagem dos resíduos orgânicos, regula o fluxo de carbono e o ciclo da água, repele pragas e doenças, realiza a descontaminação e fornece matérias-primas para o fabrico de novos produtos. A sua fertilidade é fundamental para o bom funcionamento dos serviços ecossistémicos, para o crescimento das plantas e produtividade agrícola (Gebre & Gebremedhin, 2019).

O processo que está a conduzir à degradação do solo, à desertificação e a perda de valor agrícola é a erosão do solo. O esgotamento da fertilidade do solo está a destruir por completo as culturas e está a

levar ao declínio da produção alimentar per capita em pequenas explorações agrícolas (Z. X. Tan, 2008).

“O aumento da fertilidade do solo e o restabelecimento do solo esgotado está entre os três requisitos identificados para aumentar a produção agrícola per capita” (Gebre & Gebremedhin, 2019). A floresta impede a *“erosão do solo e assegura a sua fertilidade através de processos naturais como a quebra de cheias, a retenção de solo e a estabilização de encostas”* (Gebre & Gebremedhin, 2019). É necessário um investimento na gestão sustentável das florestas de maneira a impedir o corte irresponsável, a promover a segurança alimentar e a proteger os recursos do solo. *“Assim, as zonas urbanas têm de dar ênfase aos serviços ecossistémicos das zonas rurais, a fim de satisfazer as suas necessidades básicas de vida e assegurar uma vida mais saudável”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

3.4.2.2.6 Serviços de apoio aos ecossistemas

Os serviços de apoio aos ecossistemas *“são os serviços que apoiam a prestação dos outros serviços e que são necessários para a produção ou manutenção dos serviços de aprovisionamento, culturais e reguladores dos ecossistemas, tais como os que mantêm as condições dos organismos vivos na terra. Além disso, o papel destes serviços ecossistémicos de apoio terá um benefício indireto para a população urbana. Assim, estes serviços ecossistémicos devem ser mantidos para melhores ligações rural-urbano”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

O ciclo de nutrientes descreve o ciclo de alguns nutrientes (cálcio, fosforo, azoto, carbono, oxigénio) que são absolutamente essenciais para a manutenção da vida no solo e incorpora tanto organismos vivos como não vivos em processos biológicos, geológicos e químicos.

Outro serviço importante é a manutenção da diversidade biológica/genética que representa a variabilidade de genes dentro das populações. É de conhecimento geral que todas as espécies têm adaptabilidades diferentes ao meio onde estão inseridas maioritariamente devido a composição genética existente. Assim sendo, a variabilidade de genes é fundamental *“para a manutenção de espécies a longo prazo e para a sustentabilidade do ecossistema no geral”* (Gebre & Gebremedhin, 2019). Tudo isto está interligado, e num ecossistema há uma interdependência muito grande entre todos, por exemplo, os consumidores (até por exemplo, nos seres humanos) dependem direta ou indiretamente dos produtores primários.

3.4.2.3 Serviços Culturais

Os serviços culturais são também benefícios que podemos retirar dos serviços dos ecossistemas relacionados com o lazer. São estes o *sustento espiritual, ecoturismo, recreação, e valores estéticos* (Gebre & Gebremedhin, 2019). As florestas não são só locais de abastecimento e de controlo, mas são também lugares recreativos e de lazer, estando estes serviços prestados pelos ecossistemas todos interligados.

A nível do turismo é notório que há uma maior procura pelo território rural devido ao facto de proporcionar um envolvimento mais agradável com a natureza e património cultural. *“Por conseguinte, muitos residentes urbanos têm de depender das zonas rurais para serviços recreativos. Assim, a ligação com as zonas rurais é imperativa”* (Gebre & Gebremedhin, 2019). Nos últimos anos, o conceito de ecoturismo tem vindo a aumentar, sendo que este corresponde a uma procura pelas zonas rurais não perturbadas para fins educativos e de investigação. Este novo tipo de turismo tem um duplo papel: é muito importante na conservação de áreas naturais e também estimula o conhecimento dos jovens, sendo uma fonte de rendimento para os habitantes locais rurais. *“Assim, deve ser dada a devida atenção à proteção destes sítios de ecoturismo através de uma forte ligação destes institutos de investigação e académicos com os sítios de ecoturismo”* (Gebre & Gebremedhin, 2019).

O Robust lançou também uma iniciativa muito similar denominado *green tourism* que corresponde ao turismo em áreas de alto valor natural como, por exemplo, áreas pouco ou não perturbadas. Este turismo tem como objetivo não perturbar a natureza, é uma alternativa ao turismo “cinzento” e fomenta a conexão urbano-rural. É bastante benéfico dado que incentiva a conservação dos recursos naturais, melhora o bem-estar da população local, cria rendimentos e oportunidades de emprego nas zonas rurais e fomenta a cooperação territorial (Knickel, 2020).

O ecoturismo e o *greentourism* (iniciativa do Robust) que apostam num turismo sustentável em comunhão com a natureza para fins académicos, de investigação e de lazer contribuem para atingir a meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 7 (Energias Renováveis e Acessíveis), 11(Cidades e Comunidades Sustentáveis), 13 (Ação Climática) e 15 (Proteger a Vida Terrestre).

Para além disto, as áreas urbanas podem também prestar serviços culturais às zonas rurais na medida em que nas mesmas a oferta de espetáculos, museus, cinemas, concertos e teatros é geralmente bastante maior. A centralização destes serviços nas áreas urbanas, permite que os habitantes rurais possam usufruir dos mesmos.

3.4.2.4 Mobilidade

A mobilidade tem atualmente tido uma evolução muito grande nas zonas urbanas, havendo uma preocupação muito grande de maneira a reduzir o impacto das alterações climáticas. Este avanço tem sido notório tanto a nível da diversidade de transportes, como também a nível do uso das energias renováveis no combate ao aquecimento global. No entanto, a mobilidade rural tem recebido muito menos atenção por parte dos decisores políticos existindo uma grave falta de transportes convencionais e de várias opções de mobilidade partilhada. *“A realidade para muitas áreas rurais é poucos autocarros, ainda menos estações ferroviárias e uma dependência quase total dos automóveis. Isto obriga as pessoas a gastar mais em viagens, e a utilizar o transporte privado à custa de alternativas mais sustentáveis”* (ENRD, 2019).

Assim, há aqui outra oportunidade das áreas urbanas poderem auxiliar as áreas rurais na melhoria dos serviços de transportes rurais e na acessibilidade entre ambas as áreas. É possível ainda que entidades

governamentais ou parcerias público-privadas financiem este tipo de projetos fomentando conexões que promovam a melhoria da mobilidade urbano-rural. Abaixo apresenta-se um exemplo disso mesmo.

Com a mira na mobilidade houve uma iniciativa do projeto europeu Robust que permitiu uma articulação importante entre as zonas rurais e urbanas que facilita ambos os habitantes. A *Social or smart ride-sharing* é uma iniciativa público-privada que contribuiu para a mobilidade sustentável nas áreas rurais. Esta iniciativa combina o transporte de passageiros com o de mercadorias, passando o objetivo por “aumentar o número e a eficiência das viagens de transporte fornecidas por estes empresários. A rentabilidade dos fornecedores de serviços de táxi irá melhorar e novas oportunidades de negócio ficarão disponíveis para novos empreendedores de transportes” (Vihinen, 2020). Combina-se o transporte público e privado de passageiros com o de mercadorias nas zonas rurais através de uma plataforma tecnológica que integra todos os modos de mobilidade e estão disponíveis para todos os utilizadores. É baseado na ideia de que os serviços de transportes das zonas rurais são uma forma de fornecimento de bens públicos, que deve ser complementado com o transporte de passageiros de maneira a aumentar a eficiência das viagens. É um projeto bastante benéfico uma vez que permite a criação de novos empregos e a melhoria da acessibilidade nas zonas rurais.

O investimento na mobilidade com vista a reduzir as desigualdades urbano-rurais e a fomentar o crescimento económico das zonas rurais permite atingir os objetivos 3,7,11 e 13 do desenvolvimento sustentável.

3.4.2.5 Saúde

No que diz respeito à saúde as populações rurais apresentam um défice em relação às áreas urbanas, devido ao facto de terem piores acessos aos cuidados de saúde, incluindo rastreios, de se envolverem em mais comportamentos de risco, apresentarem taxas mais elevadas de condições crónicas, limitações de atividade e de serem mais propícios a não terem seguro de saúde durante mais tempo. Uma proporção bastante maior da população rural apresenta taxas de debilidade física ou mental que a população urbana e as proporções de adultos com condições crónicas (Figura 1) em zonas rurais são também superiores às zonas urbanas (Institute, 2002).

FIGURE 1
Proportion of Adults in Rural and Urban Areas with Chronic Conditions, by Gender

	MALE		FEMALE	
	RURAL (%)	URBAN (%)	RURAL (%)	URBAN (%)
ARTHRITIS	11	8	15	14
ASTHMA	3	2	4	4
CHRONIC OBSTRUCTIVE PULMONARY DISEASE	5	4	6	5
DIABETES	6	5	7	5
HEART PROBLEMS	11	9	11	9
HYPERTENSION	17	12	18	17
MENTAL DISORDERS	11	10	17	17

SOURCE: Center on an Aging Society analysis of data from the 1998 Medical Expenditure Panel Survey.

Figura 1: Proporção urbana e rural com condições crônicas, por gênero; Fonte: Center on na Aging Society

Para além disto, um terço dos adultos nas áreas rurais apresentam limitações no cumprimento de trabalhos remunerados, na escola, ou mesmo em trabalhos domésticos e os custos com a saúde, são, na sua globalidade, também superiores nas zonas rurais. Outro grande entrave é o já introduzido, escasso acesso aos cuidados de saúde. Isto advém da distância aos locais de prestação de saúde, que pode ser elevada e representar elevados custos. Os baixos níveis de educação e os rendimentos inferiores levam a que seja um processo mais complicado compreender a informação e as instruções de saúde de um profissional, o que conduz a uma relutância na hora de procurar cuidados de saúde devido à frustração resultante. O estigma social e a privacidade são também entraves dado que o pouco anonimato nas zonas rurais leva a que possam ter preocupações sobre a procura de cuidados de saúde mental, abuso de substâncias, saúde sexual, gravidez, ou mesmo doenças crônicas comuns devido a mal-estar ou preocupações de privacidade. Por fim, a escassez de mão de obra nos cuidados de saúde das zonas rurais pode também ter impacto no acesso a estes (Hub, 2019).

Esta fragilidade das zonas rurais favorece uma interligação entre as zonas urbanas e rurais ou periurbanas de maneira que seja possível aos habitantes rurais usufruírem de cuidados de saúde mais eficientes e mais desenvolvidos tecnologicamente. Um exemplo prático é o caso dos contratos de reciprocidade franceses em que os serviços de saúde prestados pelo hospital de Brest são também disponibilizados à zona rural do Pays Centre Ouest Bretagne através, por exemplo, de consultas externas de especialistas e de um scanner de ressonância magnética móvel. A promoção e cuidados de saúde nas zonas rurais irá contribuir para o objetivo 3 (Saúde de Qualidade) do desenvolvimento sustentável.

3.4.2.6 Outros serviços

As áreas rurais enfrentam enormes desafios no que toca ao isolamento, insuficiência de infraestruturas e de instalações públicas bem como acesso limitado aos mercados e serviços (Ruiz-Martinez, 2020). A reduzida dimensão das populações, o respetivo envelhecimento, a falta de economias de escala, a

ineficiência das infraestruturas de transporte e a elevada distância a que estão as populações rurais destes serviços leva a uma reduzida procura por estes e a uma escassa viabilidade comercial.

Existe uma oportunidade muito grande de exploração por parte das áreas urbanas com o fim de auxiliar as áreas rurais a nível dos serviços públicos e privados. Dentro das alternativas existem inúmeras opções de exploração, como, por exemplo, a justiça, a segurança, a educação, a segurança social, os serviços de registo e notariado, a energia e as telecomunicações.

Neste âmbito, uma nova ideia do Robust tem o intuito de co localizar vários serviços num só espaço, permitindo reduzir os custos de operação e transporte, a distância que as pessoas precisam de percorrer para aceder aos vários tipos de serviços, aumentar a procura, o intercâmbio de conhecimentos e proporcionar um ponto de encontro social. “Os centros de serviços reúnem uma gama de serviços, que podem ou não estar relacionados e podem ser integrados de diferentes maneiras” (Goodwin-Hawkins, 2020). Estes podem ser, por exemplo, uma loja de comida e um café, ou mesmo uma associação de uma loja de produtos alimentares e correios. Para este modelo ser posto em prática são necessárias quatro características fundamentais:

- *“A co-localização de dois, e idealmente mais, serviços no mesmo espaço;*
- *O local é um ponto foco para uma área de captação mais vasta;*
- *As sinergias entre serviços criam eficiências;*
- *As infraestruturas associadas facilitam o acesso”* (Goodwin-Hawkins, 2020).

Uma aplicação prática desta ideia foi feita na Finlândia numa aldeia. Sabe-se que houve um encerramento em larga número de lojas rurais no país e que “em média, 30 lojas fecham todos os anos” (Goodwin-Hawkins, 2020). Para fazer frente a este declínio o Ministério da Agricultura e Florestas finlandês pretende criar “lojas elegíveis em áreas escassamente povoadas com uma subvenção de apoio mínimo para manter e desenvolver o seu negócio como um centro de serviços. Para poder beneficiar do apoio, uma loja, além de vender mercearias, precisa de colocar pelo menos um dos seguintes serviços: serviços postais, levantamento de dinheiro, serviços de farmácia ou entrega de combustível” (Goodwin-Hawkins, 2020). Ainda não há resultados do projeto, porém um indicador positivo já está à vista, o projeto teve uma elevada adesão e mais de 80 lojas já receberam apoio estatal.

Em suma, a articulação entre as áreas urbanas e rurais dá-se devido à colocação das infraestruturas, das estruturas de governação e do intercâmbio de conhecimentos. Este modelo permite encerrar algumas desigualdades, principalmente, a nível da centralização dos serviços nas áreas urbanas, permitem ligar também serviços urbanos a habitantes rurais sem a necessidade de postos de venda (Goodwin-Hawkins, 2020). O estudo de caso apresentado acima representa uma maneira simples de melhorar os serviços nas zonas rurais, minimizando ao máximo os custos das infraestruturas e maximizando a eficiência.

O investimento na melhoria dos serviços públicos e privados das zonas rurais poderá contribuir para os objetivos 4 (Educação de Qualidade), 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) e 10 (Reduzir as desigualdades) ao reduzir as desigualdades intra e inter-regionais, urbano-rurais proporcionando a construção de infraestruturas que fomentem a oferta de serviços.

4 Contratos de reciprocidade

Na secção anterior falou-se das parcerias urbano-rurais e dos seus benefícios e foi possível perceber que troca de serviços poderão estar inerentes a uma conexão entre áreas urbanas e rurais. Os contratos de reciprocidade são uma formalização das parcerias urbano-rurais.

Neste separador apresentar-se-á o conceito destes contratos de reciprocidade e centrar-nos-emos exclusivamente no caso francês dado ser o pioneiro do conceito e da aplicabilidade do mesmo. No separador seguinte ir-se-á aprofundar o contrato de reciprocidade francês e outros casos de sucesso relacionados, nomeadamente *Styria* e *Gloucestershire*.

Os contratos de reciprocidade reconhecem a diversidade das regiões rurais e procuram fortalecer as relações urbano-rurais. Esta ideia parte do princípio de que ambas as regiões não devem estabelecer apenas relações de proximidade, mas sinergias no sentido de estabelecer relações proveitosas para ambos. Isto deve-se ao reconhecimento da vantajosa complementaridade das zonas urbanas e rurais, tendo sido criado estes “contratos de reciprocidade cidade-campo”, em França, para aproveitar esta conexão e promover a cooperação intermunicipal. As suas jurisdições não estão pré-definidas permitindo albergar uma larga área, sendo este processo conduzido a nível intermunicipal e o estado, regiões e departamentos convidados a apoiar a iniciativa (OECD, 2016). O objetivo passa por reduzir o fosso entre as regiões urbana e rural, promovendo alianças *win-win* em campos como por exemplo:

- i) Transição climática e energética (gestão de resíduos, segurança alimentar, preservação do solo, das áreas naturais e desenvolvimento bioenergético)
- ii) Progresso económico (promoção e desenvolvimento de estratégias territoriais conjuntas, políticas de uso do solo, apoio às empresas)
- iii) Qualidade dos serviços (promoção de locais turísticos, acesso a instalações desportivas, leitura, lazer e acesso a serviços de saúde)
- iv) Organização administrativa (mobilização de pessoal com competências específicas para apoiar projetos ou necessidades chave)

O governo francês selecionou quatro áreas de experimentação para a realização dos contratos de reciprocidade em França, sendo que essas áreas são: A metrópole de Lyon e de Pays d'Aurillac, a metrópole de Brest e Pays Centre Ouest Bretagne, o território metropolitano de Toulouse e Massif des Pyrénées e a comunidade urbana de Le Creusot- Montceau les Mines e o Parque Regional Natural de

Morvan (OECD, PRODUCTIVE REGIONS FOR INCLUSIVE SOCIETIES, 2016). O projeto, promovido pelo governo francês, começou em março de 2015 e tem como objetivo definir o conceito e a aplicabilidade destes contratos e ajudar os atores locais nesse sentido. A Cidade de Brest e a zona rural do Centre-Ouest Bretagne têm trabalhado em conjunto para apoiar projetos inovadores em torno da saúde, energia, educação e cultura. “*Para assegurar o sucesso da ideia têm de ser criados os mecanismos de governação e financiamento necessários*” (ENRD, 2018).

Em julho de 2016, houve um enorme reconhecimento em torno do projeto, tendo sido criado o pacto *Etat-métropoles*, que reconheceu a excelência nas quinze áreas metropolitanas francesas e da importância da rede urbana policêntrica para o desenvolvimento dos territórios ligados a estas metrópoles. Por um lado, foca-se nas relações de interdependência com as áreas periurbanas e com as cidades contíguas e por outro compromete as partes novas a identificar e boas práticas no sentido da cooperação territorial (OECD, 2016).

4.1 Casos de sucesso

O tema dos contratos de reciprocidade está numa fase ainda bastante embrionária, daí o número de casos com sucesso relacionados totalmente com o mesmo ser bastante baixo. Primeiramente, ir-se-á abordar o caso de maior sucesso no tópico dos contratos de reciprocidade, o caso francês. Seguidamente, falar-se-á da Área Metropolitana da *Styria* e, mais especificamente, do caso de *Allerleirei*. Abordar-se-á também outras iniciativas na *Styria* e em *Gloucestershire*, que não complementam interações urbano-rurais, mas serviços prestados às áreas rurais ou urbanas ou a ambas que são ótimos exemplos de como ambas podem estar relacionadas ou como se podem entreatuar.

4.1.1 Contratos reciprocidade franceses

O primeiro caso de sucesso é uma interligação entre a cidade de *Brest Métropole Océane* e uma das suas zonas rurais circundantes *Pays Centre Ouest Bretagne*. *Brest Métropole Océane* é uma cidade marítima com 207000 habitantes localizada na região da Bretanha, “*conhecida pelas suas atividades de investigação e desenvolvimento, e com um setor de serviços muito desenvolvido*” (ENRD, 2018). *Pays Centre Ouest Bretagne* tem 97000 habitantes, uma população mais envelhecida que a cidade adjacente e “*sofreu um declínio significativo no emprego produtivo desde 2009, principalmente devido a uma crise agroalimentar, que teve um impacto severo no sector leiteiro*” (ENRD, 2018). Apesar da crise económica que se fez passar na região os intervenientes locais têm-se focado no desenvolvimento local e a sua estratégia económica assenta na economia circular no setor da madeira.

A zona rural de *Pays Centre Ouest Bretagne* apresenta uma cadeia de valor muito direcionada para a madeira (Figura 2) focada em 8 grandes setores: floresta, agricultura, energia da madeira, exploração e trabalho silvícola, transformação, comércio, construção em madeira e embalagens de madeira.

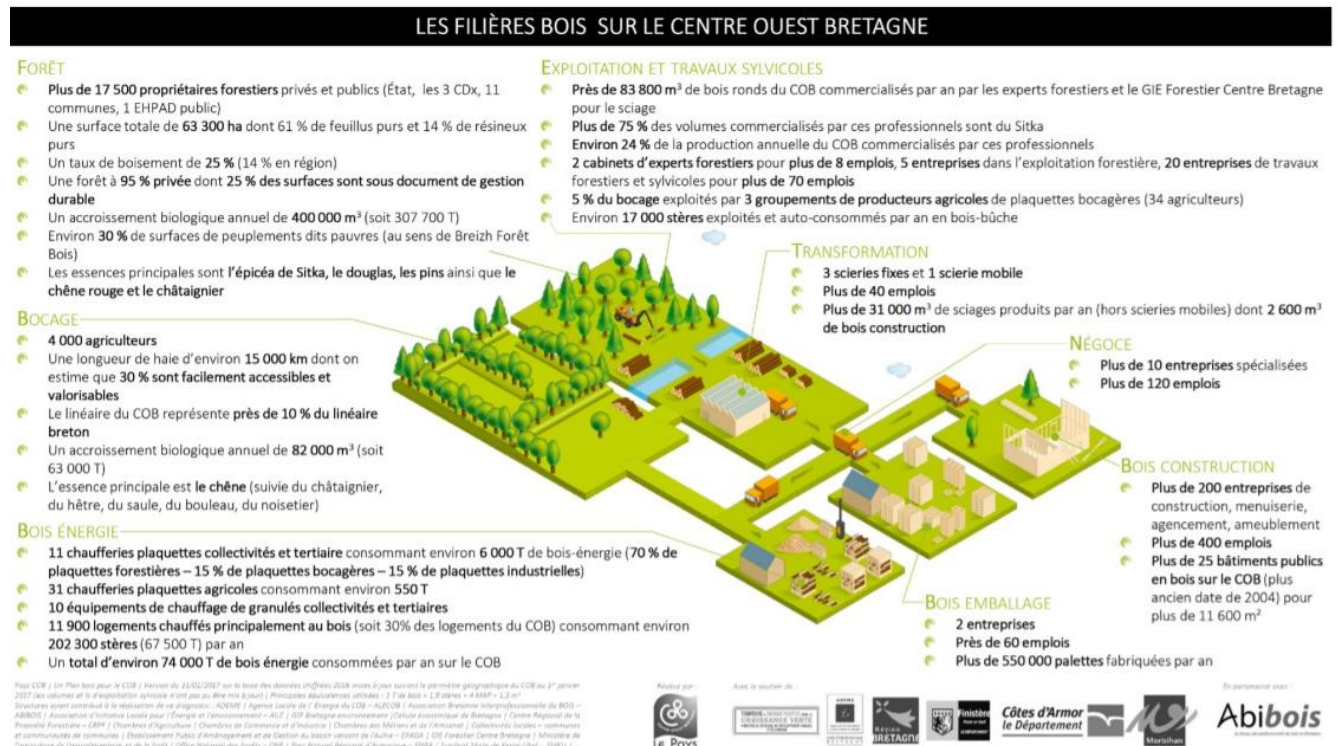


Figura 2: Cadeia de Valor do Pays Centre Ouest Bretagne retirada de (Development, Reciprocity contracts)

- Floresta

“Compreende mais de 17500 proprietários florestais privados e públicos, uma superfície total de 63300 hectares em que 61% são madeira pura e 14% são resina pura, uma taxa de florestação de 25%. 95% da floresta é privada com 25% da área sob um documento de gestão florestal e anualmente é possível haver um incremento biológico de 400000 m3. Por fim, as espécies principais presentes na área florestal são: o abeto de Sitka, o abeto de Douglas, o pinheiro e também o carvalho vermelho e o castanheiro” (ENRD, 2018)

- Agricultura

Na região há 4000 agricultores, 15000 km de cultura em que 30% são facilmente acessíveis e um incremento biológico possível anual de 82000 m3. A espécie principal é carvalho, mas estão presentes também o castanheiro, a faia, o salgueiro, a bétula e a aveleira.

- Energia da madeira

Abrange 11 caldeiras comunitárias do setor terciário que consomem 6000 toneladas (70% de aparas florestais e 15% de aparas industriais), 31 caldeiras de lenha agrícola a consumir 550 toneladas, 11900

habitações aquecidas com maioritariamente energia da madeira sendo que anualmente há aproximadamente um consumo de 74000 toneladas de madeira.

- Exploração e trabalho silvícola

Aproximadamente 83800 m³ de madeira é vendida por ano por especialistas florestais e pelo Centro Florestal da Bretanha e mais de 75% do volume comercializado por ano por estes profissionais são de Sitka. Há 2 empresas florestais para mais de 8 postos de trabalho, 5 empresas florestais e 20 empresas florestais e silvícolas para mais de 70 postos de trabalho.

- Transformação

Alberga 3 unidades de serração fixas e 1 móvel, mais de 40 empregos e permite produzir 31000 m³ de madeira serrada por ano, em que 2600 destes são madeira de construção.

- Comércio

A vertente comercial envolve mais de 10 empresas especializadas e 120 postos de trabalho.

- Construção em madeira

Neste âmbito existem mais de 200 empresas de carpintaria e montagem, mais de 400 empregos e foram criados mais de 25 edifícios públicos feitos inteiramente em madeira.

- Embalagens de madeira

Há 2 empresas responsáveis pelo processo, mais de 60 empregos e permite a produção de mais de 550000 paletes fabricadas por ano.

Para a cidade de Brest a celebração do contrato deveu-se à potencial falta de atratividade e competitividade da região em comparação com Rennes. O objetivo é aumentar a empregabilidade, melhorar os serviços e potenciar o crescimento económico. Para a área rural circundante de Pays Centre Ouest Bretagne este contrato veio fazer com que a área não se tornasse um deserto médico e, ao mesmo tempo, aproveitar a presença de um setor madeireiro em crescimento.

A interligação entre ambas a área já tem trazido inúmeras mais valias em áreas como a saúde e a bioenergia. Os cuidados de saúde têm sido uma prioridade para a zona de Pays Centre Ouest Bretagne numa tentativa de não se tornar um deserto médico. O hospital mais próximo da região (*Pays Centre Ouest Bretagne*) é o de *Carhaix* que fica a 70 quilómetros de Brest. Em 2008, uma campanha lançada por mulheres grávidas locais, com medo do fecho da unidade de maternidade do hospital, foi realizada com sucesso e levou à fusão do mesmo com o hospital universitário de Brest. Através do contrato de reciprocidade os serviços de saúde prestados pelo hospital são também prestados à região de *Pays Centre Ouest Bretagne*, através de consultas externas de especialistas e de um scanner de ressonância magnética móvel. Para além disto, no hospital da cidade de Brest são realizadas mensalmente as “Segundas-feiras da saúde”, que são transmitidas para o hospital de *Carhaix* e onde médicos

especialistas abordam diversos assuntos e dialogam sobre a relação entre as doenças respiratórias e a qualidade do ar, a prevenção e tratamento da obesidade ou, por exemplo, como reagir em caso de AVC. Para além disto, o projeto SPICES coordenado pelo hospital de Brest inclui o Pays Centre Ouest Bretagne num plano de prevenção e controlo das doenças cardiovasculares. No que diz respeito à bioenergia, devido ao enorme potencial da zona rural correspondente, tendo 25% da sua área coberta por florestas e capacidade de produzir 120000 toneladas anualmente, foi criado o projeto “Local Wood Hub”. Isto conduziu à criação de um cluster energético madeireiro que reuniu todas as empresas das indústrias madeireiras locais e aproveitou os seus recursos, para o desenvolvimento de uma plataforma com vista a um desempenho mais ecológico na iluminação pública e construção. O desenvolvimento deste projeto permitiu um abastecimento de madeira da central elétrica de biomassa em Brest reduzindo significativamente as emissões de CO2 na cidade.

De maneira a garantir uma articulação vantajosa entre ambas as partes é necessário uma estrutura de governação e bastante pessoal técnico. Foi também bastante importante que Brest tenha partilhado e alargado os seus conhecimentos e recursos com a região rural, permitindo atingir uma enorme coesão entre ambas as áreas. Por fim, financeiramente foi fundamental o apoio da União Europeia dado que o financiamento local é escasso, sendo que os níveis subnacionais franceses são responsáveis por 20% das despesas públicas.

Em suma, por um lado, temos o fornecimento de madeira por parte de *Pays Centre Ouest Bretagne* e, por outro, a oferta de cuidados de saúde de *Brest* à região rural vizinha. Nesta relação de reciprocidade, o uso da madeira na central de biomassa permite potenciar economicamente a cidade, criar empregos e tornar *Brest* mais ecológico; por outro lado, a saúde em *Pays Centre Ouest Bretagne* deixou de ser um problema. A nível dos serviços de regulação o uso da madeira proporciona a regulação climática e atmosférica, o sequestro e o armazenamento do carbono e a moderação de eventos extremos. Assim, esta parceria contribui para os Objetivos 4 (Saúde de Qualidade), 7 (Energias Renováveis e Acessíveis), 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Garantir Padrões de Produção Sustentáveis), 13 (Ação Climática) e 15 (Proteger a Vida Terrestre) do Desenvolvimento Sustentável através do usufruto da madeira e por promover melhorias significativas nos cuidados de saúde da área rural de *Pays Centre Ouest Bretagne*. Assim, seguidamente apresenta-se um quadro que resume toda a informação explicitada anteriormente.

Localidade	Brest Métropole Ocean	Pays Centre Ouest Bretagne	
Trocas	Cuidados de Saúde	Fornecimento de madeira	
Serviços de regulação	Regulação Climática e Atmosférica		
	Sequestro e Armazenamento de Carbono		
	Moderação de Eventos Extremos		
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Objetivo 4 (Saúde de Qualidade)		
	Objetivo 7 (Energias Renováveis e Acessíveis)		
	Objetivo 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico)		
	Objetivo 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)		
	Objetivo 12 (Garantir Padrões de Produção Sustentáveis)		
	Objetivo 13 (Ação Climática)		
	Objetivo 15 (Proteger a Vida Terrestre)		

Tabela 3: Resumo da reciprocidade entre a cidade de Brest e a região rural Pays Centre Ouest Bretagne

4.1.2 Área metropolitana de Styria

“A Área Metropolitana de Styria inclui a capital da Styria, Graz, e os dois distritos de Graz Umgebung (arredores de Graz) e Voitsberg. A região montanhosa e vitivinícola alberga 486.605 habitantes e é composta por 52 municípios, incluindo duas regiões LEADER, o LAG "Hügel- und Schöcklland" e o LAG "Lipizzanerheimat" (ROBUST, s.d.). A discrepância entre as áreas urbana e rural é notoriamente grande, sendo que a zona de Graz alberga instituições de ensino superior, bastante empregabilidade e inúmeras comodidades culturais e as zonas rurais mais remotas são mais inacessíveis e, por isso, não apresentam um crescimento económico similar à região citadina. A conexão entre as áreas urbanas e rurais, que se irá falar em seguida, é possível devido a duas importantes entidades: *Regional Management of the Metropolitan Area of Styria* (RMZSR) e *Federal Institute for Less Favoured and Mountainous Areas* (BABF). Têm funções distintas que se complementam e permitem uma articulação bastante favorável. O BABF é responsável pelas dimensões social, ambiental e económica e o RMZSR aborda ativamente as estruturas urbano-rurais. A equipa do *Styria Living Lab* (a Styria é uma das áreas metropolitanas-alvo do projeto Robust) desempenha as funções de abordar os intervenientes regionais para melhorar as infraestruturas públicas e de explorar a melhor forma de utilizar o potencial criativo da região para estabelecer novos e inovadores modelos empresariais. Assim, a economia partilhada e a cooperação inter-regional são conceitos cada vez mais presentes nos dias de hoje de forma a melhorar as sinergias rural-urbano.

O foco das sinergias deu-se em 3 áreas: infra-estruturas públicas e serviços sociais, novos modelos de negócios e mercados de trabalho e ligações culturais. Foram realizadas inúmeras conferências e reuniões que permitiram captar o público pretendido e descobrir como os diferentes interessados poderiam utilizar as suas competências e conhecimentos para enfrentar conjuntamente esses desafios através da cooperação e de iniciativas. Os temas abordados foram o estabelecimento de oportunidades de emprego e de educação orientadas para a procura nas zonas periféricas, a criação de modelos

empresariais com vista a preservar o património cultural tradicional e a produção e consumo de produtos locais.

As conferências e reuniões permitiram chegar a conclusões importantes e a sinergias económico-sustentáveis. As conclusões chave iniciais foram as de que é bastante notória a discrepância entre as zonas rurais, urbanas e periurbanas, mas é também evidente o interesse mútuo numa cooperação inter-regional. Contudo, e apesar das divergências, foi bastante perceptível uma abordagem mais integrada com vista ao desenvolvimento regional, tendo sido criadas iniciativas relacionadas com as Infraestruturas Públicas e Serviços Sociais, o estabelecimento de infraestruturas sociais e de cuidados comuns, a implementação de conceitos de mobilidade e a introdução de um plano regional de gestão de resíduos.

Assim, o projeto mais relevante e vantajoso no âmbito das interações urbano-rurais foi o *Allerleirei*, apesar de existirem mais iniciativas, que se centram, principalmente, na área da mobilidade, mas que não compreendem interações, mas, sim, serviços prestados.

4.1.2.1 *Allerleierei*

A *Allerleierei* é uma loja agrícola, que é gerida com a contribuição de um hoteleiro, um dono de um restaurante e um agricultor de vegetais orgânicos. Esta loja localiza-se em *Laßnitzhöhe*, encontrando-se a cerca de 20 quilómetros de Graz e os fornecedores entregam e vendem os seus produtos alimentares e os transformados de alta qualidade. O principal objetivo do projeto é fornecer aos residentes locais produtos locais, orgânicos e de alta qualidade, provenientes da agricultura biológica e, para além disso, permitir um ponto de encontro social no centro do município tendo a dupla função de loja agrícola e café, oferecendo também refeições cozinhadas frescas diárias, bem como café, comidas de charcutaria, pastelaria e sobremesas. Primeiramente os produtos são apresentados, posteriormente é dada a oportunidade da experimentação em que os clientes experimentam os produtos no local e, simultaneamente de permitir um ponto de encontro social. Todos os outonos os fornecedores são convidados a apresentar os seus produtos e a partilharem receitas e a dar recomendações de preparação de alimentos. “*Os princípios fundamentais deste serviço local, com o qual os três parceiros concordam, são a regionalidade, a sustentabilidade e o desperdício zero*” (Theresia Oedl-Wieser, 2020).

O município de *Laßnitzhöhe* está dentro da área recreativa de Graz, recebendo muitos visitantes diários, aos fins de semana e, principalmente, aqueles que trabalham em Graz e deslocam-se diariamente. O propósito passa por fornecer às pessoas alimentos locais de alta qualidade produzidos biologicamente e de forma sustentável, apostando na poupança de recursos, na prevenção do desperdício e na economia circular. Para além disto, apresenta um horário de abertura alargado, permitindo aos agricultores e fornecedores efetuarem rotas muito curtas e ainda tem um aspeto social muito notório, contribuindo para o bem-estar da população.

Em tempos anteriores existiu um mercado em *Laßnitzhöhe* que era dirigido por agricultores locais e regionais que produziam os seus produtos e, posteriormente, comercializavam-nos lá. Com a introdução deste novo projeto, o conceito do mercado mudou e foi alargado para um centro comunitário com uma área de negócios, visto que os produtos agrícolas aumentavam a atratividade da praça principal e do município. O negócio centra-se essencialmente nos produtos locais e não, estritamente, na produção biológica, apesar de haver muitas outras pequenas explorações agrícolas na região que praticam a agricultura biológica e entregam os seus produtos alimentares à *Allerleierei*. O *target group* é bastante heterogéneo e vai desde antigos clientes, residentes locais e regionais a hóspedes e pacientes do hospital. Em relação ao financiamento, este foi feito através das medidas do LEADER do LAG Hügel- e Schöcklland (FEOGA) e dos subsídios adicionais de outros fundos da UE (FEDER).

A intenção de ligar os produtos locais à prestação de serviços de todos os intervenientes permitiu as sinergias entre todos através da interligação de competências e dos recursos.

A divisão dos trabalhos e responsabilidades foi a seguinte:

- Hoteleiro: “*Conceção da sala de vendas com grandes exigências em termos de aparência e estética, produtos novos e inovadores como o arroz originário da Styria, café orgânico de uma torrefação local, entrega alternada da mesa de almoço*”
- Proprietário do restaurante: “*Finanças e contabilidade*”
- Agricultor: “*Entregas de legumes e fruta*” (Theresia Oedl-Wieser, 2020)

“*Elevados padrões de qualidade, regionalidade e sazonalidade são as principais características dos produtos alimentares da Allerleierei*” (Theresia Oedl-Wieser, 2020). Estas características aliadas ao intuito de atingir uma produção sustentável e de favorecer a produção local permitem a redução do consumo dos recursos e o aumento do valor da região. A economia circular reduz o desperdício, dado que estes são reciclos e, posteriormente, processados no café ou na cozinha do restaurante ou hotel. Finalmente a estratégia de vendas aposta também no mínimo desperdício utilizando embalagens reutilizáveis, que poupam os preciosos recursos.

Assim, com este projeto *Laßnitzhöhe* fornece produtos locais e orgânicos de alta qualidade, atraindo os habitantes da capital da *Styria*. Como tal, a nível dos serviços do ecossistema este processo valoriza: i) a prevenção da erosão e a manutenção da fertilidade do solo ao promover uma gestão sustentável dos recursos e a agricultura biológica; ii) os serviços culturais ao permitir um ponto de encontro para os habitantes; e iii) os serviços de apoio aos ecossistemas, visto que a agricultura sustentável fomenta o ciclo regular e natural dos nutrientes no solo. Do mesmo modo, contribui para os objetivos: i) 8 do desenvolvimento sustentável (Trabalho Digno e Crescimento Económico) ao promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, criatividade e inovação e a incentivar o crescimento das pequenas e médias empresas; ii) 11 do Desenvolvimento Sustentável (Cidades e Comunidades Sustentáveis) ao proporcionar o acesso a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes e ao apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais; iii) 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) ao

promover a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos através da agricultura sustentável e biológica; e iv) 15(Proteger a Vida Terrestre) ao assegurar o uso sustentável dos ecossistemas. Por fim, apresenta-se ainda um quadro que resume toda a informação anterior.

Localidade	Graz	Laßnitzhöhe
Trocas	Consumo dos produtos	Produtos locais e orgânicos de alta qualidade
Serviços de Regulação	Prevenção Erosão/ Manutenção Fertilidade do Solo	
	Serviços Culturais	
	Serviços Apoio aos Ecossistemas	
Objetivos Desenvolvimento Sustentável	Objetivo Desenvolvimento Sustentável 8	
	Objetivo Desenvolvimento Sustentável 11	
	Objetivo Desenvolvimento Sustentável 12	
	Objetivo Desenvolvimento Sustentável 15	

Tabela 4: Resumo da Reciprocidade entre Graz e Laßnitzhöhe

4.1.2.2 GUSTmobil

GUSTmobil é um serviço intercomunitário de microtransportes públicos que foi implementado em 2017 por 29 municípios do distrito de Graz-Umgebung, Áustria (Styria, Federal Institute of Agricultural Economics, Reichenberger, & Bauchinger, GUSTmobil – a regional micro-public transport system, 2020). O microtransporte público é a rede que se destaca por realizar serviços em pequena escala, apenas para satisfazer as necessidades de mobilidade da população a nível municipal que incluem autocarro com horário previsto, autocarro a pedido, táxi a pedido, autocarro comunitário, e táxi local. Assim, é possível conectar este modo de transporte com os transportes públicos ou a partilha de automóveis de modo a tornar a região mais inteligente e com acessos mais fáceis. A GUSTmobil funciona como um transporte particular ou coletivo e leva os clientes de uma paragem coletiva até outra paragem coletiva.

O objetivo primário é melhorar a acessibilidade intralocal para a mobilidade diária como também conectar as áreas mais afastadas aos nós de transporte público. Permite tanto uma viagem até ao médico ou supermercado mais próximo, como o acesso às linhas de autocarros regionais através dos centros de transporte principais. “Isto não compete de forma alguma com os transportes públicos existentes, uma vez que as viagens paralelas já estão excluídas aquando da reserva através do software de expedição” (Anna Reichenberger, 2020).

Esta funciona em 2 modos: ride-sharing e transporte de mercadorias, sendo que estes podem ser reservados por telefone ou pela aplicação que contém informações a tempo real dos transportes públicos garantido um serviço bastante eficiente. Obviamente que o financiamento é fundamental para garantir a continuidade e a eficiência do projeto, mas também é indispensável uma participação social das populações e dos municípios. As experiências da GUSTmobil “fornecem sugestões e novos conceitos para sistemas de transportes multimodais e intermodais em regiões rurais-urbanas” (Anna Reichenberger, 2020).

Na área metropolitana de Styria o serviço de autocarros é relativamente deficitário, sendo que este se foca essencialmente no transporte escolar e poucos percursos são oferecidos fora deste horário. As ligações entre os municípios e a zona citadina é assegurada por comboios expresso cidade-subúrbios e nas zonas sem serviços ferroviários adequados os autocarros regionais permitem alargar a rede de transporte público. Foi com o intuito de melhorar a mobilidade dentro da área metropolitana, melhorando a acessibilidade de áreas dispersas e de destinos turísticos, mas também de cobrir as lacunas de ligações que existiam nos transportes que foi criado, primeiramente, o projeto RURBANCE Alpine Space Project. Foi então proposto um plano a 36 municípios dos quais só 29 aceitaram, devido, maioritariamente, a problemas relacionados com investimentos financeiros e devido também aos elevados esforços económicos para manter a rede de transportes públicos (Anna Reichenberger, 2020).

Em suma, a regra principal do GUSTmobil é complementar e não substituir os transportes públicos já existentes. Além de que a disponibilidade dos utilizadores de microtransportes públicos para utilizarem os transportes públicos é muito baixa, logo a ideia do projeto é uma conexão entre ambos. “Desde o início das operações da GUSTmobil em julho de 2017 até dezembro de 2019, foram efetuadas 86.251 viagens com 103.223 passageiros, viajando 375.651 quilómetros dentro da área metropolitana” (Anna Reichenberger, 2020).

Os dois principais impulsionadores do projeto avançaram que: "Com este projeto inovador, queremos assegurar que as pessoas em todas as zonas residenciais, seja numa localização central ou numa zona periférica, possam ter a mesma mobilidade sem o seu próprio carro".

Assim, a *GUSTmobil* contribuirá para os objetivos: 8 do desenvolvimento sustentável, dado que permitirá fortalecer as economias, promovendo as entradas e as saídas na área metropolitana e o turismo e 11 e 13 permitindo reduzir a poluição e a dependência do automóvel, combatendo as alterações climáticas.

4.1.3 Gloucestershire

A região de Gloucestershire (sudoeste de Inglaterra) é predominantemente rural apesar de existirem duas grandes cidades na área: Gloucester e a antiga cidade de Cheltenham, albergando estas duas cerca de um terço dos habitantes de todo o condado. Gloucestershire situa-se perto de grandes centros urbanos como Bristol, Birmingham, Cardiff e Oxford. “A sua atraente paisagem rural distingue o condado, e mais de metade da área de situa-se dentro de uma das três Áreas de Beleza Natural Excepcional designadas a nível nacional. Sectores económicos importantes incluem a engenharia de alta tecnologia, o sector público, a agricultura e a ciber-segurança” (ROBUST, s.d.).

O condado sofreu algumas mudanças nos últimos tempos através do Brexit, da retirada do Reino Unido da Política Agrícola Comum e do novo programa agro-ambiental nacional chamado *Environmental Land Management Scheme*. Conclui-se através de um relatório feito em 2019 (Colisson, 2019) que o potencial de crescimento do condado é enorme, principalmente as taxas de crescimento do turismo, bem como a digitalização da cadeia alimentar, que está a estimular a revalorização.

Os principais problemas atuais da região são o avanço urbano sobre as áreas rurais, havendo uma necessidade urgente de proteção da biodiversidade e natureza, o envelhecimento populacional e o fluxo de jovens a sair do condado para estudar e viver.

Assim, os principais setores onde está previsto um investimento no condado são o setor alimentar, os serviços de ecossistema e novos modelos de negócio. No setor alimentar o objetivo é experimentar estratégias para reduzir o desperdício através da cadeia de gestão do abastecimento. A nível dos serviços ecossistémicos existe interesse em investir em abordagens mais integradas de gestão de recursos hídricos e em infraestruturas de maneira a responder às alterações climáticas e ao ordenamento do território. Relativamente aos novos modelos de negócio o objetivo é introduzir princípios de economia circular e capital natural a fim de encontrar modelos empresariais inovadores. *“A economia circular é intrinsecamente intersectorial, uma vez que é uma ponte entre fluxos de materiais, áreas políticas e mecanismos de governação”* (Keech, 2018).

4.1.3.1 Infraestruturas de transporte

As infraestruturas de transporte do condado têm vindo a sofrer algumas modificações de maneira a melhorar a conectividade e, simultaneamente, a minimizar o impacto nas paisagens, estando a ser discutidas propostas para melhorar a acessibilidade dentro e para o concelho, principalmente através da rede de autoestradas existente, através do Plano de Transporte Local de Gloucestershire. Este investimento tem como objetivo a melhoria na mobilidade de bens, serviços e mão-de-obra tanto dentro como fora do condado. As últimas consultas investigaram a possibilidade de novas oportunidades de desenvolvimento ecológico e económico, incluindo a ideia de expandir Gloucestershire e Cheltenham para uma super cidade, reforçando o potencial económico do condado.

Esta acessibilidade mais fácil irá facilitar a vinda de turistas ao condado. As oportunidades de turismo estão inteiramente ligadas ao potencial de beleza natural do condado e, principalmente, à Área de Beleza Natural Excepcional de Cotswold, que cobre mais de metade deste.

Como tal, através desta iniciativa seria possível contribuir para alguns objetivos do desenvolvimento sustentável, como, por exemplo: 8, dado que a melhoria na conectividade estimulará a vinda de pessoas ao condado; 9, devido à criação de infraestruturas que minimizam o impacto ecológico; e 11, uma vez que se está a proporcionar uma melhoria na mobilidade no condado de uma maneira sustentável.

4.1.3.2 Conectividade de rede

O projeto Fastershire é uma parceria entre a GCC e o (adjacente) Herefordshire Council, como parte de uma estratégia do governo britânico dirigida pela Broadband Delivery UK. O objetivo principal passa por fornecer banda larga super-rápida (30 Mbps +) a empresas e residentes nos dois condados. Na

primeira fase foi possível chegar a 90% das propriedades no condado, e numa fase mais posterior a 98% das propriedades. Contudo, verificou-se uma qualidade de ligação não tão eficaz nalgumas ligações mais extensas nas zonas rurais.

Depois desta fase primária, veio a implantação de internet ultrarrápida (1000 Mbps), através da empresa Gigaclear, que é especializada no fornecimento de banda larga rural. Este projeto tem o intuito de implementar a banda larga de fibra de vidro na região de Gloucestershire e no concelho de Herefordshire em torno da autoestrada M5. O fornecedor de banda larga rural começou a construir em Slimbridge, Halmore, Newport, Stone, Barkley, Westend, Kingscote e Horsley, para ligar estas comunidades à sua rede com capacidade total.

Graças à parceria entre as duas instituições mais de cem mil casas e empresas têm banda larga super-rápida, que foi absolutamente fundamental para o *homeworking* e para a aprendizagem em casa durante o confinamento sendo uma parte vital dos planos para fazer crescer a economia e proteger os empregos locais.

Já este projeto contribuirá para os objetivos 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) do desenvolvimento sustentável dado que está a aumentar significativamente o acesso equitativo às tecnologias de informação e de comunicação, 8, dado estar a proporcionar o crescimento económico e a incentiva a educação (4).

4.2 Contrato de Reciprocidade entre o município de Lisboa e o município de Setúbal

Através dos casos internacionais percebeu-se que as trocas de produtos podem existir em inúmeros setores, nomeadamente, por meio da agricultura, saúde, mobilidade, cultura, infraestruturas verdes e através da mitigação de eventos extremos, entre outros. Esta troca é geralmente fácil se se compreender os pontos fracos e fortes das áreas, onde se poderá efetivar exatamente a troca. Esta última dá-se entre áreas urbanas e rurais ou periurbanas e o foco é que esta mesma contribua para o desenvolvimento sustentável e que minimize as desigualdades urbano-rurais, promovendo o desenvolvimento rural.

4.2.1 Contextualização

O contrato de reciprocidade francês abordado anteriormente foi fundamental e serviu como base para o desenvolvimento de toda esta secção. A partir deste último, desenhou-se a possibilidade da criação do primeiro contrato de reciprocidade em Portugal, por meio de uma troca de produtos e serviços entre as regiões envolvidas, nomeadamente, através da vinha, educação, saúde e cultura que, em seguida, se explicará. O contrato de reciprocidade, por sua vez, dar-se-ia exclusivamente entre o município de Lisboa e o município de Setúbal (figura abaixo).

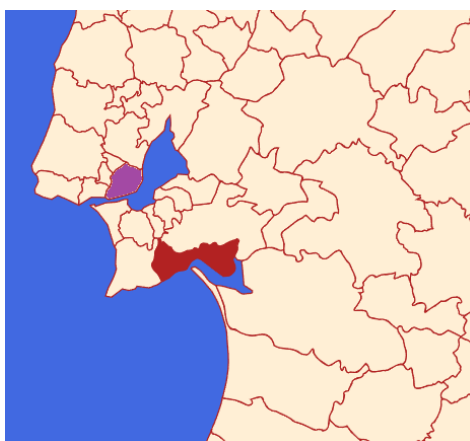


Figura 3: Municípios envolvidos, Município de Lisboa a roxo e Município de Setúbal a vermelho; Fonte: Wikipédia

4.2.2 Abordagem socioeconómica

No contrato de reciprocidade as áreas envolvidas são as regiões de Lisboa e Setúbal por verificarmos que é bastante favorável para ambas uma ligação de complementaridade em diversos setores. Aplicando os conceitos que foram introduzidos no início do trabalho identificámos que as regiões são bastante distintas e, através da abordagem socioeconómica, conseguimos evidenciar a desigualdade existente entre ambas.

O município de Lisboa apresenta 508368 habitantes, uma percentagem de população em idade ativa de 55,2% e, em que, os idosos representam 28,3% da população. A cidade apresenta um índice de envelhecimento ligeiramente elevado revelando que a população no geral é relativamente envelhecida. Para além disto, a capital de Portugal, apresenta uma superfície de 100,1 km² e revela uma densidade populacional de 5081,1 indivíduos por km² (Dados Por Data de 2019). Estes dados evidenciam um dos conceitos de urbanização do EuroStat, que referia que este é “o processo pelo qual um grande número de pessoas se concentra permanentemente em áreas relativamente pequenas, formando cidades” (Arellano & Roca, 2017). Na região de Lisboa a atividade económica centra-se essencialmente nos setores do alojamento e restauração (14187 empresas), nas atividades imobiliárias (10517 empresas), nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (21575 empresas) e nas atividades de saúde humana e apoio social (10756 empresas) sendo notório o foco na saúde, educação, ciência e tecnologia (Dados Por Data). Assim, é notório o conceito introduzido no artigo “Definitions of “rural” and “urban” and understandings of economic transformation: Evidence from Tanzania”, que referia que a urbanização pode ser definida como “(...) uma população que reside cada vez mais em aglomerados densamente povoados, nos quais as atividades económicas não agrícolas são dominantes” (Wineman, Alia, & Anderson, 2020).

Relativamente a Setúbal, o município apresenta 120950 habitantes, 66% da população em idade ativa e um índice de envelhecimento significativamente menor que em Lisboa, demonstrando uma população mais jovem com menos idosos e mais jovens (menos de 15 anos). Para além disto, apresenta uma superfície de 230,3 km² e uma densidade populacional de 501,2 indivíduos por km², revelando mais do dobro da área de superfície do município de Lisboa e uma densidade populacional dez vezes menor.

A atividade económica em Setúbal centra-se essencialmente no setor agrícola, caça, floresta e pesca, como também, no alojamento e restauração, e nas atividades científicas e de consultoria (Dados Por Data). Uma enorme percentagem da produção agrícola do município, principalmente a vinha, destina-se ao abastecimento das grandes cidades, nomeadamente Lisboa e Porto.

Setúbal distingue-se de Lisboa, tendo uma maior área de superfície e uma densidade populacional significativamente menor e devido ao seu foco na atividade agrícola e pesca. É característico destas zonas mais rurais o foco na produção alimentar, uma maior homogeneização da concentração populacional e o abastecimento das regiões mais industrializadas. Estes dados remetem para a caracterização, pela OCDE, das economias de baixa densidade que são típicas das regiões mais ruralizadas, enunciando que estas apresentam uma *“dependência em relação às zonas urbanas devido aos bens que produzem e são consumidos nestas zonas(urbanas)”*, estas ainda *“fornecem incontáveis recursos e têm uma importância cabal na indústria (...) da pesca e agricultura”* e *“grande parte do processo de fabrico é feita nestas áreas”* (OECD, 2016).

Na análise setorial (tópico mais à frente) ir-se-á abordar e aprofundar as áreas onde seria benéfico haver uma reciprocidade, no sentido em que ambos os municípios tirariam mais valias de uma ligação simbiótica através de uma troca de interesses.

4.2.3 Metodologia

Primeiramente, foi realizada uma entrevista ao Dr. Vasco Raminhas da Silva (Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Setúbal; Anexo A) no âmbito da minha dissertação de mestrado com o intuito de procurar possíveis aplicações da mesma através dos contratos de reciprocidade. Através da entrevista e da recolha de dados com base no INE, DocaPesca e PorData, analisaram-se os setores mais fortes da região onde se perspetiva uma possível oferta de serviços e os setores mais deficitários onde seria útil alguma ajuda externa

Posteriormente, investigou-se o setor agroalimentar na região de Setúbal e verificou-se que há uma oportunidade muito grande de exploração nos municípios mais interiores como Palmela, Alcochete e Montijo. Estes são os municípios da Península de Setúbal que apresentam maior atividade agrícola e pecuária e que apresentam maior potencial de desenvolvimento nesse setor, permitindo estimular a agricultura local e abastecer a Área Metropolitana de Lisboa. Isto permite reduzir a pegada ecológica, reduzindo as emissões associadas ao transporte, incentivar uma agricultura mais sustentável a nível da eficiência, dos recursos hídricos e dos pesticidas ou agroquímicos e ainda permite estimular a economia regional. Para além disto, Setúbal apresenta também alguma área para a produção de vinho

(incluindo vinho moscatel). A indústria agroalimentar e o setor da vinha (concelhos de Palmela e Setúbal) permitem produzir produtos fundamentalmente hortícolas, frutas, vinho e flores. Relativamente à pecuária, na Península de Setúbal, destaca-se a produção de suínos no Montijo e de ovinos para produção de leite em Palmela (leite destinado à produção do queijo de azeitão).

A pesca e a aquicultura são também dois setores muito promissores nesta interligação, permitindo também abastecer a região de Lisboa. Como nos disse o Dr. Vasco Raminhas da Silva seria importante *“haver nas áreas urbanas a perspetiva dos circuitos curtos do ponto de vista da logística associada à produção alimentar, neste caso da produção de pescado, mas também do ponto de vista do conhecimento”*. Podemos olhar também para a aquicultura enquanto produção de algas para fins farmacêuticos ou para fabrico de cosméticos. Em relação à pesca, os concelhos de Setúbal e Sesimbra contêm portos de pesca e apresentam pescado diverso. Em relação à aquicultura, esta concentra-se principalmente na produção de ostras, dourada, robalo e linguado no estuário do rio Sado (concelho de Setúbal).

Por fim, o domínio da produção de energia de origem fotovoltaica é um ramo onde se augura uma relação bastante promissora. As áreas mais interiores da Península de Setúbal, como por exemplo, Palmela, contêm terrenos propícios à instalação de equipamentos e infraestruturas de produção de energia fotovoltaica devido à sua extensão territorial. Contudo, nesta área há atualmente escassos investimentos e, os que existem, estão numa fase ainda muito embrionária.

Por outro lado, na região sadina os setores da educação, da cultura, dos equipamentos e serviços públicos e saúde são os mais deficitários e os que revelam que seria bastante útil alguma ajuda externa.

A nível da educação seria benéfico investir no setor da agricultura, recrutando jovens setubalenses para estabelecimentos de ensino em Lisboa que se focam nesta área, permitindo aumentar os conhecimentos neste campo, fomentar uma agricultura mais sustentável e aprimorar os métodos tecnológicos da região.

Em setúbal e, também, as regiões mais interiores de baixa densidade, têm menor acesso a serviços culturais como espetáculos, teatros, cinemas e concertos, necessitando de recorrer às grandes cidades para usufruir dos mesmos. Assim, estas áreas podiam ser compensadas através deste tipo de eventos.

Finalmente, o município escolhido da península foi Setúbal, visto que os dados fornecidos foram maioritariamente acerca deste. Assim, o contrato de reciprocidade teria dois intervenientes: os municípios de Lisboa e de Setúbal.

4.2.4 Análise setorial aos municípios de Lisboa e de Setúbal

Exploraram-se inúmeros setores onde se veria uma possível troca de interesses entre ambos os municípios. Contudo, através da informação estatística disponibilizada, só foi exequível esta reciprocidade passar pelos setores da vinha (Setúbal), educação, saúde e cultura (Lisboa).

4.2.4.1 Município de Setúbal

4.2.4.1.1 Vinha

A Península de Setúbal é conhecida principalmente devido às condições propícias ao cultivo da vinha derivado das encostas da Arrábida, que originou um grande reconhecimento da qualidade dos vinhos desta região, mesmo desde a Baixa Idade Média. Palmela é o município com maior produção vinícola declarada em vinho, seguindo-se Setúbal e o Montijo (Tabela 5).

Local de vinificação (NUTS - 2013) (1)		Produção vinícola declarada em vinho (milhares de hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual					
		Período de referência dos dados					
		2019					
		Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento)					
		Total	Vinho licoroso com denominação de origem protegida	Vinho com denominação de origem protegida	Vinho com indicação geográfica protegida	Vinho com indicação de casta	Vinho sem certificação
hl	hl	hl	hl	hl	hl		
Alcochete	1701502	1,07	0	0	1,057	0	0,013
Almada	1701503	0,085	0	0	0	0	0,085
Montijo	1701507	101	5,2	20,3	74,3	0	1,4
Palmela	1701508	265	12,1	163,1	48	24	41,5
Setúbal	1701512	127	8,9	1,6	113,7	0,5	2,2

Tabela 5: Produção vinícola declarada em vinho (milhares de hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual; Fonte: INE

A tabela abaixo apresenta os dados das vendas de vinho tranquilo certificado (vinho produzido por região) da Península de Setúbal de Setúbal no mercado nacional, por Área Nielsen (empresa global de medição e análise dados que agrega dados próprios da Nielsen com outras fontes de informação; a nomenclatura geográfica é a mesma), que será bastante importante nos resultados do trabalho.

ÁREA NIELSEN	CVRPS
	2019
01 CIDADE LISBOA	4 936 896
02 LISBOA EXCEPTO CIDADE	9 119 489
03 CIDADE PORTO	1 444 473
04 PORTO EXCEPTO CIDADE	6 210 441
05 BRAGA+VCASTELO	3 511 107
06 AVEIRO	3 856 920
07 COIMBRA	1 483 570
08 LEIRIA	1 988 372
09 BRAGANCA+VREAL+VISEU+CBRANCO+GUARDA	2 044 819
10 SANTAREM	1 444 350
11 PORTALEGRE+EVORA+BEJA	1 202 311
12 SETUBAL	6 381 757
13 FARO	4 971 509
Total Geral	48 596 014

Tabela 6: Vendas de vinho tranquilo certificado do município de Setúbal no mercado Nacional por Área Nielsen;
Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

4.2.4.2 Município de Lisboa

4.2.4.2.1 Educação

Em Setúbal há um défice notório a nível das oportunidades de ensino. Em relação ao ensino pré-escolar, básico e secundário, o município apresenta um número de estabelecimentos expressamente inferior em relação à cidade de Lisboa, contudo revela uma quantidade de instalações perfeitamente adequada tendo em conta o seu índice de desenvolvimento económico. Comparou-se Setúbal com Évora, Braga e Faro (municípios com um índice de desenvolvimento económico similar a Setúbal) e os números são bastante similares tanto para o pré-escolar, como para o básico e secundário. Relativamente ao ensino politécnico os números estão também dentro da normalidade, apresentando uma quantidade igual a Faro (4) e mais três instalações que Braga (1) e Évora (1).

Os números são problemáticos apenas a nível do ensino superior universitário. Neste nível de ensino não há qualquer estabelecimento no município, obrigando os estudantes ou a ingressar no ensino politécnico ou a procurar faculdades nas grandes cidades. Lisboa apresenta 41 instituições de ensino superior enquanto Setúbal apresenta 0. Comparou-se Setúbal com Évora, Braga e Faro e todos os municípios apresentam um número mais elevado de estabelecimentos de ensino superior. O primeiro (Évora) apresenta um total de 4, Braga compreende 3 e Faro 5 (Dados Por Data). Assim, uma das iniciativas passaria por investir exatamente no setor da educação no município de Setúbal através de uma reciprocidade com a cidade de Lisboa.

Apresentam-se, em seguida, alguns dados da península com foco no município de Setúbal.

Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)		Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º em milhares) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Natureza institucional; Anual (2)		
		Período de referência dos dados		
		2019 / 2020		
		Natureza institucional		
		Total	Público	Privado
		N.º	N.º	N.º
Almada	1701503	10	7	3
Lisboa	1701106	118	88	30
Setúbal	1701512	6	6	

Tabela 7: Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º em milhares) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Natureza institucional; Anual (2); Fonte: INE

Como se pode ver através da tabela acima, em 2019, em Almada, inscreveram-se um total de 10009 alunos no ensino superior, no Barreiro um total de 587 e Setúbal uma totalidade de 5940.

Dos dados disponíveis na base de dados do Instituto Nacional de Estatística chegou-se à conclusão de que Almada e Setúbal representam os municípios com maior taxa de escolarização (tabela abaixo) no ensino superior, como é possível concluir através da figura seguinte. Através desta percebemos também a discrepância existente entre as regiões de Lisboa e da Península de Setúbal, como já tínhamos concluído anteriormente.

Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)		Taxa de escolarização no ensino superior (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (2)
		Período de referência dos dados
		2020 / 2021
		%
Almada	1701503	74,6
Barreiro	1701504	9,5
Lisboa	1701106	271,6
Setúbal	1701512	59

Tabela 8: Taxa de escolarização no ensino superior (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (2); Fonte: INE

O ensino não superior é evidentemente o mais procurado da península (tabela 9):

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2002) (1)		Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Nível de ensino e Natureza institucional; Anual (2)
			Nível de ensino
			Total
			Natureza institucional
			Total N.º
2019 / 2020	Lisboa	1711106	116 716
	Alcochete	1721502	3554
	Almada	1721503	30 242
	Barreiro	1721504	14 023
	Moita	1721506	9787
	Montijo	1721507	8905
	Palmela	1721508	10 797
	Seixal	1721510	26 216
	Sesimbra	1721511	8243
	Setúbal	1721512	21 622

Tabela 9: Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Nível de ensino e Natureza institucional; Anual (2); Fonte: INE

O Gabinete de Estudos e Planeamento da Reitoria da Universidade de Lisboa disponibilizou os dados que seguem na tabela abaixo, que permitiu concluir que os municípios de Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal apresentam números significativamente altos de inscritos.

Contagem de IDAluno	
Rótulos de Linha	Rótulos de Coluna
Alcochete	51
Almada	245
Barreiro	115
Montijo	82
Palmela	78
Seixal	229
Sesimbra	59
Setúbal	160
Total Geral	1019

Tabela 10: Número de alunos da Península de Setúbal matriculados na Universidade de Lisboa; Fonte: Universidade de Lisboa

4.2.4.2.2 Cultura

Através da entrevista realizada com o Dr. Vasco Raminhas da Silva chegou-se à conclusão de que há claramente um défice em relação a eventos culturais, não só no município, como também na Península de Setúbal. O único município comparável com Setúbal em termos de riqueza cultural, na península, (espetáculos ao vivo como concertos, teatros ou outros) é Almada, visto que apresenta 4 recintos culturais e 321 sessões anuais enquanto Setúbal apresenta 3 recintos culturais e 212 sessões (Dados Por Data). O município sadino alberga 106999 espectadores anualmente enquanto Almada apresenta um número de 63200. Assim, Setúbal apresenta um número duas vezes mais elevado de espectadores, porém apresenta menos 109 sessões anuais e menos recintos culturais, sendo obviamente necessário um investimento nesta área (Dados Por Data). Comparou-se também com Évora e verificou-se que ambos apresentam, aproximadamente, o mesmo número de recintos culturais e de sessões, porém este último revelou um número de 35885 espectadores anuais (Dados Por Data 2019), menos 71114 que Setúbal.

Setúbal tem o privilégio de apresentar sete espaços onde é possível apreciar arte. Entre estes está o Auditório Municipal Cinema Charlot que, por exemplo, durante o mês de outubro teve uma média inferior a um filme diário, tendo o espaço uma elevada disponibilidade, por exemplo, para teatros ou concertos. O Auditório José Afonso, o Forte de Albarquel e a Casa da Cultura (cuja programação contou com apenas dez eventos no mês de setembro) apresentam condições excecionais para, por exemplo, concertos ao ar livre, mas também para teatros. Por outro lado, é possível que estes espetáculos decorram também no interior no Fórum Municipal Luísa Todi (programados apenas catorze eventos no mês de novembro), n'A Gráfica-Centro de Criação Artística ou na Casa das Imagens Lauro António.

Outra das iniciativas passaria por minimizar esta carência com o auxílio do município de Lisboa. Na próxima secção falar-se-á exatamente disto.

4.2.4.2.3 Saúde

O setor da saúde é, como já discutido anteriormente, outro dos mais deficitários no município de Setúbal, compreendo poucas e frágeis unidades de saúde. Tendo em conta o Despacho n.º 5039-A/2021 publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 96 de 18 de abril, o Centro Hospitalar de Setúbal, E. P.E, representa uma zona geográfica qualificada como carenciada para as especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Medicina Intensiva, Neurologia, Oftalmologia, Oncologia Médica e Radiologia. Recentemente e, derivado desta situação de insuficiência, o Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal e mais 86 médicos demitiram-se do Hospital de Setúbal afirmando uma situação desesperante e de rutura em inúmeros serviços como os mencionados anteriormente.

Segundo os dados do Serviço Nacional de Saúde, o Centro Hospitalar de Setúbal apresenta (dados de outubro de 2020) um total de 2440 profissionais de saúde (sendo que destes 400 são médicos), enquanto o município de Lisboa apresenta um número significativamente mais elevado de profissionais, contando com 4545 médicos e um total de 21632 profissionais de saúde. O Instituto Português de

Oncologia Francisco Gentil e o Instituto de Oftalmologia Gama Pinto, ambos localizados no município de Lisboa, apresentam ainda um número total de 399 médicos para as especialidades de Oncologia e Oftalmologia, especialidades essas que são consideradas como deficitárias no município de Setúbal (Tabela abaixo).

Período	Instituição	Médicos S/ Internos	Médicos Internos	Total Geral
2020-10	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	256	144	2440
2020-10	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	832	611	6469
2021-04	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	29	5	118
2021-04	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	588	412	4732
2021-08	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	1102	601	8296
2021-08	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	261	104	2017

Tabela 11: Número de médicos por unidade de saúde e total de profissionais de saúde nos municípios de Lisboa e de Setúbal; Fonte: Por Data

Para além disto e, segundo os dados do Por Data, Lisboa apresenta um rácio de 51,9 habitantes por médico (dados de 2020) enquanto em Setúbal o rácio é maior do que o triplo deste, revelando um total de 187,1 (dados de 2020). Comparou-se inclusive Setúbal com outros municípios com um índice de desenvolvimento económico similar como Braga, Évora e Faro, que apresentaram valores de 116,6, 105,4 e 89,7, respetivamente, apresentando números bastante melhores relativamente ao de Setúbal.

Município	Lisboa	Setúbal	Évora	Braga	Faro
Número de habitantes por médico	52	187	105	117	90

Tabela 12: Número de habitantes por médico nos municípios de Lisboa, Setúbal, Évora, Braga e Faro; Fonte: PorData

Segundo a instituição mencionada anteriormente, o número de consultas de especialidade em Lisboa é de 2284290 enquanto em Setúbal é 250294. Os números são assustadores principalmente para as especialidades de Ginecologia e Oftalmologia comparando em número ou em termos de rácio, sendo que em Lisboa, houve em 2019 um total de 109450 consultas de Ginecologia e em Setúbal um curto número de 9557 e, para a especialidade ocular, houve 112619 consultas em Lisboa e um reduzido número de 22959 no município de Setúbal. Em termos de rácio o número de consultas em Setúbal nas especialidades mencionadas acima estão abruptamente abaixo do número esperado.

4.2.5 Iniciativas por setor

Neste separador ir-se-á abordar os setores mais deficitários no município de Setúbal e a criação de iniciativas que poderiam vir a mitigar exatamente este défice em cada um deles.

4.2.5.1 Educação

- Bolsas de estudo para estudantes provenientes do município de setúbal a estudar em Lisboa (criar boas condições para estudarem em Lisboa como, por exemplo, alojamento ou transportes)
- Investir academicamente na área da agricultura de maneira a aumentar os conhecimentos neste setor com vista a uma agricultura mais sustentável

A cidade de Lisboa alberga anualmente um número elevado de alunos provenientes da Península de Setúbal e, principalmente, do município de Setúbal. No ano de 2019 a Universidade de Lisboa teve um total de 160 alunos setubalenses matriculados em todas as Faculdades pertencentes à mesma. Para além disto e, através dos dados da Universidade de Lisboa de 2019/2020 (Anexo G) , as candidaturas foram inferior às vagas em cursos como Mestrado Integrado em Arquitetura (Faculdade de Arquitetura), Biologia (Faculdade de Ciências), Geologia (Faculdade de Ciências), Engenharia Biomédica e Biofísica (Faculdade de Ciências), Matemática Aplicada (Faculdade de Ciências), Direito (Faculdade de Direito), Ciências Farmacêuticas (Faculdade de Farmácia), inúmeros cursos na Faculdade de Letras, Medicina Veterinária (Faculdade de Medicina Veterinária) e na maior parte dos cursos do Instituto Superior de Agronomia a taxa de ocupação foi inferior a 100%, entre outros.

Assim, criaram-se duas medidas que são bastante favoráveis ao setor da educação e que permitem aumentar o nível de instrução da região. A primeira, como enunciado acima, passa pela criação de bolsas de estudo para estudantes setubalenses a estudar em Lisboa. Estas últimas complementarão o pagamento de propinas ao alojamento e/ou transportes consoante a necessidade de cada aluno, para incentivar a população jovem do município a ingressar no ensino superior em Lisboa e a uniformizar as oportunidades de acesso. As bolsas e a quantidade de vagas por preencher em alguns cursos da Universidade de Lisboa abrem a porta a novos estudantes que queiram ingressar nesta última. A segunda medida compreende uma especialização, em cursos cuja área de formação esteja relacionada com a agricultura, como Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais, Engenharia Agronómica e Engenharia Zootécnica, na área agrícola de maneira a aumentar, principalmente, a sustentabilidade do processo da agricultura e ampliar os conhecimentos neste campo a nível dos conhecimentos técnicos e tecnológicos, aprimorando consecutivamente a técnica e sabedoria dos setubalenses, tendo um papel bastante positivo no município.

4.2.5.2 Cultural/Recreativo

Sugeriram-se, a nível do setor cultural, as seguintes iniciativas com vista ao enriquecimento do município setubalense:

- Concertos (de dimensão reduzida) na área de Setúbal de artistas em lançamento provenientes de Lisboa

- Criar nos cinemas em Lisboa uma zona restrita “Contrato de Reciprocidade” para os jovens setubalenses a estudar em Lisboa no programa das bolsas, os lugares poderiam ser marcados através de uma aplicação ou por chamada telefónica;
- Criar nos teatros em Lisboa uma zona restrita “Contrato de Reciprocidade” para a população setubalense, os lugares poderiam ser marcados através de uma aplicação ou por chamada telefónica;
- Concursos lançados pela Câmara Municipal de Lisboa para lançamento de teatros em Setúbal.

4.2.5.3 Saúde

- Incentivos para a fixação de médicos para as especialidades carenciadas em Setúbal
- Deslocação de doentes de unidades de especialização deficitárias para essas mesmas em Lisboa
- Teleconsultas de acompanhamento
- Palestras online de unidades de saúde em Lisboa para os setubalenses

Criaram-se alguns incentivos que têm como objetivo minimizar ao máximo a insuficiência ao nível da saúde em Setúbal. O primeiro passa pela criação de incentivos para a fixação de médicos para as especialidades carenciadas em Setúbal, majorando este para além do previsto pela lei e aumentando o número de vagas. O segundo passa pela deslocação de doentes de unidades de especialização deficitárias em Setúbal para essas unidades respetivas em Lisboa e o terceiro corresponde ao aumento do número de consultas de acompanhamento dadas via online em Lisboa para setubalenses, proporcionando um aumento da oferta. Por fim, a quarta iniciativa, que corresponde à criação de palestras online para os setubalenses, tem o objetivo de pôr na ordem do dia problemas como saúde mental e estilo de vida, tratando de temas como o impacto da pandemia na saúde mental, a importância da dieta anti-inflamatória no peso e na saúde, o jejum intermitente e o excesso de peso.

4.2.6 Resultados

Na construção dos resultados foi encontrada informação mais pertinente e, que permitiu ter uma base sólida dos mesmos, nas áreas da vinha, saúde, educação e cultura, sendo que foi exatamente nestas últimas que se focou.

4.2.6.1 Vinha

Através da análise setorial que fizemos à Península de Setúbal chegámos à conclusão de que em 2019 foram produzidos 494 mil hl de vinho, destes 127 mil foram provenientes do município de Setúbal, o que corresponde a uma percentagem de 25,7% da produção total.

A Península certificou um total de 1,6 milhões (Dados Instituto da Vinha e do Vinho para o ano de 2019) de litros de vinho, que os vendeu por 48 milhões de € no mercado nacional (Dados Instituto da Vinha e do Vinho para o ano de 2019) e destes praticamente 5 milhões de € foram vendidos ao município de Lisboa (Dados Tabela 6: Análise Setorial).

Assim e, assumindo que 25,7% das vendas correspondem a faturação do município de Setúbal, então em 2019 este último arrecadou **1 268 782,27 €** com a venda de vinho ao município de Lisboa.

4.2.6.2 Saúde

O incentivo financeiro que o Estado paga para que um médico aceite ser colocado numa vaga dita carenciada é de 40% da remuneração base da 1ª posição da tabela salarial dos médicos (2.754,48 €), o que resulta no valor mensal de 1.101,79€ pago 12 meses por ano, durante 3 anos caso se mantenha no mesmo cargo. Segundo o Despacho n.º 5039-A/2021 publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 96 de 18 de abril, o Centro Hospitalar de Setúbal, E. P.E, apresenta um número máximo de postos de trabalho com direito a incentivo de natureza pecuniária de 4.

Na tabela abaixo resume-se o valor do incentivo anual pago à totalidade de profissionais de saúde com direito aos postos de trabalho.

Descrição	Valor (€)
1ª Posição Tabela Salarial médicos	2754,48
Incentivo de natureza pecuniária (Mensal)	1101,79
Número Máximo Postos Trabalho	4
Valor Mensal do incentivo (Total)	4407
Valor Anual do Incentivo (Total)	52 884

Tabela 13: Valor anual do incentivo de natureza pecuniária oferecido ao número total de médicos que são inseridos nas vagas de especialidade qualificada como carenciada

Assim, o valor anual do incentivo oferecido aos médicos inseridos no Centro Hospitalar de Setúbal compreende um total de **52 884 €**.

4.2.6.3 Educação

No ano de 2019 Lisboa recebeu na Universidade de Lisboa 160 alunos oriundos do município de Setúbal com o objetivo de melhorar a formação académica. Nesta última as propinas têm um custo de 697€ por ano e os transportes um preço de 40€ por mês, pressupondo que o aluno usufruiria do Passe Navegante Metropolitano, que permite **utilizar todas as empresas** de serviço público de transporte

regular de passageiros, em todos os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Em Lisboa e, segundo o Observatório do Alojamento Estudantil, um quarto custa, atualmente, em média, 328€ por mês, sendo que estão sempre disponíveis as residências da Universidade de Lisboa (cujos preços variam entre 76,79€ e 225€ por mês).

Descrição	Valor (€)
N ^a Alunos de Setúbal a estudar em Lisboa	160
Propinas Universidade de Lisboa(/ano)	697
Preço Transportes(/ano)	440
N ^o Alunos usufruem transportes	160
Alojamento(/ano)	3608
N ^o Alunos usufruem alojamento	40
Valor Anual (Total)	326 240

Tabela 14: Incentivo anual pago por Lisboa para estimular a vinda dos estudantes setubalenses

Pressupondo que as propinas e os transportes são pagos aos 160 alunos e que 1/4 (40 alunos) destes tem inclusive direito a alojamento, o preço pago anualmente aos setubalenses para estudarem em Lisboa seria um total de **326 240 €**. Neste cálculo (tabela acima) majorou-se o número de meses que os estudantes ficam em Lisboa (transportes e alojamento) durante o ano letivo, sendo que o número foi 11. Para além disso, estas 40 vagas para alojamento seriam prioritárias a alunos cujo rendimento mensal do agregado familiar fosse mais reduzido.

4.2.6.4 Cultura

Em relação à cultura e, através de uma recolha de dados realizada por intermédio do Cinema City, chegou-se à conclusão de que, as salas raramente estão lotadas nos cinemas de Alvalade e Campo Pequeno, sendo que as sessões com mais clientes são por volta das 21h (perfazendo geralmente 70% da lotação). O objetivo seria um acordo entre as entidades governamentais de Lisboa e o Cinema City de maneira que estes lugares fossem dispensados para os jovens estudantes a residir em Lisboa através do programa das bolsas, sendo um incentivo para que estes mesmos estudem em Lisboa.

Este acordo poderia ser estendido também aos Cinemas NOS para albergar um maior número de salas e, consecutivamente, uma maior oferta. A NOS inclui as salas de cinema de Alvaláxia, Amoreiras, Colombo e Vasco da Gama. Contudo, devido à inexistência de resposta por parte desta entidade não foi possível perceber se há oportunidade ou não de ramificar esta iniciativa para estas salas. Para além do Cinema City e Cinemas NOS, a UCI Cinemas compreende uma sala de cinema no município de Lisboa, no Centro Comercial El Corte Inglés, onde seria também interessante de explorar esta oportunidade.

Para além disto, outra iniciativa passaria por aplicar a mesma ideia, mas, neste caso, aos teatros em Lisboa. Seriam criados lugares “Contratos de Reciprocidade” para a população Setubalense e para os jovens de Setúbal a estudar em Lisboa. O transporte, para quem se desloca de Setúbal, seria pago, sendo que a deslocação teria de ser feita através de transportes públicos, que incluem os Transportes Sul do Tejo (que incluem as estações da Gare do Oriente e Sete Rios como paragem final) e os

Comboios de Portugal (que incluem as paragens Cais do Sodré, Entrecampos, Oriente, Rossio, Santa Apolónia e Sete Rios) para a população fazer a deslocação Setúbal-Lisboa e Lisboa-Setúbal e, as GIRAS, a Carris e o Metropolitano de Lisboa para as pessoas se dirigirem ao teatro pretendido. Os teatros cederiam estes lugares que corresponderiam a espaços que usualmente estão vazios. Através de uma troca de emails com o Teatro do Bairro Alto e o Teatro da Garagem, obteve-se a informação de que a taxa de ocupação no ano de 2019 foi 74 e 84, respetivamente, sendo que o objetivo passaria também por uma articulação entre as entidades governamentais de Lisboa e os teatros. Infelizmente, não foi possível realizar uma abordagem mais abrangente pela inexistência de resposta por parte dos restantes teatros do município de Lisboa.

Para realizar uma análise mais profunda quanto ao número de lugares “Contrato de Reciprocidade” para os cinemas e teatros, e quanto à quantia paga para a população se deslocar aos teatros seria necessário realizar um estudo de mercado mais detalhado aos cinemas e teatros do município de Lisboa (Cinema City Alvalade, Cinema City Campo Pequeno, NOS Alvaláxia, NOS Amoreiras, NOS Colombo e NOS Vasco da Gama, UCI Cinemas El Corte Inglés, Teatros Municipais Maria Matos, São Luiz, Bairro Alto, Luís de Camões e Teatro Taborda e Teatro Trindade da Garagem e Dona Maria II).

O valor para o setor da cultura será então **0€**, visto que os lugares seriam oferecidos e ser necessário um estudo bastante mais detalhado (cujas informações não consegui obter) para chegar ao valor oferecido a cada setubalense para os transportes.

4.2.7 Discussão de Resultados

Através da primeira análise inicialmente realizada ao município de Lisboa e Península de Setúbal (Anexo H) foi possível concluir que a riqueza desta última é enorme e que são inúmeras as trocas que seriam exequíveis entre os municípios da Península e regiões mais desenvolvidas do nosso país, que possibilitariam a criação de vários contratos de reciprocidade, permitindo reduzir as desigualdades urbano-rurais. A fruticultura de Palmela, o Queijo de Azeitão (de Palmela), a suinicultura no Montijo, o Pescado em Sesimbra e a aquicultura no concelho de Setúbal (Anexo H) são exemplos de atividades que apresentam uma enorme potencialidade na Península e que permitiriam usufruir destes contratos de reciprocidade. Por outro lado, temos as áreas mais urbanizadas como Lisboa e Porto, mais fortes em setores tipicamente mais frágeis nas regiões rurais, como educação, saúde e cultura, que possibilitariam através destes contratos reduzir as desigualdades entre as zonas urbanas e as regiões mais ruralizadas. Porém, os dados obtidos não foram suficientemente sólidos para realizar uma abordagem mais abrangente, sendo por essa razão que se focou apenas ao nível do município (Setúbal), nomeadamente, nos municípios de Setúbal e de Lisboa.

As áreas-alvo foram a vinha (Setúbal-Lisboa), a saúde (Lisboa-Setúbal), a educação (Lisboa-Setúbal) e a cultura (Lisboa-Setúbal). Baseou-se então numa troca de interesses entre os municípios de Lisboa e Setúbal, em que, por um lado, temos Setúbal com a oferta do vinho, que seria vendido para Lisboa,

e esta última, por outro lado, com a oferta de bolsas de educação, eventos culturais/recreativos e melhorias na saúde no município de Setúbal.

	Município de Lisboa	Município de Setúbal
	Saúde (52 884€)	Vinha (1 268 782€)
	Educação (326 240€)	
	Cultura (0)	
TOTAL	379 124 €	1 268 782€

Tabela 15: Contrato de Reciprocidade: Valores finais(anuais)

Por meio da tabela anterior deduziu-se que o contrato de reciprocidade pressupõe uma discrepância de valor de **889 658€** entre os dois municípios envolvidos. Esta verba seria utilizada para a aplicação das restantes iniciativas como o investimento académico na área da agricultura (com a formação de professores), os concertos em Setúbal, os concursos lançados pela câmara, a deslocação de doentes para Lisboa (que pressupõe, por exemplo, transporte e profissionais), as teleconsultas de acompanhamento (profissionais de saúde) e as palestras online (profissionais de saúde). Para além disto, este montante serviria para ajustar, em conformidade com as câmaras municipais envolvidas no contrato de reciprocidade, detalhes como:

- i) O possível aumento do número de bolsas de estudo dado o número de vagas ser superior ao de candidaturas em alguns cursos (dados de 2019);
- ii) A quantidade de alunos que usufruiriam de alojamento e transportes nestas bolsas, visto que este número poderá variar bastante, e o valor oferecido;
- iii) O montante investido na formação de alguns cursos com vista a uma agricultura mais sustentável;
- iv) A quantidade de lugares “Contrato de Reciprocidade” oferecidos nos cinemas de Lisboa;
- v) A quantidade de lugares “Contrato de Reciprocidade” oferecidos nos teatros em Lisboa e quantia paga para a deslocação;
- vi) O possível aumento monetário do incentivo para a fixação de médicos para as especialidades carenciadas em Setúbal e do número de postos de trabalho com direito a este último.

Para a criação do contrato de reciprocidade seria necessário efetivar estas trocas. A estrutura do mesmo compreende quatro pontos principais. O primeiro diz respeito à caracterização das regiões envolvidas e ao respetivo perfil socioeconómico; o segundo é relativo à identificação dos eixos de parceria, ou seja, entre que produtos/serviços se irão consumir as trocas; o terceiro corresponde à descrição dos projetos operacionais, em preparação e em consideração; o quarto e último ponto compreende a descrição das entidades envolvidas, a formalização dos compromissos dos parceiros

que assinaram o contrato de reciprocidade e a constituição da legislação que consagra os pelouros de cada uma das entidades. Assim, para a conceção do contrato de reciprocidade faltaria, formalizar os eixos de parceria, detalhar quais as entidades envolvidas e legislar.

Por fim, o Contrato de Reciprocidade permitiria ainda o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Global da Agenda 2030 no contexto das Nações Unidas. Primeiramente, contribuiria para os Objetivos 3 (Saúde de Qualidade) e 4 (Educação de Qualidade), visto estar a assegurar o acesso a unidades de saúde com boas condições aos setubalenses, a promover a saúde mental e o bem-estar da população, a aumentar o número de jovens e adultos do município de Setúbal com habilitações relevantes e a garantir que os alunos adquirem conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, fomentando a agricultura sustentável. Ajudaria também a cumprir os Objetivos 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 17 (Parcerias Para a Implementação dos Objetivos), visto estar a exponenciar economicamente a região de Setúbal, possibilitando atingir níveis mais elevados de produtividade económica, a reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, formação ou educação e a apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais. Por fim, contribuiria também para os Objetivos 13 (Ação Climática), 14 (Proteger a Vida Marinha) e 15 (Proteger a Vida Terrestre) ao estar a fomentar uma agricultura mais sustentável e a homogeneizar a densidade populacional.

5 Conclusão

Este trabalho teve como objetivos-alvo demonstrar a importância da relação entre as regiões urbanas e rurais e a possível construção de um contrato de reciprocidade entre Lisboa e Setúbal que ilustrasse como é possível articular ambas as zonas de uma maneira vantajosa, através da troca de serviços e produtos (e o valor associado) que se apresentaram entre ambos os municípios.

É evidente a importância da interligação das pequenas e grandes cidades com as áreas rurais no aumento da atratividade territorial, na melhor gestão e eficiência dos recursos, na prestação de melhores serviços (saúde, educação, cultura, transportes, energia, telecomunicações, entre outros), na prevenção e redução de potenciais danos provocados por riscos naturais (combate às alterações climáticas) e na promoção de práticas agrícolas e florestais sustentáveis, o que resultará na melhoria da qualidade de vida das populações, não tirando o foco no desenvolvimento sustentável. Assim, através desta relação simbiótica a produtividade territorial irá aumentar, fomentando o desenvolvimento económico não só das áreas urbanas litorais (que tem vindo a ser explorado singularmente) como de todo o território, combatendo as disparidades populacionais existentes e homogeneizando a densidade populacional. Seguidamente, contribuirá para a gestão sustentável e eficiente do solo através da redução da pressão sobre os recursos do litoral (melhorando as suas condições bióticas) e da articulação dos vários níveis governamentais. Estes processos de intercâmbio conduzirão ainda a uma maior coesão social e a uma diminuição das desigualdades sociais, por permitirem uma melhoria generalizada dos serviços e no acesso aos mesmos. Permitirá também a prevenção e redução de eventos extremos ao assegurar soluções de organização do território orientadas para o aumento da resiliência dos sistemas naturais, agrícolas, florestais e das comunidades e ao promover modelos urbanos mais compatíveis com as particularidades físicas do território demonstrando maior sensibilidade aos problemas e oportunidades ambientais.

O contrato de reciprocidade executar-se-ia entre os municípios de Lisboa e Setúbal e incidir-se-ia num dos setores mais fortes de Setúbal, a vinha, e nos mais sólidos da capital portuguesa, a educação, a saúde e a cultura. Este permitiria reduzir as desigualdades entre os dois territórios, melhorando o acesso aos serviços culturais/recreativos, à saúde e aumentando as oportunidades e a formação académica. Assim, a aplicação destes contratos não passa somente pelo nível municipal, mas, sim, por uma dimensão regional ou mesmo nacional, que possibilitaria reduzir as dependências urbanas, rurais e periurbanas, aumentar a articulação entre ambas, proteger o ambiente, reforçar as economias e, fundamentalmente, contribuir para o desenvolvimento sustentável.

“O restabelecimento da conexão entre as áreas urbanas e a paisagem rural, resultante dum longo processo de humanização, é de evidente oportunidade porque respeita a diversidade e o funcionamento dos sistemas ecológicos de que a cidade nunca poderá estar desligada” (Telles, 2003).

Referências

- Alves, A. M., Pereira, J. S., & Silva, J. M. (s.d.). *O Eucaliptal em Portugal*. ISA Press.
- Analytics, A. R. (s.d.). *Student Housing Observatory*. Obtido de Student Housing Observatory: <https://www.student.alfredo.pt/>
- Anna Reichenberger, L. B. (4 de 2020). *Good Practice: GUSTmobil – a regional micro-public transport system*. Obtido de https://rural-urban.eu/sites/default/files/MAS_Good%20practice_GUSTmobil_end.pdf
- Anna Reichenberger, L. B. (2020). *Good Practice: GUSTmobil – a regional micro-public transport system*. Obtido de https://rural-urban.eu/sites/default/files/MAS_Good%20practice_GUSTmobil_end.pdf
- Arellano, B., & Roca, J. (2017). Defining urban and rural areas: a new approach. p. 19. SPIE Digital Library. Varsóvia, Polónia.
- Bauchinger, L. (2020). (New, rural) business models, their mechanisms and impacts - slow food. Robust.
- Bina, O., & Mourato, J. (2012). Regiões funcionais, relações urbano-rurais e Política de Coesão pós-2013. Instituto de Ciências Sociais.
- Bureau, U. S. (2010). Obtido de <https://www2.census.gov/geo/pdfs/reference/GARM/Ch12GARM.pdf>
- CCRI, U. o., Keech, D., Reed, M., & Stevens, C. (2018). Businesses, labour markets and connectivity. Robust.
- Colégio Food, F. a., Oliveira, R., Amâncio, S., & Fadigas, L. (2017). *ALFACES NA AVENIDA Estratégias para (bem) alimentar a cidade*. Repositório Universidade de Lisboa.
- Comission, E. (s.d.). *European Comission*. Obtido de Rural Development: https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/rural-development_en#leader
- Comission, E. (s.d.). *Urban-rural linkages*. Obtido de https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/territorial-cohesion/urban-rural-linkages/
- Council, G. C., & Excell, C. S. (2018). Cyber security in Gloucestershire. Robust. Gloucestershire.
- England, F. (2020). *Forestry England*. Obtido de Beavers at Greathough Brook: <https://www.forestryengland.uk/beavers-greathough-brook-forest-dean>
- ENRD. (2018). *Reciprocity contracts*. Obtido de https://enrd.ec.europa.eu/sites/default/files/tg_smart-villages_case-study_fr_0.pdf
- ENRD. (2019). *Smart Villages and Rural Mobility*. (ENRD) Obtido de https://enrd.ec.europa.eu/sites/default/files/enrd_publications/smart-villages_brief_rural-mobility.pdf
- EUROPA, C. D. (2011). Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa. Portugal: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ferreira, J. A. (2018). Principais conceitos: Urbanismo, Urbanística e Urbanização; Planeamento Urbano e Ordenamento do Território; Políticas, Planos, Programas e Projectos. Instituto Superior Técnico. Lisboa.
- Gebre, T., & Gebremedhin, D. B. (2019). The mutual benefits of promoting rural-urban interdependence through linked ecosystem services. Elsevier.

- Goodwin-Hawkins, B. (2020). *Rural Service Hubs*. Obtido de https://rural-urban.eu/sites/default/files/ROBUST_short-report_service-hubs_FINAL_JULY2020.pdf
- Grilli, E. R. (1981). Natural rubber: a better future? - After the rise of oil prices, the economics of natural production have changed for the better vis-a-vis petroleum-based synthetics. pp. 1-3. IMF eLibrary. Washington.
- Hogan, P., Cretu, C., & Bulc, V. (2017). EU action for smart villages. Comissão Europeia.
- Hub, R. H. (2019). *Rural Health of Information Hub*. Obtido de Healthcare Access in Rural Communities: <https://www.ruralhealthinfo.org/topics/healthcare-access#barriers>
- INE. (2002). *Censos- Resultados definitivos. Portugal- 2001*.
- Institute, H. P. (2002). *Georgetown University*. Obtido de Health Policy Institute: <https://hpi.georgetown.edu/rural/>
- Keech, D. (2018). *Flood risk management*. Robust. Gloucestershire.
- Knickel, K. (2020). Rural-Urban Business Model Profile: Green Tourism. Robust. Noruega.
- Madureira, H. (2005). Paisagem Urbana e Desenvolvimento Sustentável: Apontamentos sobre uma estreita relação entre Geografia, Desenvolvimento Sustentável e Forma Urbana. pp. 1-13. Associação Portuguesa de Geógrafos. Lisboa.
- Marques, T. S. (2003). Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. pp. 507-521. Biblioteca Digital Faculdade de Letras. Lisboa.
- Montijo, C. M. (s.d.). *Câmara Municipal do Montijo*. Obtido de Câmara Municipal do Montijo- A atividade agrícola: <https://www.mun-montijo.pt/investir/atividades-economicas/a-atividade-agricola>
- Montijo, C. M. (s.d.). *Câmara Municipal do Montijo*. Obtido de Câmara Municipal do Montijo- Suinicultura: <https://www.mun-montijo.pt/investir/atividades-economicas/suinicultura>
- Morgado, P. (2016). Uso e ocupação do solo, in Atlas Digital da Área Metropolitana de Lisboa.
- Nunes, A. (2021). Uso do solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução. pp. 91-103. Repositório Digital Universidade de Coimbra. Coimbra
- OECD. (2013). *Understanding Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development*, OECD Publishing.
- OECD. (2016). *PRODUCTIVE REGIONS FOR INCLUSIVE SOCIETIES*. OECD.
- Oliveira, R., Truninger, M., Mourato, J., Pina, C., Almeida, A., Pereira, L., . . . Castro, A. (2022). A Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Oostindie, H. (2020). *Rural-Urban Business Model Profile: Renewable Energy Sourcing Partnerships*. Robust.
- Ovaska, U., Vihinen, H., Oostindie, H., Farinós, J., Hrabar, M., Kilis, E., . . . Vulto, H. (2021). *Network Governance Arrangements and Rural-Urban Synergy*. Pere Serra. Multidisciplinary Digital Publishing Institute. Suíça.
- Pessoa, F. S. (s.d.). *Textos escolhidos de Gonçalo Ribeiro Telles*. Argumentum. Lisboa.
- Quintas, A. V. (2014). *Génese e evolução dos modelos de Estrutura Verde Urbana na estratégia de desenvolvimento das cidades*. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa.
- Reed, M. (2020). (New, rural) business models, their mechanisms and impacts. Robust.
- ROBUST. (s.d.). *Living Lab Gloucestershire*. Obtido de <https://rural-urban.eu/living-lab/gloucestershire>

- ROBUST. (s.d.). *Metropolitan Area of Styria*. Obtido de ROBUST: <https://rural-urban.eu/living-lab/metropolitan-area-styria>
- Rolo, J. C., & Cordovil, F. (2014). Rural, Agriculturas e Políticas. *Animar*. Venda do Pinheiro.
- Rosa María Mateosa, J. L.-V. (2019). Integration of landslide hazard into urban planning across Europe. pp. 1-8. Instituto Geológico y Minero de España. Madrid.
- Rosário Oliveira, M. T. (2022). A Transição Alimentar. pp. 9-29. Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Rosário Oliveira, M. T. (2022). A Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. pp. 3-23. Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Ruiz-Martinez, I. (2020). *Market Failures in Rural Areas*. Robust. Valência.
- Setúbal, P. d. (s.d.). Porto de Sesimbra- Informações Gerais. p. 8.
- Setúbal, P. d. (s.d.). *Porto de Setúbal*. Obtido de Porto de Setúbal- História do Porto: https://www.portodesetubal.pt/historia_do_porto.htm
- Shannon Doocy, A. D. (2013). The Human Impact of Floods: a Historical Review of Events 1980-2009 and Systematic Literature Review. PubMed. Estados Unidos da América.
- Silva, L. (2008). Contributo para o estudo da pós ruralidade em Portugal. *Arquivos da Memória*. Lisboa.
- Styria, R. M., Federal Institute of Agricultural Economics, R. a., Reichenberger, A., & Bauchinger, L. (2020). GUSTmobil – a regional micro-public transport system. Robust. Estíria.
- Styria, R. M., Federal Institute of Agricultural Economics, R. a., Reichenberger, A., & Bauchinger, L. (2020). REGIOtim – a multi-modal mobility network. Robust. Estíria.
- Telles, G. R. (1987). *Nº2 - A Cidade em Portugal: Onde se vive*. Universidade Católica Portuguesa- CEPCEP, Lisboa, Portugal: Universidade Católica Portuguesa- CEPCEP. Separata da Revista "Povos e Culturas"
- Telles, G. R. (2003). *A Utopia e os Pés na Terra*. Évora: Instituto Português de Museus.
- Telles, G. R. (2016). A integração Campo-Cidade. Em F. S. Pessoa, *Gonçalo Ribeiro Telles Textos Escolhidos* (p. 76). Argumentum.
- Território, D. G. (5 de 9 de 2019). *Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território*.
- Theresia Oedl-Wieser, K. H.-N. (2020). *Allerleierei – a modern farmer's shop*. Obtido de https://rural-urban.eu/sites/default/files/MAS_Good%20practice_Allerleierei_end.pdf
- Ulla Ovaska, H. V. (2021). Network Governance Arrangements and Rural-Urban Synergy. Multidisciplinary Digital Publishing Institute. Suíça.
- Urbano, D.-G. d. (2011). Glossário do Desenvolvimento Territorial. Portugal. Instituto Superior Técnico. Lisboa
- Vihinen, H. (2020). *Rural-Urban Business Model Profile: Social or Smart Ride-Sharing*. Obtido de <https://rural-urban.eu/sites/default/files/Smart%20ride-sharing.pdf>
- W.Arnell, N. (1999). Climate change and global water resources. pp. 1-19. Elsevier.
- Wineman, A., Alia, D. Y., & Anderson, C. L. (2020). Definitions of “rural” and “urban” and understandings of economic transformation: Evidence from Tanzania. *Elsevier*, p. 15.
- Xianrui Hou, S. W. (2021). Can urban public services and ecosystem services achieve positive synergies? pp. 1-4. Elsevier.

Z. X. Tan, R. L. (2008). Global Soil Nutrient Depletion and Yield Reduction. pp. 3-15. Taylor and Francis. Inlaterra.

Zentralraum, R. S. (s.d.). *GUSTmobil*. Obtido de <https://www.zentralraum-stmk.at/projekte/mobilitaet-und-verkehrsloesungen/gustmobil/>

Anexos

Anexo A: Entrevista Dr. Vasco Raminhas da Silva (Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Setúbal)

Afonso Conceição: Antes de mais gostaria de agradecer a sua presença e a oportunidade que me deu de partilhar esta ideia consigo.

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Com todo o gosto. Gostaria primeiramente que me reintroduzisse resumidamente em que consistem estes contratos de reciprocidade.

Afonso Conceição: Certo. Os contratos de reciprocidade reconhecem a diversidade das regiões rurais e procuram fortalecer as relações urbano-rurais. Assim, a ideia principal parte do princípio de que as regiões rurais e urbanas não devem estabelecer apenas relações de proximidade, mas sinergias no sentido de estabelecer relações proveitosas para ambos sempre com base na sustentabilidade. O objetivo passa por reduzir o fosso entre as regiões urbana e rural, promovendo alianças *win-win* em campos como a transição climática e energética (gestão de resíduos, segurança alimentar, preservação do solo, das áreas naturais e desenvolvimento bioenergético), o progresso económico (promoção e desenvolvimento de estratégias territoriais conjuntas, políticas de uso do solo, apoio às empresas), a qualidade dos serviços (promoção de locais turísticos, acesso a instalações desportivas, leitura, lazer e acesso a serviços de saúde) e a organização administrativa (mobilização de pessoal com competências específicas para apoiar projetos ou necessidades chave).

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Certo. Podemos então passar às questões.

Afonso Conceição: Claro. A primeira questão é a seguinte: Em que setores considera relevante aplicar estes contratos de reciprocidade? Ou, por outras palavras, quais são os setores mais valiosos e mais deficitários do município onde perspectiva possíveis aplicações destes contratos?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: E essa pergunta em termos de âmbito territorial é para o concelho ou para a região?

Afonso Conceição: É essencialmente a que nível for mais proveitoso. Se for mais favorável a nível regional podemos ir por esse caminho.

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Na Península de Setúbal temos áreas mais urbanas, mais rurais e mais periurbanas, ou seja, a diferenciação a nível da região é mais notória. Portanto, eu vou responder a nível regional e depois posso fazer algum enfoque a nível municipal.

A nível regional eu acho que um dos setores que teria muito interesse em trabalhar esta questão dos contratos de reciprocidade é a nível do setor agroalimentar, porque existem a nível das orientações estratégicas algumas recomendações com o intuito de fortalecer os circuitos de curta-duração, ou seja de promover a agricultura nas áreas metropolitanas. Na Área Metropolitana de Lisboa temos na península de Setúbal os concelhos de Palmela, de Alcochete e do Montijo, portanto as áreas interiores e mais rurais onde existem inúmeras áreas que se dedicam à atividade agrícola e pecuária. Estas últimas poderiam de facto ter um papel mais relevante neste setor e mesmo nas áreas urbanas e periurbanas isto poderia acontecer, ou seja, a produção agrícola ter um papel mais relevante em toda a região e ser incentivada e produzida no sentido de abastecer o mercado da Área Metropolitana de Lisboa.

Por outro lado, estas áreas poderiam beneficiar de uma troca do ponto de vista da transferência de conhecimento. Na Área Metropolitana temos diversas unidades de ensino superior, unidades de investigação científica e tecnológica que poderiam no fundo, em contrapartida, transferir conhecimento e tecnologia para essas mesmas explorações agrícolas. Seria interessante trabalhar essa dimensão.

Afonso Conceição: Poderíamos, por exemplo, recrutar jovens setubalenses para estabelecimento de ensino que se focam no setor agroalimentar e da pecuária e investir na área da educação, investigação e tecnologia e, por outro lado, parte do abastecimento agroalimentar da região de Lisboa ser feito através da Península de Setúbal?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Sim. E essa agricultura poder beneficiar de conhecimento produzido nos estabelecimentos de ensino superior existentes na área metropolitana. Portanto haver aqui uma relação mais próxima que pudesse fomentar uma agricultura mais sustentável, não estando a falar propriamente de agricultura biológica, mas de uma agricultura mais sustentável do ponto de vista da eficiência na utilização dos recursos hídricos, na utilização de outros pesticidas ou de agroquímicos ou mesmo outro tipo de técnicas que aumentassem os índices de produtividade e de sustentabilidade das próprias produções agrícolas. E ao mesmo tempo a área metropolitana poder beneficiar de produção agrícola de maior proximidade e isto teria impacto nomeadamente ao nível da pegada ecológica.

Afonso Conceição: Certamente. Seria benéfico também na redução das importações, promovendo a agricultura local.

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Exatamente. Seria positivo também ao nível do transporte, reduzindo as emissões associadas a este mesmo e ao mesmo tempo também estaríamos a promover a economia regional.

Afonso Conceição: Obviamente, na criação de empregos, por exemplo.

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Sim. Este seria um dos setores. Outro é o educativo e cultural que também me parece muito interessante ainda na perspetiva regional. As áreas mais interiores são menos cobertas por equipamentos e serviços públicos, portanto podia também haver aqui um contrato de reciprocidade, à semelhança do que se faz em Brest, de fazer chegar a esses territórios de baixa densidade esse tipo de serviços culturais e educativos. Isso seria muito interessante.

No que respeita a Setúbal temos duas áreas que são muito interessantes que são a pesca e a aquicultura. Poderia haver nas áreas urbanas a perspetiva dos circuitos curtos do ponto de vista da logística associada à produção alimentar, neste caso da produção de pescado, mas também do ponto de vista do conhecimento. Em Setúbal nós temos um instituto politécnico, podendo haver uma maior conectividade entre a componente científica (produção de conhecimento) e a parte da produção. Podendo ser muito interessante aproximar estas duas dimensões.

Afonso Conceição: Sim, sem dúvida. A produção do pescado e a aquicultura iriam abastecer a região de Lisboa, certo?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Sim.

Por exemplo, na aquicultura ou na produção de algas para alimentação ou fins farmacêuticos poderia ser interessante haver uma maior proximidade entre as instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Setúbal, mas se falarmos numa escala regional podemos incluir todas as unidades de ensino superior). E, se pensarmos no setor dos recursos haliêuticos de uma forma mais abrangente, não só enquanto produção de peixe, podendo ser a produção de algas ou de outros microrganismos que possam ser utilizados na indústria farmacêutica ou cosmética, seria muito interessante de explorar essa reciprocidade. Isto pode ligar-se também muito com a questão dos serviços de ecossistema no sentido da valorização dos mesmos, neste caso a pesca ou os recursos haliêuticos.

Por fim, lembrei-me também da questão da energia de origem fotovoltaica. As áreas mais interiores apresentam terrenos com maior vocação para a instalação de equipamentos e infraestruturas de produção de energia fotovoltaica.

Afonso Conceição: Neste momento já há algum investimento nessa área ou vê isto como um investimento a longo prazo?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Em Setúbal não existe, mas na Península de Setúbal existe, em Palmela. Em Setúbal houve várias intenções de promotores que pretenderam instalar campos fotovoltaicos, mas ainda não se concretizou nenhuma. De qualquer das formas, Setúbal em termos territoriais não dispõe de áreas com dimensão e características com um elevado potencial para instalar campos fotovoltaicos.

Afonso Conceição: E esse escasso investimento é devido também à falta de fundos?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Os projetos ainda não se realizaram porque tem que ver também com a questão dos concursos para a exploração dos campos fotovoltaicos. Primeiro, os promotores têm que assegurar que têm terrenos disponíveis para poderem concorrer e depois é feito um concurso dos lotes pelo país para a exploração dos campos. Aqui em Setúbal houve uma situação em concreto em que apresentaram um projeto, mas ainda estava num nível exploratório para se candidatarem aos tais lotes.

Afonso Conceição: Falemos dos setores mais deficitários. Para além do setor educativo tem conhecimento de outro setor em que augura um futuro promissor nesta reciprocidade?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: O setor cultural. Da perspetiva regional essas áreas de baixa densidade, no interior da Península de Setúbal, as populações têm menor acesso a serviços culturais, mas enorme potencial agroalimentar e para a produção de energia de origem fotovoltaica. Estes territórios podiam ser ressarcidos com a prestação de um serviço, neste caso o serviço cultural.

Afonso Conceição: Enquanto serviço cultural entende espetáculos, teatros, cinemas, ou seja, num âmbito mais recreativo?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Exatamente. Essas populações que vivem no interior da Península de Setúbal em pequenos aglomerados podem ter acesso a serviços culturais, porque não têm, só recorrendo aos grandes centros urbanos. Há aqui uma reciprocidade, uma vez que as áreas interiores fornecem ou poderão vir a fornecer serviços do ponto de vista agroalimentar e energético, e, por outro lado, necessitam dos serviços educativos, culturais e de saúde.

Afonso Conceição: Certo. Prevê-se entre as duas regiões uma relação que poderá ser muito forte.

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Exatamente. E, de salientar que, em Setúbal, para além do setor da pesca e da aquicultura também tem interesse o setor da vinha. Também seria uma área interessante de poder desenvolver.

Afonso Conceição: A próxima pergunta é a seguinte: Quais são as áreas/regiões de ligação onde seria promissor aplicar este tipo de contratos? Pelo desenrolar da entrevista julgo que as áreas de ligação seriam essencialmente Setúbal e Lisboa, certo?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Exatamente.

Afonso Conceição: E tem conhecimento de alguns exemplos que têm como base esta ideia (contratos de reciprocidade)?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Confesso que não conheço.

Afonso Conceição: Atualmente existem algumas políticas neste sentido? Considera possível este tipo de contratos virem futuramente a ser implementados enquanto políticas?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Penso que não existem ou, pelo menos, eu não os conheço. Acho que é uma matéria que tem potencial e tem interesse, mas julgo que estará dependente de um determinado modelo de governância que se possa implementar, por exemplo, a nível regional. Se estivermos a pensar na Área Metropolitana de Lisboa é importante para enquadrar este tipo de políticas a definição de um modelo de governância que seja propício à implementação dessas mesmas políticas. E isso implicaria termos uma área metropolitana mais forte do ponto de vista das suas competências.

Isto passa muito por políticas de carácter regional, certo?

Afonso Conceição: Exatamente.

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Não sei se, por exemplo, a CCDR LVT tem aptidão ou competência para poder desenvolver esse tipo de políticas regionais. Se pudessemos partir das regiões administrativas, ou seja, através de um modelo mais regionalizado, talvez seria mais fácil de desenvolver esse tipo de políticas.

Afonso Conceição: Exato. É fundamental que os órgãos tenham interesse em investir nestas medidas. E a próxima pergunta que faço tem exatamente isto como base: Há interesse em que parte dos fundos existentes seja alocado para a implementação deste tipo de projetos?

Dr. Vasco Raminhas da Silva: Eu acho que seria muito interessante e julgo que a única forma de desenvolver este tipo de projetos será através da alocação de parte dos fundos comunitários disponíveis nestes domínios.

Afonso Conceição: Certo.

Anexo B: Alunos da Península de Setúbal inscritos na Universidade de Lisboa no 1º ano, 1º semestre no ano de 2019; Fonte: Universidade de Lisboa

	FA		FBA	FC		FD	FF	FL
Rótulos de Linha	L1	MI	L1	L1	MI	L1	MI	L1
Alcochete	2	1	2	6	1	2	3	12
Almada	2	8	13	27		21	16	46
Barreiro	3	4	6	8	1	10	1	23
Montijo	1	2	2	9	2	10	3	10
Palmela	1	5	5	10	1	5	1	11
Seixal	3	5	10	22	5	19	5	40
Sesimbra	2	4		9		2	1	11
Setúbal	5	6	15	15	1	16	5	22
Total Geral	19	35	53	106	11	85	35	175

	FM		FMD		FMV	FMH	FP	IE
Rótulos de Linha	L1	MI	L1	MI	MI	L1	MI	L1
Almada		3	2	6	5	14	2	1
Barreiro		5	6	1	1	6	2	1
Montijo		1	2	1	3	2	3	1
Palmela	1	5	1	1	1	8	2	
Seixal		8	3	1	5	14	3	5
Sesimbra					2	2	4	1
Setúbal	1	10	1		2	10	4	2
Total Geral	2	34	15	11	19	57	21	11

	IGOT	ISA	ISCSP	ISEG	IST		Total Geral
Rótulos de Linha	L1	L1	L1	L1	L1	MI	
Alcochete	1		8	1	2	5	51

Almada	7	9	25	11	10	17	245
Barreiro	1	1	19	7	3	6	115
Montijo	3	4	10	6	3	4	82
Palmela	4	1	4	4	2	5	78
Seixal	5	8	41	7	5	15	229
Sesimbra	3	2	6	3	2	5	59
Setúbal	1	4	12	6	5	17	160
Total Geral	25	29	125	45	32	74	1019

Anexo C: Espécies vendidas no Porto de Setúbal no ano de 2019

FAO	Nome científico	Nome da Espécie	cód Num	kg	euros
ULO	Spisula solida	Amêijo-a-branca	861	316 454,00	723 608,60
CTC	Sepia officinalis	Choco-vulgar	850	93 547,60	642 605,52
EQI	Ensis siliqua	Longueirão-direito	855	112 731,00	413 312,73
OAL	Solea senegalensis	Linguado-branco	497	23 887,60	403 807,61
KLK	Callista chione	Ameijóla	864	230 735,00	307 569,15
OCC	Octopus vulgaris	Polvo-vulgar	826	35 013,60	249 614,50
MUR	Mullus surmuletus	Salmonete-legítimo	313	8 993,40	192 166,56
SBG	Sparus aurata	Dourada	560	14 444,10	185 104,38
DON	Donax spp	Cadelinhas	865	52 798,00	176 359,00
MGR	Argyrosomus regius	Corvina-legítima	392	21 235,60	162 225,67
BSS	Dicentrarchus labrax	Robalo-legítimo	472	14 099,10	150 411,64
THS	Microchirus spp	Azevias	488	14 594,00	143 223,33
SBA	Pagellus acarne	Besugo	534	18 180,80	127 908,50
SOL	Solea solea	Linguado-legítimo	494	7 060,50	82 519,29
STG	Cynoscion regalis	Corvinata-real	394	31 378,50	82 056,73
MGC	Liza ramada	Taíinha-fataça	304	42 919,70	76 031,65
SOS	Pegusa lascaris	Linguado-da-areia	492	8 809,50	72 929,85
SWA	Diplodus sargus	Sargo-legítimo	522	10 247,80	70 234,79
RJC	Raja clavata	Raia-lenga	651	25 205,50	69 057,36
HKE	Merluccius merluccius	Pescada-branca	270	19 816,10	67 341,12
HOM	Trachurus trachurus	Carapau	064	38 583,90	55 132,28
TUR	Psetta maxima	Pregado	442	2 448,00	52 982,47
SMD	Mustelus mustelus	Cação-liso	634	7 586,10	51 330,79
RJU	Raja undulata	Raia-curva	637	8 760,30	34 347,49
TRG	Balistes capriscus	Cangulo	034	9 107,60	33 161,76
ANN	Diplodus annularis	Sargo-alcorraç	524	10 609,60	31 870,96
MAC	Scomber scombrus	Sarda	430	6 978,10	30 693,41
CLV	Venus casina	Pé-de-burrico	868	21 541,00	26 592,17
CTB	Diplodus vulgaris	Sargo-safia	521	11 831,30	26 334,10
COE	Conger conger	Congro	120	7 614,70	24 454,58
PAC	Pagellus erythrinus	Bica	536	4 248,00	23 371,67
RJH	Raja brachyura	Raia-pontuada	659	5 795,10	21 278,81

BIB	<i>Trisopterus luscus</i>	Faneca	200	7 603,60	18 559,07
BLL	<i>Scophthalmus rhombus</i>	Rodovalho	444	998,90	12 972,62
MAS	<i>Scomber colias</i>	Cavala	420	17 116,40	8 583,97
SPU	<i>Dicentrarchus punctatus</i>	Robalo-baila	474	1 632,40	8 351,49
BRB	<i>Spondyliosoma cantharus</i>	Choupa	562	4 635,60	7 903,40
JOD	<i>Zeus faber</i>	Galo-negro	624	531,60	7 753,14
SYT	<i>Scyliorhinus stellaris</i>	Pata-roxa-denisa	667	5 886,90	7 275,87
CET	<i>Dicologlossa cuneata</i>	Lingua	496	1 222,70	6 765,78
BHD	<i>Halobatrachus didactylus</i>	Charroco	035	4 161,40	6 736,58
FOR	<i>Phycis phycis</i>	Abrotea-da-costa	190	1 860,00	5 555,20
BON	<i>Sarda sarda</i>	Sarrajão	416	2 369,00	5 316,04
SQR	<i>Loligo vulgaris</i>	Lula-vulgar	817	442,70	4 991,69
WEG	<i>Trachinus draco</i>	Peixe-aranha-maior	592	2 789,40	4 407,73
GUR	<i>Chelidonichthys cuculus</i>	Cabra-vermelha	602	3 826,80	4 008,64
RPG	<i>Pagrus pagrus</i>	Pargo-legítimo	552	295,10	3 946,49
SLM	<i>Sarpa salpa</i>	Salema	542	8 789,60	3 776,70
TOE	<i>Torpedo spp</i>	Tremelga	695	1 337,10	3 652,32
LEF	<i>Bothus spp</i>	Cartas	041	1 247,90	2 814,95
SSB	<i>Lithognathus mormyrus</i>	Ferreira	530	301,70	2 633,66
SBZ	<i>Diplodus cervinus</i>	Sargo-veado	526	217,00	2 521,82
GUU	<i>Chelidonichthys lucerna</i>	Cabra-cabaço	604	510,90	2 347,03
ENX	<i>Acantholabrus palloni</i>	Bodião	225	815,30	1 368,09
FRL	<i>Pharus legumen</i>	Navalha	821	290,00	1 311,00
SHR	<i>Diplodus puntazzo</i>	Sargo-bicudo	528	144,80	1 202,59
MON	<i>Lophius piscatorius</i>	Tamboril-branco	236	196,30	977,92
LVC	<i>Laevicardium crassum</i>	Berbigão-lustroso	807	2 860,00	870,00
BOG	<i>Boops boops</i>	Boga-do-mar	500	2 624,20	683,76
PIL	<i>Sardina pilchardus</i>	Sardinha	100	511,90	678,87
SCS	<i>Scorpaena spp</i>	Rascassos	462	106,20	595,88
GAR	<i>Belone belone</i>	Peixe-agulha	037	331,70	440,34
BLU	<i>Pomatomus saltatrix</i>	Anchova	378	66,50	246,83
RJM	<i>Raja montagui</i>	Raia-manchada	665	58,70	219,56
JAA	<i>Trachurus picturatus</i>	Carapau-negrão	071	461,00	216,31
JOS	<i>Zenopsis conchifer</i>	Galo-branco	622	41,00	168,67
MUE	<i>Murex spp</i>	Búzios	800	36,60	151,90
MMH	<i>Muraena helena</i>	Moreia	316	43,90	150,00
BSH	<i>Prionace glauca</i>	Tintureira	636	145,50	142,70
OFJ	<i>Ommastrephes bartramii</i>	Pota	830	34,80	120,67
SBR	<i>Pagellus bogaraveo</i>	Goraz	540	9,90	93,65
PLE	<i>Pleuronectes platessa</i>	Solha-legítima	330	19,00	89,19
ELX	<i>Anguilla spp</i>	Enguias	016	7,20	85,08
ANK	<i>Lophius budegassa</i>	Tamboril-preto	234	8,20	76,22
MGA	<i>Liza aurata</i>	Tainha-garrento	306	338,40	69,58

LDV	Lepidotrigla cavillone	Ruivo	610	129,60	56,09
SMA	Isurus oxyrinchus	Tubarão-anequim	647	11,60	43,48
BOP	Orcynopsis unicolor	Palometa	418	32,20	41,40
ASD	Alosa alosa	Savel	087	32,40	34,69
MYL	Myliobatis aquila	Ratão	652	177,80	31,51
BRF	Helicolenus dactylopterus	Cantarilho-legítimo	448	6,40	27,79
WHG	Merlangius merlangus	Badejo	174	3,20	21,76
RJN	Raja naevus	Raia-de-dois-olhos	666	29,10	17,34
TSD	Alosa fallax	Savelha	089	39,60	15,92
MKG	Microchirus variegatus	Azevia-raiada	499	2,50	15,50
RGL	Gymnura altavela	Uge-manta	657	55,50	8,09
TRE	Caranx spp	Xaréus	045	2,40	7,32
GFB	Phycis blennoides	Abrotea-do-alto	188	4,00	4,80
EOI	Eledone cirrhosa	Polvo-cabeçudo	827	0,80	2,12
JAI	Raja miraletus	Raia-de-quatro-olhos	642	1,70	0,24
Total:	**	**	**	1 314 711,70	4 950 799,52

Anexo D: Espécies vendidas no Porto de Sesimbra no ano de 2019

FAO	Nome científico	Nome da Espécie	cód Num	kg	euros	pr. méd
BSF	Aphanopus carbo	Peixe-espada-preto	597	2 134 775,70	7 442 183,41	3,49
MAS	Scomber colias	Cavala	420	20 070 888,60	6 195 931,84	0,31
PIL	Sardina pilchardus	Sardinha	100	1 595 739,20	2 617 603,71	1,64
HO M	Trachurus trachurus	Carapau	064	3 787 086,00	2 291 035,99	0,60
OCC	Octopus vulgaris	Polvo-vulgar	826	309 708,70	2 291 020,40	7,40
SW O	Xiphias gladius	Espadarte	615	241 440,00	1 653 795,82	6,85
HKE	Merluccius merluccius	Pescada-branca	270	204 090,00	653 424,11	3,20
SBA	Pagellus acarne	Besugo	534	64 254,80	412 975,33	6,43
SBG	Sparus aurata	Dourada	560	22 910,20	371 834,45	16,23
JOD	Zeus faber	Galo-negro	624	28 967,60	364 807,05	12,59
MG R	Argyrosomus regius	Corvina-legitima	392	47 827,50	364 069,52	7,61
SOL	Solea solea	Linguado-legítimo	494	27 480,90	357 777,75	13,02
CTC	Sepia officinalis	Choco-vulgar	850	54 530,10	352 345,22	6,46
WRF	Polyprion americanus	Cherne	485	12 980,70	329 516,27	25,39

BFT	Thunnus thynnus	Atum-rabilho	588	33 112,00	286 313,90	8,65
ANK	Lophius budegassa	Tamboril-preto	234	34 251,10	277 623,51	8,11
RJC	Raja clavata	Raia-lenga	651	83 679,20	276 896,05	3,31
BSS	Dicentrarchus labrax	Robalo-legítimo	472	9 341,40	144 943,61	15,52
COE	Conger conger	Congro	120	41 574,80	144 792,16	3,48
NEP	Nephrops norvegicus	Lagostim	730	3 312,50	141 633,86	42,76
BRF	Helicolenus dactylopterus	Cantarilho-legítimo	448	18 082,00	109 136,44	6,04
MKG	Microchirus variegatus	Azevia-raiada	499	10 605,60	101 811,90	9,60
JAA	Trachurus picturatus	Carapau-negrão	071	238 420,90	94 309,55	0,40
SWA	Diplodus sargus	Sargo-legítimo	522	11 950,00	90 124,95	7,54
MON	Lophius piscatorius	Tamboril-branco	236	12 362,00	76 261,78	6,17
MUR	Mullus surmuletus	Salmonete-legítimo	313	4 676,10	75 603,46	16,17
FOR	Phycis phycis	Abrotea-da-costa	190	14 447,50	60 788,88	4,21
TUR	Psetta maxima	Pregado	442	2 339,90	60 670,69	25,93
SYT	Scyliorhinus stellaris	Pata-roxa-denisa	667	41 023,20	50 076,74	1,22
MG C	Liza ramada	Tainha-fataça	304	47 236,20	44 870,84	0,95
RJM	Raja montagui	Raia-manchada	665	12 670,00	43 394,00	3,42
SQR	Loligo vulgaris	Lula-vulgar	817	3 162,40	40 719,43	12,88
RPG	Pagrus pagrus	Pargo-legítimo	552	2 067,40	38 940,70	18,84
MAC	Scomber scombrus	Sarda	430	12 376,00	38 187,59	3,09
GUQ	Centrophorus squamosus	Lixa	682	16 940,10	34 608,32	2,04
GUR	Chelidonichthys cuculus	Cabra-vermelha	602	21 040,70	34 383,01	1,63
SDV	Mustelus spp	Cações	630	6 513,90	33 963,23	5,21
SOS	Pegusa lascaris	Linguado-da-areia	492	4 212,20	33 900,56	8,05
MEG	Lepidorhombus whiffiagonis	Areeiro	440	15 537,00	32 974,13	2,12
BSH	Prionace glauca	Tintureira	636	29 462,80	32 829,66	1,11
SMA	Isurus oxyrinchus	Tubarão-anequim	647	8 665,40	30 591,60	3,53
CTB	Diplodus vulgaris	Sargo-safia	521	16 201,90	28 262,20	1,74
BXD	Beryx decadactylus	Imperador-de-costa-larga	040	855,60	27 127,46	31,71
MM H	Muraena helena	Moreia	316	5 838,60	22 947,67	3,93
HK W	Urophycis tenuis	Abrotea-branca	194	5 860,70	22 517,72	3,84
BAS	Serranus spp	Serranos	487	2 690,50	22 289,79	8,28
BLL	Scophthalmus rhombus	Rodvalho	444	1 255,90	21 081,86	16,79
EOI	Eledone cirrhosa	Polvo-cabeçudo	827	9 191,30	19 489,80	2,12
BIB	Trisopterus luscus	Faneca	200	8 064,10	18 977,20	2,35
BRB	Spondyliosoma cantharus	Choupa	562	13 379,80	18 781,76	1,40

TRG	<i>Balistes capriscus</i>	Cangulo	034	6 200,20	17 725,19	2,86
RJO	<i>Dipturus oxyrinchus</i>	Raia-bicuda	644	15 200,60	17 649,64	1,16
BOG	<i>Boops boops</i>	Boga-do-mar	500	85 115,90	17 598,39	0,21
SBR	<i>Pagellus bogaraveo</i>	Goraz	540	979,10	17 330,74	17,70
CYO	<i>Centroscymnus coelolepis</i>	Carocho	684	11 150,70	15 634,97	1,40
SCS	<i>Scorpaena spp</i>	Rascassos	462	1 136,40	15 507,21	13,65
MUF	<i>Mugil cephalus</i>	Tainha-olhalvo	309	22 153,00	15 386,85	0,69
SSH	<i>Aristaeopsis edwardsiana</i>	Carabineiro-cardeal	770	513,20	15 001,30	29,23
SLO	<i>Palinurus elephas</i>	Lagosta-castanha	743	528,30	12 736,82	24,11
JOS	<i>Zenopsis conchifer</i>	Galo-branco	622	2 373,30	12 053,22	5,08
CET	<i>Dicologlossa cuneata</i>	Lingua	496	2 268,00	9 386,41	4,14
SLM	<i>Sarpa salpa</i>	Salema	542	16 267,50	9 122,57	0,56
OIL	<i>Ruvettus pretiosus</i>	Escolar	206	5 622,10	8 036,79	1,43
RJU	<i>Raja undulata</i>	Raia-curva	637	1 770,20	7 841,22	4,43
PAC	<i>Pagellus erythrinus</i>	Bica	536	911,40	7 566,70	8,30
BON	<i>Sarda sarda</i>	Sarrajão	416	3 638,70	7 503,62	2,06
POI	<i>Pontinus kuhlii</i>	Cantarelho-requeime	450	795,10	6 566,64	8,26
OFJ	<i>Ommastrephes bartramii</i>	Pota	833	2 395,10	6 518,21	2,72
DCA	<i>Deania calcea</i>	Sapata	685	4 636,70	6 058,35	1,31
FRL	<i>Pharus legumen</i>	Navalha	821	1 633,80	5 781,04	3,54
KDH	<i>Galeodea rugosa</i>	Búzio	804	1 521,10	5 570,30	3,66
SHO	<i>Galeus melastomus</i>	Leitão	664	6 133,40	5 248,42	0,86
TOE	<i>Torpedo spp</i>	Tremelga	695	3 000,60	5 031,93	1,68
GUU	<i>Chelidonichthys lucerna</i>	Cabra-cabaço	604	1 408,10	4 827,66	3,43
PSS	<i>Pseudotolithus senegalensis</i>	Rainha-senegal	399	1 782,30	4 753,88	2,67
ANN	<i>Diplodus annularis</i>	Sargo-alcorraz	524	5 754,60	4 702,80	0,82
EPI	<i>Epigonus telescopus</i>	Olhudo	022	1 008,10	4 161,04	4,13
SBZ	<i>Diplodus cervinus</i>	Sargo-veado	526	297,70	3 243,06	10,89
RJE	<i>Raja microcellata</i>	Raia-zimbreira	629	1 577,50	3 050,03	1,93
BLT	<i>Auxis rochei</i>	Judeu	568	790,40	2 619,04	3,31
SFS	<i>Lepidopus caudatus</i>	Peixe-espada-branco	595	261,20	2 561,62	9,81
LEF	<i>Bothus spp</i>	Cartas	041	806,90	2 453,34	3,04
GAR	<i>Belone belone</i>	Peixe-agulha	037	3 837,60	2 064,20	0,54
BHD	<i>Halobatrachus didactylus</i>	Charroco	035	1 167,30	1 999,82	1,71
RJN	<i>Raja naevus</i>	Raia-de-dois-olhos	666	2 895,40	1 719,51	0,59
LTA	<i>Euthynnus alletteratus</i>	Merma	570	605,80	1 660,52	2,74
ENX	<i>Acantholabrus palloni</i>	Bodião	225	519,80	1 559,69	3,00
BYS	<i>Beryx splendens</i>	Imperador-de-costa-estreita	930	210,10	1 467,24	6,98
SPU	<i>Dicentrarchus punctatus</i>	Robalo-baila	474	277,90	1 281,00	4,61
BLB	<i>Stromateus fiatola</i>	Pampo	566	92,80	1 273,01	13,72
SCR	<i>Maja squinado</i>	Santola	725	275,30	1 233,12	4,48
ANE	<i>Engraulis encrasicolus</i>	Biqueirão	140	3 699,30	1 153,85	0,31

WH B	Micromesistius poutassou	Verdinho	178	6 345,20	934,84	0,15
WH G	Merlangius merlangus	Badejo	174	162,50	906,05	5,58
DEC	Dentex dentex	Capatão-legítimo	551	67,30	851,21	12,65
ULO	Spisula solida	Amêijoa-branca	861	580,00	826,55	1,43
OU M	Alloteuthis spp	Lula-bicuda-curta	819	68,20	747,27	10,96
PLE	Pleuronectes platessa	Solha-legítima	330	147,30	655,33	4,45
LDV	Lepidotrigla cavillone	Ruivo	610	296,20	630,49	2,13
BET	Thunnus obesus	Atum-patudo	586	97,00	485,00	5,00
FPI	Esox lucius	Lucio	150	52,50	264,64	5,04
LHT	Trichiurus lepturus	Lirio	599	63,70	259,57	4,07
WE G	Trachinus draco	Peixe-aranha-maior	592	252,90	258,38	1,02
DON	Donax spp	Cadelinhas	865	100,00	249,50	2,50
RJI	Leucoraja circularis	Raia-de-são-pedro	655	70,70	242,60	3,43
GPD	Epinephelus marginatus	Mero-legitimo	482	12,30	230,92	18,77
MYL	Myliobatis aquila	Ratão	652	438,20	196,88	0,45
RJH	Raja brachyura	Raia-pontuada	659	173,20	185,54	1,07
ELE	Anguilla anguilla	Enguia-europeia	019	13,10	165,79	12,66
LBE	Homarus gammarus	Lavagante	729	4,40	156,38	35,54
WIT	Glyptocephalus cynoglossus	Solhão	332	8,40	147,63	17,58
ASD	Alosa alosa	Savel	087	104,30	135,67	1,30
ROL	Gaidropsarus spp	Laibeques	163	158,10	127,45	0,81
DPS	Parapenaeus longirostris	Gamba-branca	760	5,90	117,90	19,98
POA	Brama brama	Xaputa	043	20,90	103,21	4,94
RIB	Mora moro	Mora	195	142,70	92,26	0,65
BLU	Pomatomus saltatrix	Anchova	378	19,50	89,91	4,61
LIN	Molva molva	Maruca	180	34,10	83,27	2,44
DEL	Dentex macrophthalmus	Cachucho	512	7,00	57,18	8,17
ATP	Atherina presbyter	Peixe-rei	028	68,50	53,14	0,78
LDB	Lepidorhombus boscii	Areeiro-de-quatro-manchas	441	20,50	51,43	2,51
GRA	Parapristipoma octolineatum	Riscado	374	243,00	46,49	0,19
SKJ	Katsuwonus pelamis	Gaiado	585	14,00	28,00	2,00
FCP	Cyprinus carpio	Carpa	134	22,30	22,98	1,03
MG A	Liza aurata	Taíinha-garrento	306	31,10	21,42	0,69
POD	Trisopterus minutus	Fanecão	201	5,00	20,00	4,00
PEE	Littorina littorea	Borrelho	810	27,60	18,23	0,66
ALC	Alepocephalus bairdii	Celindra	923	63,60	17,59	0,28
CRE	Cancer pagurus	Sapateira	700	2,50	16,40	6,56
GFB	Phycis blennoides	Abrotea-do-alto	188	2,20	14,63	6,65
TRE	Caranx spp	Xaréus	045	10,00	11,50	1,15
LAU	Petromyzon marinus	Lampreia-do-mar	001	1,20	11,28	9,40
RGL	Gymnura altavela	Uge-manta	657	5,40	9,99	1,85

HPR	Hoplostethus mediterraneus	Olho-de-vidro	373	12,10	9,49	0,78
RCW	Procambarus clarkii	Lagostim-água-doce	733	11,00	8,47	0,77
MLR	Chelon labrosus	Muja	308	38,00	6,38	0,17
TSD	Alosa fallax	Savelha	089	11,80	6,33	0,54
SMD	Mustelus mustelus	Cação-liso	634	25,20	4,54	0,18
JAI	Raja miraletus	Raia-de-quatro-olhos	642	4,30	1,85	0,43
CYP	Centroscymnus crepidater	Sapata-preta	683	67,00	1,34	0,02
Total:	**	**	**	29 638 425,10	28 634 370,74	0,97

Anexo E: Número total de profissionais de saúde empregados em unidades de saúde do município de Setúbal e do município de Lisboa

Período	Instituição	Médicos S/ Internos	Médicos Internos	Enfermeiros	Técnicos Superiores de Saúde
2020-10	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	256	144	835	13
2020-10	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	832	611	2027	73
2021-04	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	29	5	24	
2021-04	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	588	412	1591	12
2021-08	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	1102	601	2747	23
2021-08	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	261	104	562	11

Período	Instituição	Farmacêuticos	Técnicos Diagnóstico Terapêutica	de e	Assistentes Técnicos
2020-10	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.			170	230
2020-10	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.			507	619
2021-04	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	1		11	24
2021-04	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	30		373	426

2021-08	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	53	691	773
2021-08	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	20	205	263

Período	Instituição	Assistentes Operacionais	Técnicos Superiores	Informáticos	Outros	Total Geral
2020-10	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	715	46	7	24	2440
2020-10	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	1534	174	24	68	6469
2021-04	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	9	8	1	6	118
2021-04	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	1175	81	12	32	4732
2021-08	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	2088	133	26	59	8296
2021-08	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	444	104	11	32	2017

Anexo F: Número total de médicos das especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Imagiologia, Neurologia, Oftalmologia, Oncologia-Hematologia e Cuidados Intensivos residentes em Lisboa empregados no Centro Hospitalar de Setúbal

Serviço do CHS	Total de Médicos	Total de residentes em Lisboa
	(Especialistas e Internos de Formação Específica)	
Ginecologia/Obstetrícia	18	8
Imagiologia	4	0
Neurologia	11	3
Oftalmologia	6	3
Oncologia-Hematologia	7	3
Cuidados Intensivos	5	2

Anexo G: Número de vagas e inscritos nos cursos da Universidade de Lisboa no ano de 2019

Estabelecimento de ensino	Denominação do curso	Ciclo de estudos	Vagas	Inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, através do regime geral de acesso	Inscritos pela 1.ª vez através do regime geral de acesso	Taxa de ocupação [Inscritos pela 1.ª vez através do regime geral de acesso / Vagas]
Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura	Arquitectura (regime pós-laboral)	Mestrado integrado	0	0	2	-
Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura	Design	Licenciatur a 1.º ciclo	60	59	59	98,3%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura	Design de Moda	Licenciatur a 1.º ciclo	60	57	57	95,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura	Arquitectura	Mestrado integrado	19 2	180	186	96,9%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura	Arquitetura, na área de especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado	Mestrado integrado	60	58	58	96,7%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Desenho	Licenciatur a 1.º ciclo	35	35	35	100,0 %
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Design de Comunicação	Licenciatur a 1.º ciclo	55	54	54	98,2%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Design de Equipamento	Licenciatur a 1.º ciclo	55	53	53	96,4%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Escultura	Licenciatur a 1.º ciclo	55	51	51	92,7%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Pintura	Licenciatur a 1.º ciclo	55	52	52	94,5%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Arte Multimédia	Licenciatur a 1.º ciclo	55	54	54	98,2%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	Ciências da Arte e do Património	Licenciatur a 1.º ciclo	30	30	30	100,0 %
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Biologia	Licenciatur a 1.º ciclo	17 4	168	168	96,6%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Bioquímica	Licenciatur a 1.º ciclo	70	69	69	98,6%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Engenharia Informática	Licenciatur a 1.º ciclo	10 5	104	104	99,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Física	Licenciatur a 1.º ciclo	40	39	40	100,0 %
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Geologia	Licenciatur a 1.º ciclo	80	74	74	92,5%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Matemática	Licenciatur a 1.º ciclo	50	48	48	96,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Meteorologia, Oceanografia e Geofísica	Licenciatur a 1.º ciclo	25	24	25	100,0 %
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Química	Licenciatur a 1.º ciclo	27	26	26	96,3%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Química Tecnológica	Licenciatur a 1.º ciclo	21	19	19	90,5%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Engenharia Física	Mestrado integrado	40	39	40	100,0 %
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Estatística Aplicada	Licenciatur a 1.º ciclo	30	29	29	96,7%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Matemática Aplicada	Licenciatur a 1.º ciclo	77	74	74	96,1%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Engenharia da Energia e do Ambiente	Mestrado integrado	30	30	30	100,0 %
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Engenharia Biomédica e Biofísica	Mestrado integrado	40	36	38	95,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Tecnologias de Informação	Licenciatur a 1.º ciclo	65	62	62	95,4%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Engenharia Geoespacial	Licenciatur a 1.º ciclo	20	19	19	95,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	Direito (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	82	72	73	89,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	Direito	Licenciatur a 1.º ciclo	44 5	423	424	95,3%

Universidade de Lisboa - Faculdade de Farmácia	Ciências Farmacêuticas	Mestrado integrado	209	201	202	96,7%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Artísticos, variante de Artes do Espectáculo	Licenciatur a 1.º ciclo	49	46	46	93,9%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Artes e Humanidades	Licenciatur a 1.º ciclo	60	51	51	85,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Gerais	Licenciatur a 1.º ciclo	60	57	57	95,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Arqueologia	Licenciatur a 1.º ciclo	36	27	27	75,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Ciências da Linguagem	Licenciatur a 1.º ciclo	33	30	30	90,9%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Africanos	Licenciatur a 1.º ciclo	20	18	18	90,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Clássicos	Licenciatur a 1.º ciclo	20	19	19	95,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Europeus	Licenciatur a 1.º ciclo	56	53	53	94,6%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Filosofia	Licenciatur a 1.º ciclo	43	34	36	83,7%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	História	Licenciatur a 1.º ciclo	61	54	56	91,8%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	História da Arte	Licenciatur a 1.º ciclo	40	37	37	92,5%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Línguas, Literaturas e Culturas	Licenciatur a 1.º ciclo	211	206	210	99,5%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Tradução	Licenciatur a 1.º ciclo	58	53	53	91,4%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Asiáticos	Licenciatur a 1.º ciclo	27	24	24	88,9%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Portugueses	Licenciatur a 1.º ciclo	20	21	21	105,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos Comparatistas	Licenciatur a 1.º ciclo	20	17	17	85,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Estudos de Cultura e Comunicação	Licenciatur a 1.º ciclo	56	46	46	82,1%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	Ciências da Nutrição	Licenciatur a 1.º ciclo	28	28	28	100,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	Medicina	Mestrado integrado	295	289	291	98,6%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina Dentária	Medicina Dentária	Mestrado integrado	65	60	61	93,8%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina Dentária	Higiene Oral	Licenciatur a 1.º ciclo	40	38	38	95,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina Dentária	Prótese Dentária	Licenciatur a 1.º ciclo	28	28	28	100,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina Veterinária	Medicina Veterinária	Mestrado integrado	109	99	102	93,6%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana	Dança	Licenciatur a 1.º ciclo	20	16	16	80,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana	Gestão do Desporto	Licenciatur a 1.º ciclo	31	29	29	93,5%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana	Ciências do Desporto	Licenciatur a 1.º ciclo	160	159	159	99,4%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana	Reabilitação Psicomotora	Licenciatur a 1.º ciclo	49	48	48	98,0%
Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia	Psicologia	Mestrado integrado	137	129	129	94,2%
Universidade de Lisboa - Instituto de Educação	Educação e Formação	Licenciatur a 1.º ciclo	72	65	65	90,3%
Universidade de Lisboa - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	Planeamento e Gestão do Território	Licenciatur a 1.º ciclo	41	40	40	97,6%
Universidade de Lisboa - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	Geografia	Licenciatur a 1.º ciclo	94	89	89	94,7%

Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Arquitetura Paisagista	Licenciatur a 1.º ciclo	20	17	17	85,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais	Licenciatur a 1.º ciclo	20	19	19	95,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Biologia	Licenciatur a 1.º ciclo	38	36	36	94,7%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Engenharia Agronómica	Licenciatur a 1.º ciclo	57	56	56	98,2%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Engenharia Alimentar	Licenciatur a 1.º ciclo	38	36	36	94,7%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Engenharia do Ambiente	Licenciatur a 1.º ciclo	21	20	20	95,2%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	Engenharia Zootécnica	Licenciatur a 1.º ciclo	28	26	26	92,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Serviço Social (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	35	34	35	100,0 %
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Administração Pública (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	46	38	39	84,8%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Sociologia (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	33	30	30	90,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Gestão de Recursos Humanos (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	52	51	51	98,1%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Administração Pública e Políticas do Território (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	33	29	29	87,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Relações Internacionais (regime pós-laboral)	Licenciatur a 1.º ciclo	52	44	44	84,6%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Administração Pública	Licenciatur a 1.º ciclo	76	69	69	90,8%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Ciência Política	Licenciatur a 1.º ciclo	50	43	43	86,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Ciências da Comunicação	Licenciatur a 1.º ciclo	58	54	56	96,6%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Gestão de Recursos Humanos	Licenciatur a 1.º ciclo	66	64	64	97,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Relações Internacionais	Licenciatur a 1.º ciclo	80	78	78	97,5%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Serviço Social	Licenciatur a 1.º ciclo	54	53	53	98,1%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Sociologia	Licenciatur a 1.º ciclo	52	46	46	88,5%

Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Antropologia	Licenciatur a 1.º ciclo	45	41	41	91,1%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	Economia	Licenciatur a 1.º ciclo	138	130	131	94,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	Gestão	Licenciatur a 1.º ciclo	168	166	166	98,8%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	Matemática Aplicada à Economia e à Gestão	Licenciatur a 1.º ciclo	44	42	44	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	Gestão (ensino em Inglês)	Licenciatur a 1.º ciclo	29	30	30	103,4%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	Economia (ensino em Inglês)	Licenciatur a 1.º ciclo	24	23	24	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	Finanças (ensino em inglês)	Licenciatur a 1.º ciclo	32	33	33	103,1%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Informática e de Computadores	Licenciatur a 1.º ciclo	170	166	166	97,6%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Arquitetura	Mestrado integrado	47	46	46	97,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Matemática Aplicada e Computação	Licenciatur a 1.º ciclo	38	38	38	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Aeroespacial	Mestrado integrado	92	91	91	98,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Biológica	Mestrado integrado	61	61	61	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Biomédica	Mestrado integrado	66	66	66	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Civil	Mestrado integrado	129	129	129	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia de Materiais	Mestrado integrado	25	24	24	96,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	Mestrado integrado	220	218	218	99,1%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Mecânica	Mestrado integrado	160	157	157	98,1%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Física Tecnológica	Mestrado integrado	69	69	69	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Química	Mestrado integrado	75	72	72	96,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia do Ambiente	Mestrado integrado	31	31	31	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Geológica e de Minas	Licenciatur a 1.º ciclo	20	20	20	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico	Engenharia Naval e Oceânica	Licenciatur a 1.º ciclo	30	29	29	96,7%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Taguspark)	Engenharia de Telecomunicações e Informática	Licenciatur a 1.º ciclo	55	55	55	100,0%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Taguspark)	Engenharia e Gestão Industrial	Licenciatur a 1.º ciclo	61	59	59	96,7%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Taguspark)	Engenharia Informática e de Computadores	Licenciatur a 1.º ciclo	90	89	89	98,9%
Universidade de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Taguspark)	Engenharia Electrónica	Licenciatur a 1.º ciclo	34	34	34	100,0%

Anexo H: Dados Península de Setúbal

Localização geográfica (Região agrária/ Ilha)		Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (Região agrária/ Ilha) e Fonte de rendimento do agregado doméstico; Decenal							
		Período de referência dos dados							
		2019							
		Fonte de rendimento do agregado doméstico							
		Total	Exclusivament e da atividade da exploração	Principalment e da atividade da exploração	Principalment e de origem exterior à exploração				
ha	ha	ha	ha						
Alcochete	1051502	1163	505	277	381				
Almada	1051503	429	66	90	273				
Barreiro	1051504	70	10	13	47				
Moita	1051506	1989	73	1435	481				
Montijo	1051507	9213	648	3336	5230				
Palmela	1051508	11592	1619	4174	5798				
Seixal	1051510	176	2	6	168				
Sesimbra	1051511	1944	190	629	1125				
Setúbal	1051512	1666	109	471	1085				

Localização geográfica (NUTS - 2013)		Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Orientação técnico-económica; Decenal (1)							
		Período de referência dos dados							
		2019							
		Orientação técnico-económica							
		Total	Explorações especializadas - produções vegetais	Explorações especializadas - produtos animais	Explorações mistas				
N.º	N.º	N.º	N.º						
Alcochete	1701502	126	89	20	17				
Almada	1701503	113	77	14	22				
Barreiro	1701504	39	17	11	11				
Moita	1701506	156	78	33	45				
Montijo	1701507	629	388	88	153				
Palmela	1701508	1638	1186	155	297				
Seixal	1701510	60	35	13	12				
Sesimbra	1701511	212	128	29	55				
Setúbal	1701512	262	182	27	53				

Localização geográfica (Região agrária/ Ilha)		Superfície das culturas permanentes (ha) por Localização geográfica (Região agrária/ Ilha) e Tipo (culturas permanentes); Decenal							
		Período de referência dos dados							
		2019							
		Tipo (culturas permanentes)							
		Total	Frutos frescos (excepto citrinos)	Citrinos	Frutos sub-tropicais	Frutos de casca rija	Olival	Vinha	Outras culturas permanentes

		ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Alcochete	1051502	137	9	5			110	9	4	-
Almada	1051503	90	4	1			6	72	8	-
Barreiro	1051504	12	1	2			0	6	4	-
Moita	1051506	39	5	13	0		6	5	10	-
Montijo	1051507	2083	147	45	8		947	127	795	12
Palmela	1051508	7141	156	167	76		1492	73	5175	2
Seixal	1051510	33	9	2	2		1	12	8	-
Sesimbra	1051511	1197	179	42	84		788	39	64	-
Setúbal	1051512	1817	44	71	1		310	199	1189	5

Local de origem (NUTS - 2013) (1)		Leite recolhido (l) por Local de origem (NUTS - 2013) e Tipo de leite (Recolhido); anual	
		Período de referência dos dados	
		2019	
		Tipo de leite (Recolhido)	
		Leite de ovelha	
		l (milhares)	
Alcochete	1701502	0	
Almada	1701503	0	
Barreiro	1701504	0	
Moita	1701506	0	
Montijo	1701507	1	
Palmela	1701508	1663	
Seixal	1701510	0	
Sesimbra	1701511	35	
Setúbal	1701512	0	

Local de origem (NUTS - 2013) (1)		Leite recolhido (t) por Local de origem (NUTS - 2013) e Tipo de leite (Recolhido); Anual	
		Período de referência dos dados	
		2019	
		Tipo de leite (Recolhido)	
		Leite de ovelha	
		t	
Alcochete	1701502	0	
Almada	1701503	0	
Barreiro	1701504	0	
Moita	1701506	0	
Montijo	1701507	1	
Palmela	1701508	1726	
Seixal	1701510	0	
Sesimbra	1701511	36	
Setúbal	1701512	0	

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2013)	Explorações agrícolas com suínos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Categoria (efetivo suíno) e Classes de número de suínos; Decenal (1)	
		Categoria (efetivo suíno)	
		Total	
		Classes de número de suínos	
		Total	
		N.º	
2019	Alcochete	1701502	3
	Almada	1701503	2
	Barreiro	1701504	-
	Moita	1701506	7
	Montijo	1701507	25
	Palmela	1701508	51
	Seixal	1701510	2
	Sesimbra	1701511	10
	Setúbal	1701512	2

Localização geográfica (NUTS - 2013)		Efetivo suíno (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classes de cabeças normais; Decenal (1)	
Período de referência dos dados		2019	
Classes de cabeças normais		Total	
N.º		N.º	
Alcochete	1701502	22082	
Almada	1701503	4	
Barreiro	1701504	-	
Moita	1701506	2949	
Montijo	1701507	48722	
Palmela	1701508	19007	
Seixal	1701510	5	
Sesimbra	1701511	45	
Setúbal	1701512	4	